ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

2018

RELATÓRIO E CONTAS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 5
2. A EMPRESA 5
3. ESTRUTURA ORGÂNICA E CAPITAL HUMANO 8
3.1 Estrutura Orgânica 8
3.2 Capital Humano 8
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NAS DIVERSAS ÁREAS DE NEGÓCIO 13
4.1 Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais em Alta 19
4.1.1 Abastecimento de Água em Alta 19
4.1.2 Produção Hidroenergética na Ilha da Madeira 21
4.1.3 Tratamento de Águas Residuais em Alta 22
4.2 Distribuição e Drenagem 27
4.2.1 Abastecimento de Água em Baixa 27
4.2.2 Águas Residuais 29
4.3 Recolha de Resíduos 33
4.4 Transferência e Triagem 39
4.4.1 Envio de Resíduos para Reciclagem ou Outras Formas de Valorização 39
4.5 Valorização e Tratamento de Resíduos 43
4.5.1 Tratamento de Resíduos por Incineração 43
4.5.2 Resíduos rececionados e encaminhados diretamente para Aterro Sanitário 44
4.5.3 Receção de Resíduos Verdes 45
4.5.4 Receção e Incineração de Resíduos Silvícolas 46
4.5.5 Energia Elétrica Produzida pela Incineração de Resíduos 48
4.6 Regadio 51
4.6.1 Fornecimento de Água para Regadio – Madeira 51
4.6.2 Fornecimento de Água para Regadio – Porto Santo 52
4.7 Monitorização e Controlo da Qualidade da Água 55
4.8 Qualidade, Ambiente e Segurança 59
4.9 Atividades de Comunicação e Sensibilização 63
4.9.1 Ações de Sensibilização e Visitas às Estações de Tratamento de Água e Resíduos 63
4.9.2 Campanha "Água Segura – Beba água da torneira" 64
4.9.3 Projeto de compostagem doméstica - "O Meu Composto" 64
4.9.4 Projeto ADAPTaRES 64
4.9.5 Reflorestação da zona envolvente da ETRS da Meia Serra 65

4.9.6 Campanha "Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água." 65
4.9.7 Campanha "A Europa na minha Região – Jornadas de Portas Abertas" 66
4.9.8 ARM integra Grupo de Trabalho de Comunicação da APDA 66
4.9.9 Comemoração do Dia do Ambiente 66
4.9.10 *Sustainable Energy Week* 66
4.9.11 Campanha "Não queremos ser abandonados!" 67
4.9.12 Campanha "Reciclar faz bem ao Planeta!" 67
5. INVESTIMENTOS 71
6. ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS 77
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 95
8. PERSPETIVAS FUTURAS 99
9. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA 105
9.1 Orientações Estratégicas 105
9.2 Principais Impactos, Riscos e Oportunidades 107
9.3 Valores, princípios e normas de comportamento 108
9.4 Política de Remunerações 109
9.5 Partes Interessadas 109
9.6 Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social 112
9.6.1 Componente Económica 114
9.6.2 Componente Ambiental 116
9.6.3 Componente Social 120
9.7 Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira 123

1. INTRODUÇÃO

O presente documento visa sistematizar as atividades desenvolvidas pela ARM, S.A., em cada uma das suas áreas de negócio, no decorrer do ano 2018.

O documento apresenta, nos seus pontos iniciais, a identificação da estrutura da ARM, S.A., quer em termos de organização, quer em termos do processo que conduziu à fusão de várias empresas na ARM na sua atual estrutura organizativa e áreas de negócio que desenvolve.

Posteriormente, é apresentado o desempenho de cada uma das áreas de negócio, comparativamente aos períodos homólogos, dando-se o devido enfoque a situações excecionais.

É também apresentada uma sistematização das atividades desenvolvidas no âmbito da comunicação, nomeadamente das campanhas de sensibilização à população que têm vindo a ser desenvolvidas e cuja expectativa é que, a médio prazo, possam contribuir para a alteração de comportamentos, com benefícios quer para a ARM, quer para o meio ambiente e para a comunidade em geral.

2. A EMPRESA

Os principais dados identificativos da ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., são os seguidamente apresentados:

- **Forma Jurídica:** Sociedade Anónima
- **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 509 574 513
- **Sede Social:** Rua dos Ferreiros, 148 – 150, 9000-082 Funchal
- **Capital Social:** 19 705 500,00 €
- **Objeto Social:** A exploração e gestão do sistema multimunicipal de águas e resíduos da Região Autónoma da Madeira, em regime de concessão de serviço público e de exclusividade

A ARM tem como acionistas a Região Autónoma da Madeira com a participação de 98,21% e os municípios aderentes com uma participação de 1,79%, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 2.1 – Estrutura Acionista da ARM, S.A.

Acionista	N.º de ações	Capital social realizado	% de participação
RAM	3 870 600	19 353 000	98,21%
Município de Câmara de Lobos	22 500	112 500	0,57%
Município de Machico	17 500	87 500	0,44%
Município da Ribeira Brava	12 000	60 000	0,31%
Município de Santana	9 500	47 500	0,24%
Município do Porto Santo	9 000	45 000	0,23%
TOTAL	**3 941 100**	**19 705 500**	

A representação do acionista Região Autónoma da Madeira é, nos termos do determinado no Contrato de Concessão e nas Bases da mesma, assegurada pelos membros do Governo Regional que detenham a tutela do setor do ambiente e a tutela do setor das finanças.

A ARM, S.A., no seu modelo atual, resultou da fusão por incorporação, ocorrida em 30 de dezembro de 2014, das seguintes sociedades: IGSERV - Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., IGH – Investimentos e Gestão Hidroagrícola, S.A., IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A e Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., que em consequência se extinguiram, tendo a totalidade do ativo e do passivo daquelas sociedades, sido incorporado na ARM.

A 30 de dezembro de 2014 foi celebrado o "Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da Região Autónoma da Madeira em regime de serviço público e de exclusividade entre a Região Autónoma da Madeira e a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.", por um período de 30 anos.

De salientar que, a partir do exercício económico de 2017, a ARM foi classificada como entidade de Interesse Público, nos termos da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e como tal, sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Constituem Órgãos da ARM os seguidamente identificados:

Quadro 2.2 – Órgãos da ARM, S.A.

Assembleia Geral	
Presidente	José Manuel Melim Mendes
Vice-Presidente	Júlia Isabel Vieira Lopes
Secretário	Lília Gouveia Farinha
Conselho de Administração	
Presidente	Nélia Maria Sequeira de Sousa
Vice-presidente	Ricardo Nuno Rodrigues Fernandes Manica
Vice-presidente	João Francisco Ramos dos Santos
Conselho Fiscal	
Presidente	João Albino Cordeiro Augusto
Vogal	José Ivo Correia
Vogal	Ricardo Nuno Abreu de Nóbrega
Revisor Oficial de Contas	
KPMG & Associados – S. R. O. C., S.A. representada pelo Dr. Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC nº 1466)	

Salienta-se que a **VISÃO** da ARM é:

Ser reconhecida pela gestão eficiente das águas e dos resíduos na Região Autónoma da Madeira e ser uma referência pelas melhores práticas, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

A **MISSÃO** da ARM é:

Gerir o sistema multimunicipal de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira, atuando de forma integrada nas suas diversas vertentes, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, num quadro de sustentabilidade ambiental, económica e social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento da Região.

No que concerne aos **VALORES** prosseguidos pela ARM, estes aliam a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais à sustentabilidade económica e à manutenção do bem-estar social, em nome

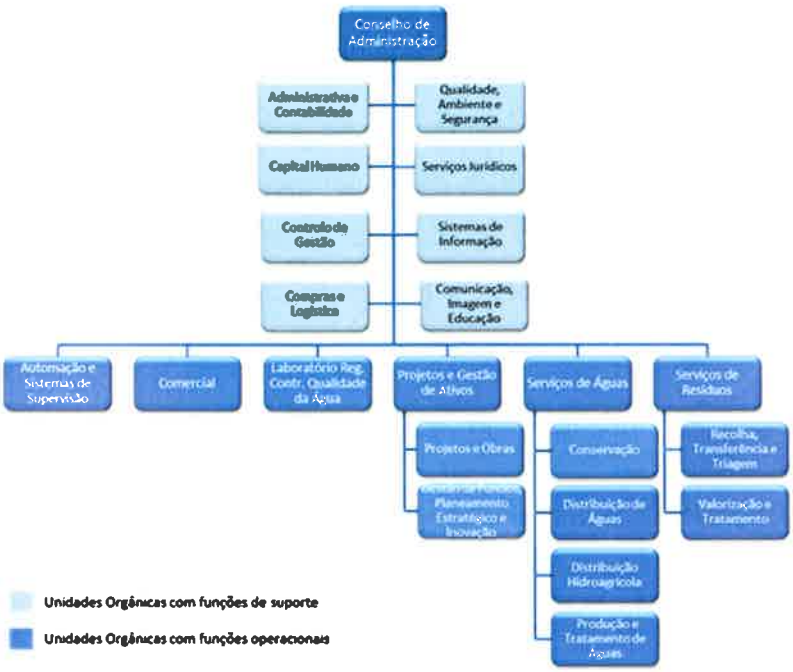
da qualidade de vida dos colaboradores, da comunidade e das gerações futuras. Entre os valores seguidos destacam-se:

- A Sustentabilidade, a procura de soluções eficientes, com respeito pelo Ambiente e pelas Pessoas. Assegurar internamente e incentivar publicamente a implementação de práticas ambientais corretas e responsáveis, através de programas contínuos de formação e informação, além de apostar em projetos de requalificação ambiental;
- A Qualidade, a competência e o rigor nas tomadas de decisões. Empenhar-se ativamente na inovação e qualidade dos processos, das tecnologias e da oferta de serviços, por intermédio da implementação de normas de qualidade e de um processo de contínua formação, investigação e desenvolvimento;
- A Legalidade, integridade e a transparência;
- A Formação e a Informação, como processos de melhoria contínua;
- Criação de Valor - promover a criação de valor aos utilizadores, colaboradores e acionistas, pelo regular, contínuo e eficiente tratamento, bem como pela geração e implementação de soluções inovadoras e de qualidade;
- Responsabilidade Social - assumir todos os dias um comportamento socialmente responsável e coerente para com os colaboradores, a comunidade e as restantes partes interessadas, participando ativamente em iniciativas de cariz educativo, cultural e social.

3. ESTRUTURA ORGÂNICA E CAPITAL HUMANO

3.1 Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da ARM é a seguinte:



3.2 Capital Humano

A 31 de dezembro de 2018 a ARM, S. A. contava com 756 colaboradores, o que representa um acréscimo de 1,5% face ao ano 2017. Dos 756 colaboradores, 636 são do sexo masculino (84%) e 120 do sexo feminino (16%).

Quadro 3.2.1 – Evolução do número de colaboradores da ARM, S.A.

Ano	N.º colaboradores	Δ do N.º de colaboradores	Δ % do N.º de colaboradores
2016	724	3	na
2017	745	21	2,9%
2018	756	11	1,5%

A distribuição dos colaboradores por género evidencia uma elevada preponderância dos homens em detrimento das mulheres, facto que é explicado pela tipologia das principais atividades exercidas pela empresa.

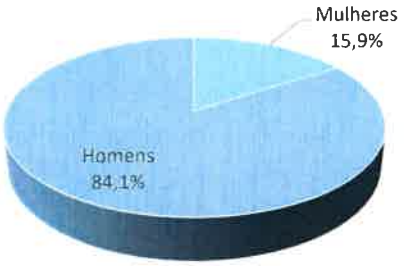


Gráfico 3.2.1 – Distribuição dos colaboradores por género

De entre os diversos tipos de vínculos existentes na empresa é de salientar que cerca de 69% dos colaboradores pertencem aos quadros da empresa e aproximadamente 29% possuem vínculo à administração pública.

Destaca-se ainda que apenas cerca de 2% dos colaboradores da ARM estão afetos à empresa mediante contrato de trabalho a termo, uma redução significativa na sequência da implementação da estratégia do Governo Regional de combate à precariedade, que em 2018 permitiu regularizar situações de precariedade constituídas com recurso a contratos a termo.

Gráfico 3.2.2 – Distribuição dos colaboradores por vínculo

De destacar que o número de colaboradores com vínculo à administração pública tem vindo a diminuir ao longo dos anos.

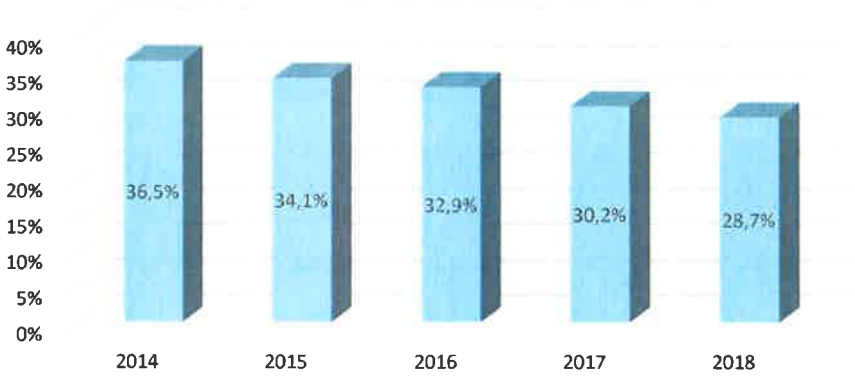


Gráfico 3.2.3 – Evolução do peso dos colaboradores com vínculo à Administração Pública

Relativamente à estrutura etária, verifica-se que mais de metade dos trabalhadores (60%) tem idade igual ou inferior a 49 anos.

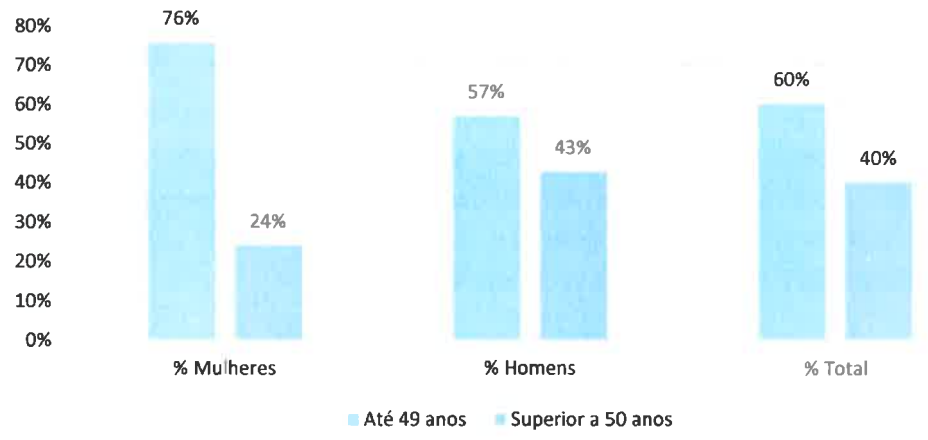


Gráfico 3.2.4 – Peso dos colaboradores com idade superior e inferior a 49 anos

Não obstante constatar-se uma estrutura etária relativamente jovem, a pirâmide etária dos colaboradores da empresa apresenta alguns riscos com a estrutura etária do pessoal, nomeadamente pelo elevado número de colaboradores do sexo masculino (aquele que simultaneamente apresenta maior número de colaboradores) nas faixas etárias entre os 40 e os 49 anos e entre os 50 e os 59 anos.

Gráfico 3.2.5 – Estrutura etária

No que se refere às habilitações literárias, verifica-se que 247 colaboradores (33%) apresentam níveis de escolaridade igual ou superior ao 12.º ano ou equivalente, sendo que dos restantes, cerca de 28% possuem nível de escolaridade igual ou inferior ao 1.º ciclo do ensino básico.

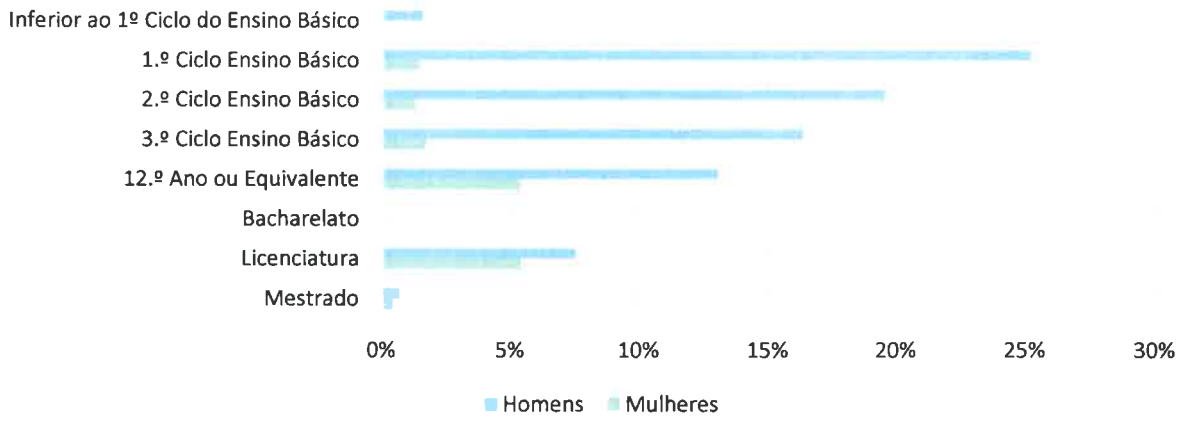


Gráfico 3.2.6 - Habilitações dos colaboradores

Relativamente à estrutura dirigente e qualificação profissional, a situação da empresa durante o ano 2018 é a representada no gráfico seguinte. É possível verificar o cariz operacional desta empresa, pois a maioria dos trabalhadores (59%) pertencem ao grupo de pessoal operacional e auxiliar.

Verifica-se que a empresa conta, ainda, com 27% de pessoal técnico operacional e administrativo, encontrando-se os restantes colaboradores distribuídos pelos grupos de pessoal técnico, gestão intermédia e de topo.

Gráfico 3.2.7 – Tipologias de Funções/Carreiras

Em 2018 a empresa implementou um sistema de avaliação do desempenho dos seus colaboradores, designado por SIGAD – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho, o qual é transversal a todos os trabalhadores em exercício de funções na empresa, independentemente do seu vínculo de origem. O SIGAD abrange a avaliação do desempenho das unidades orgânicas da empresa e dos trabalhadores, procurando promover uma cultura de gestão orientada para resultados, que aumente a satisfação e o empenho profissional dos trabalhadores.

Em 2018, foi ainda aprovado o Regulamento de Enquadramento Profissional que define a estrutura de carreiras e de categorias existentes na ARM e as regras de progressão na carreira. Foi igualmente

aprovado o Regulamento de Enquadramento Salarial, que aprova a tabela salarial da ARM e define os mecanismos de evolução retributiva das várias componentes retributivas e não retributivas.

De salientar a celebração de um Acordo de Empresa, em final de 2018, com as principais estruturas sindicais que, após a publicação da respetiva Portaria de Extensão, abrange a totalidade dos trabalhadores com vínculo privado da ARM. Tal constitui um marco importante no tratamento jurídico-laboral dos trabalhadores da empresa, permitindo uma uniformização de situações diferenciadas resultantes do processo de incorporação por fusão (ocorrido no final de 2014), em virtude de existirem regimes e enquadramentos profissionais e salariais diferenciados nas empresas que anteriormente constituíam aquele grupo empresarial.

A ARM, no âmbito das suas responsabilidades sociais, tem apoiado a integração e a adaptação de formandos em contexto de trabalho, desenvolvendo parcerias com diferentes entidades e permitindo que jovens sintam o dia-a-dia de trabalho, contribuindo para beneficiarem de uma experiência relevante para o seu futuro profissional. No ano 2018 a ARM recebeu 12 formandos.

O desenvolvimento contínuo do Capital Humano é uma preocupação constante da ARM e em 2018, entre formações externas e uma estratégia de formação interna mais acentuada, permitiu a formação de 308 colaboradores nas mais variadas matérias desde o ambiente, a informática, segurança e formação operacional, num total superior a 1835 horas.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NAS DIVERSAS ÁREAS DE NEGÓCIO

A ARM tem por objeto a exploração e a gestão do **Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos na Região Autónoma da Madeira**. Este sistema compreende as seguintes áreas e atividades:

a) Gestão de água de abastecimento público em regime de alta, incluindo captação, transporte, produção, tratamento, armazenagem, adução, distribuição e aproveitamentos hidroenergéticos;

b) Gestão de água de abastecimento público em regime de baixa, incluindo captação, transporte, armazenagem e distribuição ao consumidor final;

c) Gestão de água para regadio em regime de alta e de baixa, incluindo captação, transporte, armazenamento e distribuição ao consumidor final;

d) Gestão de águas residuais urbanas em regime de alta, incluindo tratamento e/ou envio a destino final;

e) Gestão de águas residuais urbanas em regime de baixa, incluindo drenagem de águas pluviais, nas situações de partilha de coletores;

f) Gestão de resíduos em regime de alta, incluindo transferência, tratamento, triagem e valorização de resíduos sólidos com aproveitamento energético e envio a destino final;

g) Gestão de resíduos em regime de baixa, incluindo a recolha seletiva e indiferenciada;

h) Monitorização e controlo da qualidade da água.

No **sector do abastecimento de água**, a ARM desenvolve as suas atividades em **alta** (com exceção dos concelhos de São Vicente e Porto Moniz) e em **baixa** abrangendo a distribuição de água para consumo urbano na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Machico, Santana e Porto Santo). Para além do fornecimento de água em baixa aos municípios aderentes, a ARM assegura, ainda, o fornecimento em baixa a clientes industriais relativamente aos quais os respetivos municípios não reuniam condições para prestar o serviço.

Imagem 4.1 – Infraestruturas de tratamento de água

No **sector das águas residuais**, a ARM desenvolve as suas atividades em **alta** e em **baixa** na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Machico, Santana e Porto Santo).

Imagem 4.2 – Infraestruturas de tratamento de águas residuais

No sector dos resíduos, a ARM é responsável pela **gestão de resíduos em baixa** na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Machico, Santana e Porto Santo), efetuando a recolha seletiva e indiferenciada dos resíduos urbanos.

A estrutura para a **gestão de resíduos em alta** está dimensionada para as funções operacionais que presta aos seus clientes, nomeadamente a de transferência de resíduos, a triagem de recicláveis e o tratamento de resíduos, contando para esse efeito com três centros operacionais na ilha da Madeira e um no Porto Santo, designadamente:

- Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS) da Meia Serra – Tratamento de resíduos por incineração com aproveitamento energético; compostagem; deposição em aterro sanitário; receção, armazenamento e trituração de pneus usados; receção e armazenamento temporário de Resíduos Hospitalares do grupos III e IV e uma estação de tratamento de águas residuais e lixiviantes;
- Estação de Transferência da Zona Leste e Estação de Triagem da ilha da Madeira (ETZL/ET) – Centro de triagem, ecocentro e transferência de resíduos para tratamento na ETRS;
- Estação de Transferência da Zona Oeste (ETZO) – Ecocentro, transferência de resíduos para tratamento na ETRS e triagem na ETZL/ET;
- Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo (CPRS) – Ecocentro, triagem, transferência de resíduos para tratamento na ETRS, deposição em aterro sanitário e aterro de inertes.

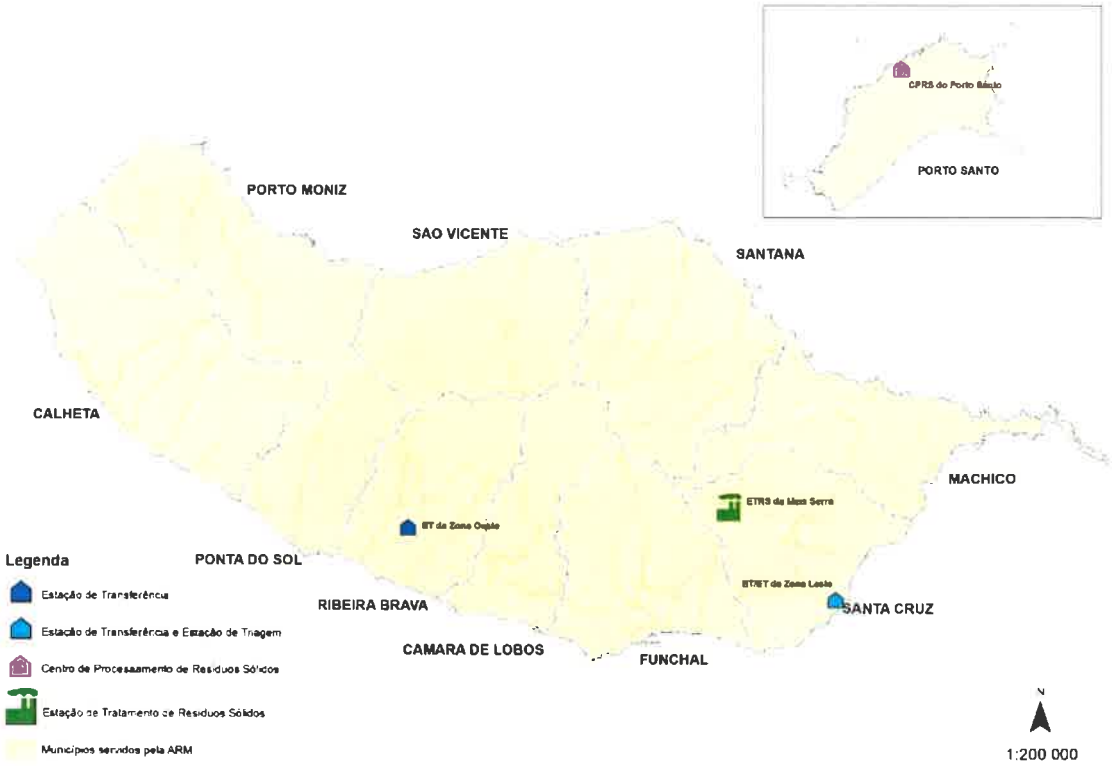


Imagem 4.3 – Infraestruturas de gestão de resíduos em alta

Os resíduos urbanos não recicláveis provenientes das recolhas indiferenciadas são direcionados para as estações de transferência (ETZL e CPRS) e posteriormente reencaminhados para tratamento na ETRS da Meia Serra. Os municípios da zona oeste da ilha da Madeira procedem à entrega dos resíduos na ETZL ou diretamente na ETRS da Meia Serra (por questões de segurança, parte das operações de gestão dos resíduos realizadas na ETZO permanece parcialmente suspensa).

Os resíduos hospitalares são rececionados diretamente na ETRS da Meia Serra e enviados para tratamento adequado, através de operadores devidamente licenciados sedeados no Continente. Em 2018 a ARM implementou uma solução para a desinfeção dos resíduos hospitalares do grupo III na ETRS da Meia Serra, que permitirá reduzir significativamente a quantidade produzida e os custos de tratamento dos referidos resíduos. Esta solução entrou em funcionamento em fevereiro de 2019. No que se refere aos resíduos hospitalares do grupo IV, cuja quantidade produzida na Região é muito reduzida, a solução consiste na receção e acondicionamento em contentores marítimos refrigerados, e encaminhamento para tratamento fora da Região, sendo esta a solução economicamente mais viável.

O encaminhamento dos resíduos provenientes da recolha seletiva urbana proveniente de todos os sistemas municipais da RAM é da competência da ARM. Estes resíduos são rececionados por fluxo e,ou fileira e, após triados, são encaminhados para reciclagem ou para outras formas de tratamento na Região ou no Continente.

A ARM exerce, ainda, as atividades previstas no contrato de concessão ao nível da gestão de sistemas no **sector do regadio agrícola** em alta (captações e grandes aduções) e em baixa (armazenagem e distribuição).

A ARM gere uma rede que integra cerca de 2.885 km de canais de adução e de distribuição de água, beneficiando uma área de 5.319 hectares.

As infraestruturas públicas de regadio agrícola, a exemplo dos perímetros públicos de regadio por estas beneficiadas, encontram-se dispersas pela ilha da Madeira, com especial relevância abaixo da cota 600.

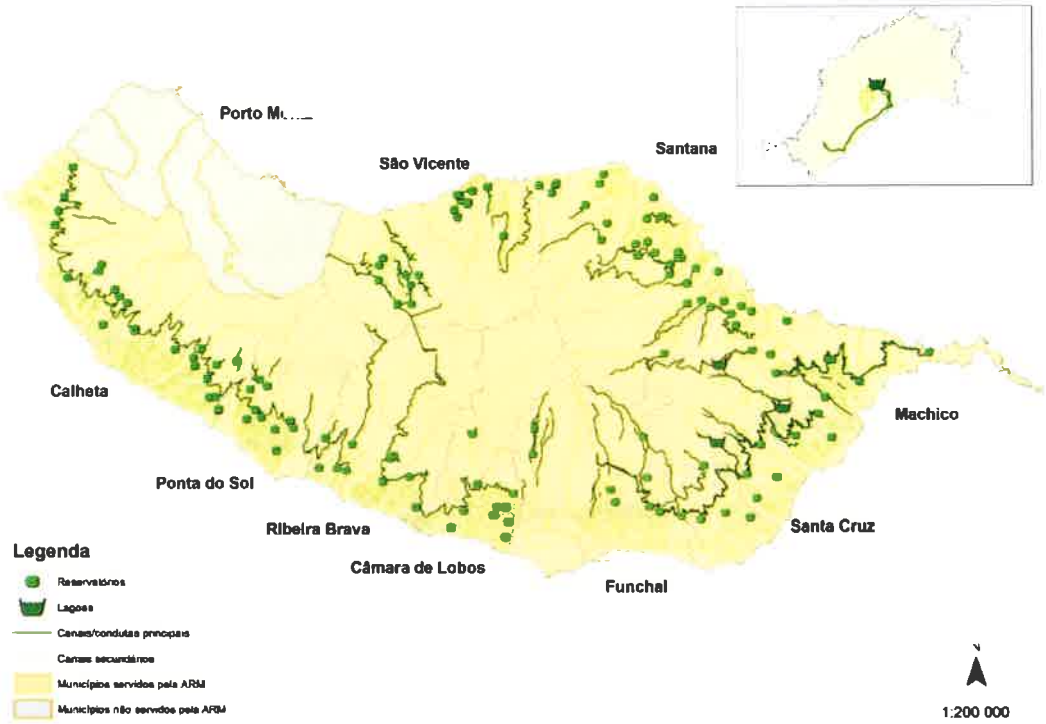


Imagem 4.4 – Infraestruturas públicas de regadio agrícola

Abastecimento de Água em Alta

4.1 Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais em Alta

4.1.1 Abastecimento de Água em Alta

O volume de água fornecida em alta pela ARM no ano 2018 fixou-se em cerca de 58,3 milhões de metros cúbicos, registando-se um aumento de 1,3% face ao ano de 2017, mantendo a tendência de crescimento que se verifica desde 2013.

Este volume inclui as quantidades fornecidas em alta aos municípios da ilha da Madeira e Porto Santo, a partir do sistema multimunicipal, bem como os volumes das origens próprias dos municípios aderentes (como, por exemplo, nascentes), as quais no ano 2018 totalizaram cerca de 2 milhões de metros cúbicos.

Gráfico 4.1.1.1 – Evolução dos volumes totais fornecidos em alta

Do volume total de água fornecida em alta pela ARM, cerca de 99,7%, refere-se às adução em alta aos Municípios e apenas 0,3% são fornecimentos a outros clientes privados (Gráfico 4.1.1.2).

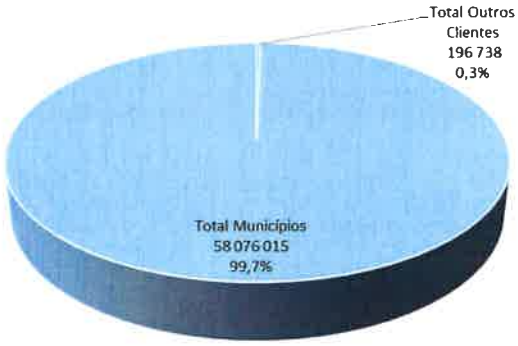


Gráfico 4.1.1.2 – Fornecimentos de água para abastecimento público aos Municípios e aos Outros Clientes, em 2018

Pela distribuição percentual dos fornecimentos de água aos Municípios, durante o ano 2018, verifica-se que o Município do Funchal, na qualidade de núcleo aglutinador da atividade socioeconómica regional, bem como de concentração populacional, apresenta o maior peso nos consumos de água para abastecimento público, representando 50% do total de água fornecida aos Municípios. Os Municípios Aderentes representam em conjunto cerca de 30% do fornecimento efetuado pela ARM aos Municípios, enquanto a participação dos restantes ronda os 20%.

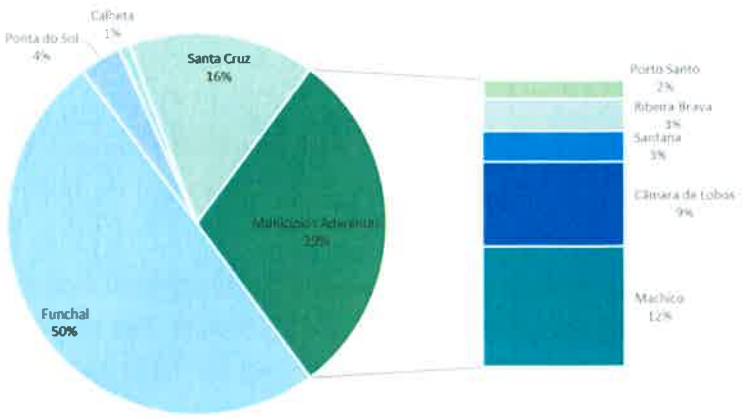


Gráfico 4.1.1.3 – Fornecimento de água em alta aos municípios

A evolução dos volumes de água fornecidos em alta aos municípios encontra-se representada no Gráfico 4.1.1.4, bem como a evolução da capitação em alta.

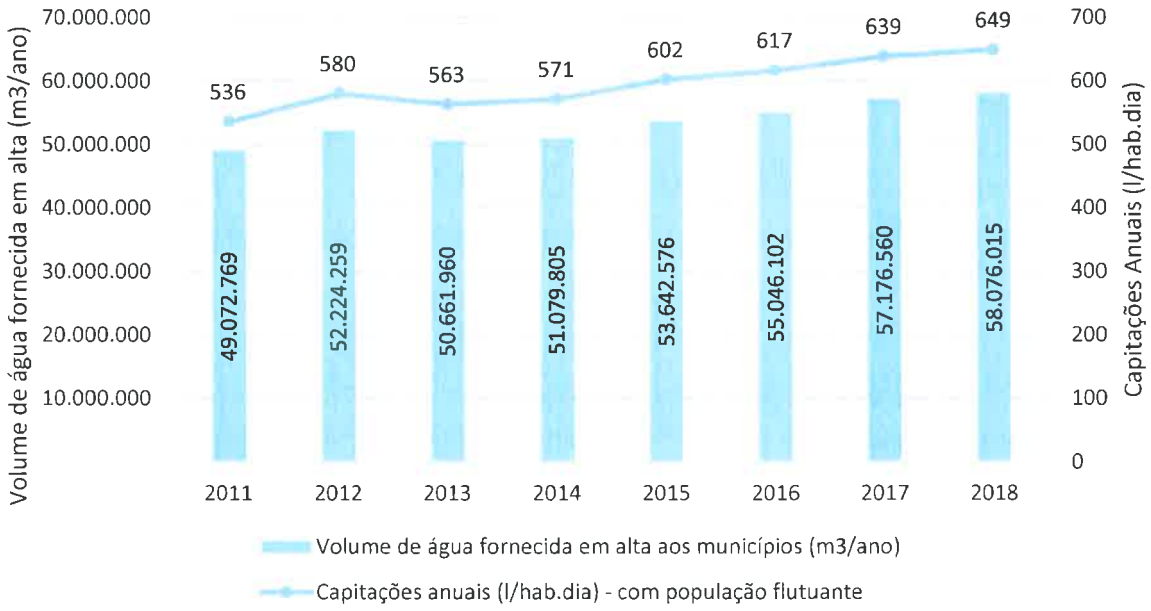


Gráfico 4.1.1.4 - Fornecimento de Água em Alta aos Municípios

Nota: Capitação calculada com base nas Estimativas Provisórias Anuais de População Residente em 31 de dezembro de 2017 (disponível à data) – Fonte: DRE

De referir o acréscimo registado no volume total de água aduzida aos sistemas de abastecimento na maioria dos municípios, sendo que as únicas exceções ocorreram nos municípios da Calheta e Santana, o que evidencia a necessidade de apostar na requalificação das redes de abastecimento na generalidade dos municípios, dado os elevados volumes *per capita* registados.

Quadro 4.1.1.1 – Volume total de água aduzida aos sistemas de abastecimento nos municípios

Município	Fornecimentos de água aos municípios (m3/ano)		
	Ano 2017	Ano 2018	% de cada município face ao total
Funchal	28 812 325	28 962 189	50%
Santa Cruz	9 045 334	9 233 291	16%
Ponta do Sol	1 995 928	2 077 934	4%
Calheta	574 766	538 566	1%
Sub-total Municípios não aderentes	***40 428 353***	***40 811 980***	***70%***
Câmara de Lobos	5 020 925	5 104 314	9%
Ribeira Brava	1 823 524	1 943 665	3%
Machico	6 943 288	7 220 940	12%
Santana	1 840 337	1 831 544	3%
Porto Santo	1 120 133	1 163 572	2%
Sub-total Municípios aderentes	***16 748 207***	***17 264 035***	***30%***
Total	**57 176 560**	**58 076 015**	**100%**

Notas:
Estimativa da população servida (residente e flutuante) calculada com base no rácio do número de consumidores/contador.
População residente: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os grupos etários, em 2017 (Direção Regional de Estatística).

Um dos objetivos primordiais da ARM é garantir a qualidade da água desde as origens/captações até aos pontos de entrega. A água que a ARM entrega "em alta" aos municípios é de excelente qualidade. Os resultados das análises nos pontos de entrega da ARM aos municípios não aderentes encontra-se no Quadro 4.1.1.2.

Quadro 4.1.1.2 - Resumo dos resultados das análises nos pontos de entrega às entidades gestoras (municípios não aderentes)

Municípios Não Aderentes	N.º Determinações Totais	N.º Incumprimentos	% Cumprimento	% Incumprimento
Calheta	304	3	99,01%	0,99%
Funchal	2 953	17	99,42%	0,58%
Ponta do Sol	290	1	99,66%	0,34%
Santa Cruz	725	4	99,52%	0,48%
Total ARM	**4 272**	**25**	**99,40%**	**0,60%**

4.1.2 Produção Hidroenergética na Ilha da Madeira

A ARM gere a central mini-hídrica da Terça, cuja produção hidroenergética, associada ao aproveitamento do Sistema Adutor dos Tornos, registou em 2018 um acréscimo de 16% relativamente ao ano 2017. O aumento da produção hidroelétrica deve-se ao aumento das disponibilidades hídricas nos primeiros meses do ano de 2018, que permitiram um maior aproveitamento de água com origem neste sistema.

Quadro 4.1.2.1 – Produção hidroenergética

Ano	Produção hidroenergética (MWh)	Vendas de energia (€/ano)	Variação da produção face ao ano anterior	Variação das vendas face ao ano anterior
2015	4 391	481 134 €	-1,6%	-1,0%
2016	3 825	421 225 €	-12,9%	-12,5%
2017	4 192	471 197 €	9,6%	11,9%
2018	4 871	558 421 €	16,2%	18,5%

Em 2018, os meses de fevereiro a abril apresentaram um bom desempenho relativamente à média mensal dos últimos 78 anos (Gráfico 4.1.2.1).

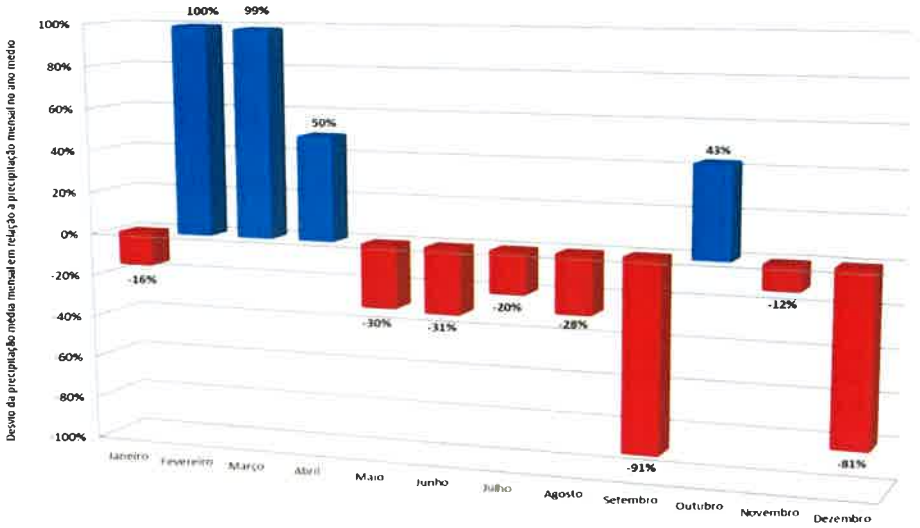


Gráfico 4.1.2.1 – Desvio da precipitação média mensal em relação à precipitação mensal no ano médio

4.1.3 Tratamento de Águas Residuais em Alta

Relativamente ao tratamento de águas residuais, verifica-se um decréscimo dos caudais afluentes às ETAR's, com consequente redução dos volumes totais tratados em 2018, contrariando a tendência que se vinha a verificar desde 2013, com exceção ao ano 2016. Não obstante o decréscimo verificado em 2018 face ao ano anterior, a verdade é que se assistiu a um acréscimo de cerca de 20% face ao ano 2013.

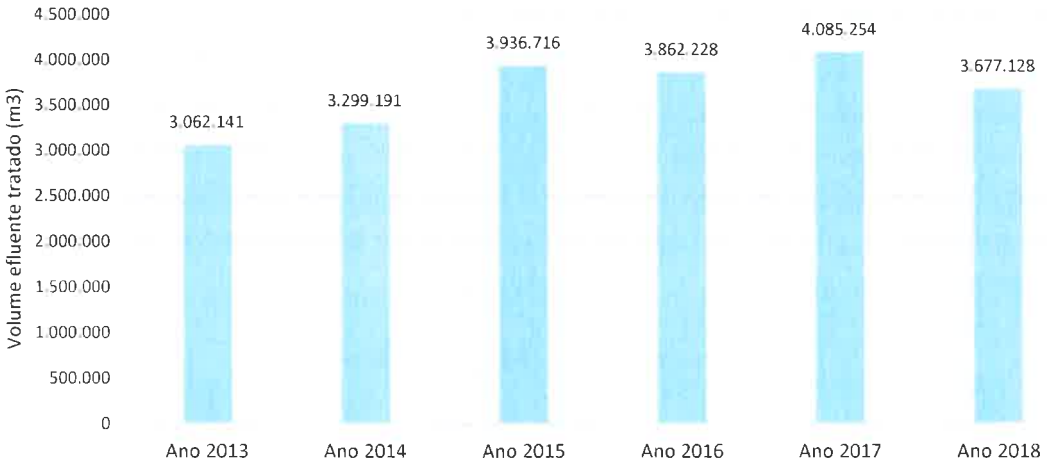


Gráfico 4.1.3.1 – Evolução dos caudais efluentes às ETAR's

O total de água residual tratada reparte-se pelos municípios aderentes de acordo com a distribuição do gráfico abaixo. Será ainda de salientar que toda a água tratada pela ETAR do Porto Santo é reutilizada para regadio.

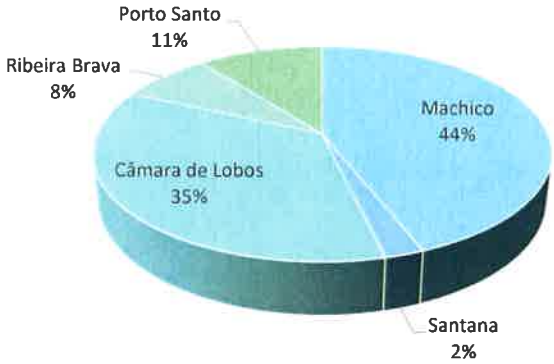


Gráfico 4.1.3.2 – Distribuição do total das águas residuais tratadas por concelho

Distribuição e Drenagem

4.2 Distribuição e Drenagem

4.2.1 Abastecimento de Água em Baixa

As redes de distribuição de água sob gestão da ARM integram 1.432 km de condutas nos cinco Municípios aderentes. O comprimento médio de rede por consumidor é da ordem dos 18,6 metros, variando dos 11,9 metros aos 44,7 metros, em função do grau de ruralidade do Município e, consequentemente, da dispersão populacional.

Durante o ano 2018 foram aduzidos, a partir do sistema multimunicipal aos sistemas de abastecimento dos cinco municípios aderentes, cerca de 15,21 milhões m^3 de água, tendo estes sistemas contado, ainda, com cerca de 2 milhões de m^3 (12%) provenientes de nascentes existentes nos próprios municípios. Do total de 17,26 milhões m^3 de água fornecida em alta às redes, foram faturados aos clientes finais dos municípios aderentes cerca de 5,47 milhões m^3, o que representa uma perda global da ordem dos 68%, entre fugas e consumos não faturados, percentagem significativamente elevada.

Com vista a reduzir as elevadas perdas nas redes de distribuição dos municípios aderentes, encontram-se em curso as empreitadas de remodelação dos sistemas de abastecimento e de drenagem da Zona Oeste, da Zona Leste e do Porto Santo, que visam substituir troços de rede em mau estado de conservação e criar zonas de monitorização e controlo. Em paralelo, e atendendo ao histórico de roturas, anualmente são identificados troços de rede que carecem de ser substituídos e integrados no plano de atividades do ano seguinte.

Os consumos faturados no Município de Câmara de Lobos representam 35% do total dos volumes faturados em baixa ao longo de 2018, seguido do Município de Machico, com 29%. O consumo (faturado) médio diário *per capita* nos Municípios aderentes foi de 184 l/hab.dia (Quadro 4.2.1.1).

Quadro 4.2.1.1 – Consumos de água e perdas nos municípios aderentes

Município Aderente	Volume total fornecido às redes (m^3)	Água fornecida ao consumidor final - valores contabilizados (m^3)	Perdas por ineficiência (inclui perdas reais e consumos não contabilizados)	Consumo contabilizado *per capita* (l/hab.dia)
Câmara de Lobos	5 104 314	1 915 916	62,5%	153
Ribeira Brava	1 943 665	800 856	58,8%	174
Machico	7 220 940	1 563 211	78,4%	204
Santana	1 831 544	465 489	74,6%	181
Porto Santo	1 163 572	723 321	37,8%	300
TOTAL	**17 264 035**	**5 468 793**	**68,3%**	**184**

Notas:

Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os grupos etários, em 2017 (Direção Regional de Estatística da Madeira).

Estimativa da população servida (residente + flutuante) calculada com base no rácio do número de consumidores/contador.

A água proveniente de nascentes é estimada tendo em consideração a população abastecida por origens próprias.

Salienta-se a elevada capitação registada no município do Porto Santo, significativamente superior à dos restantes municípios aderentes, a qual traduz a influência da população flutuante.

As perdas globais nas redes praticamente não sofreram alterações em relação ao ano 2017.

Quadro 4.2.1.2 – Evolução das perdas nos municípios aderentes

Município Aderente	Perdas por ineficiência (inclui consumos não contabilizados) – 2017	Perdas por ineficiência (inclui consumos não contabilizados) – 2018	Evolução das perdas 2018/2017 (em pontos percentuais)
Câmara de Lobos	64,7%	62,5%	-2,2%
Ribeira Brava	55,7%	58,8%	3,1%
Machico	78,2%	78,4%	0,2%
Santana	73,1%	74,6%	1,5%
Porto Santo	36,7%	37,8%	1,1%
TOTAL	**68,4%**	**68,3%**	**-0,04%**

De salientar a redução das perdas verificada no município de Câmara de Lobos. Esta redução resultou essencialmente da deteção de uma importante fuga associada à rede de distribuição.

De referir, ainda, que os Municípios da Ribeira Brava e de Santana, registaram, no ano 2018, um aumento das perdas, de 3,1% e 1,5%, respetivamente, face ao ano 2017, fruto do envelhecimento das redes naqueles municípios.

Quadro 4.2.1.3 – Evolução da quantidade de água faturada nos municípios aderentes (m^3)

Município Aderente	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Câmara de Lobos	1 548 520	1 654 493	1 637 898	1 771 863	1 915 916	8%
Ribeira Brava	718 923	765 715	769 222	807 150	800 856	-1%
Machico	1 210 684	1 222 582	1 298 264	1 515 813	1 563 211	3%
Santana	501 944	490 666	501 207	494 534	465 489	-6%
Porto Santo	598 374	661 545	635 276	708 607	723 321	2%
TOTAL	**4 578 445**	**4 795 001**	**4 841 867**	**5 297 967**	**5 468 793**	**3%**

No que se refere à evolução do consumo de água nos municípios aderentes (quantidade de água faturada), verifica-se uma tendência de acréscimo nos municípios aderentes de Câmara de Lobos, Machico e Porto Santo contribuindo para um acréscimo global na ordem dos 3% face ao ano 2017. Apenas nos Municípios da Ribeira Brava e de Santana este valor registou um decréscimo de 1% e 6%, respetivamente.

Quadro 4.2.1.4 – Evolução da capitação dos volumes faturados ao cliente final nos municípios aderentes

Município Aderente	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Câmara de Lobos	127	136	135	147	159	8%
Ribeira Brava	154	166	167	176	175	-1%
Machico	157	160	170	200	206	3%
Santana	192	191	197	195	184	-6%
Porto Santo	263	288	267	294	300	2%
TOTAL	**155**	**164**	**165**	**182**	**187**	**3%**

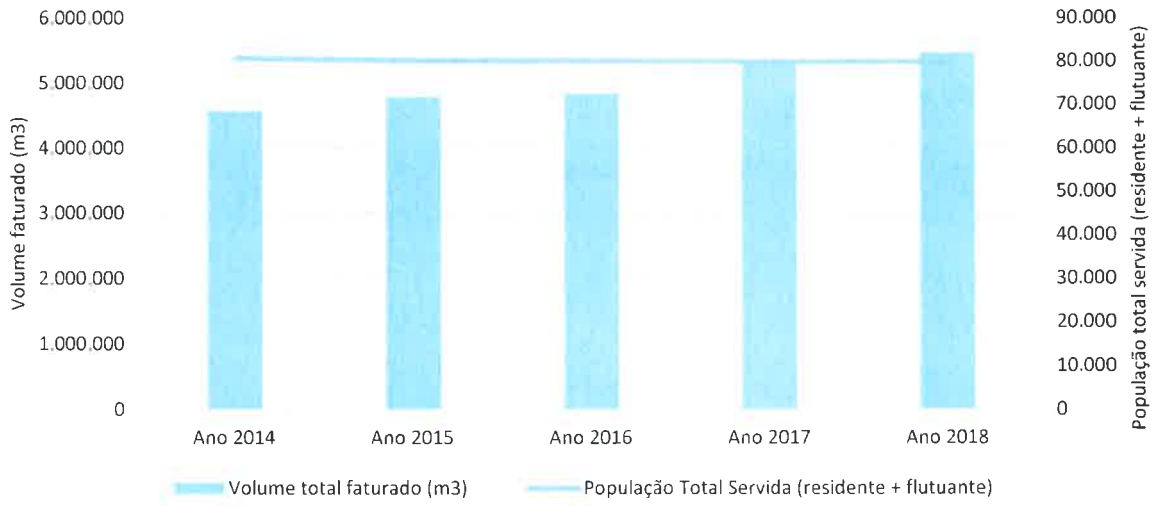


Gráfico 4.2.1.1 – Evolução do volume faturado e da população servida

Garantir a qualidade da água desde as origens/captações até à torneira do consumidor é uma das principais preocupações da ARM nos sistemas sob a sua gestão.

Em 2018, no âmbito do controlo da qualidade da água efetuado em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, foram realizadas 6.720 determinações de parâmetros/substâncias individualizadas nas redes de distribuição nos cinco municípios aderentes à empresa, designadamente nos municípios de Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana.

A excelente qualidade da água fornecida "em baixa" pela ARM naqueles municípios é comprovada pelos resultados obtidos, registando-se 99,12% de cumprimento dos valores paramétricos definidos no diploma legal acima referido.

Quadro 4.2.1.5 – Resumo dos resultados das análises na torneira dos consumidores da ARM (municípios aderentes)

Município Aderente	N.º Determinações totais	N.º Incumprimentos	% Cumprimento	% Incumprimento	Classificação da qualidade da água – indicador "água segura"
Porto Santo	467	2	99,45%	0,55%	Boa
Câmara de Lobos	1278	9	99,13%	0,87%	Boa
Ribeira Brava	1112	13	98,58%	1,42%	Boa
Santana	1462	12	99,04%	0,96%	Boa
Machico	1196	6	99,39%	0,61%	Boa
Total	**5.515**	**42**	**99,12%**	**0,88%**	**Boa**

Em 2018 a água destinada ao consumo humano distribuída pela rede pública sob gestão da ARM apresenta um indicador "água segura" de boa qualidade uma vez que o mesmo é superior a 98,5%.

4.2.2 Águas Residuais

A rede de drenagem de águas residuais urbanas (incluindo os ramais) sob responsabilidade da ARM e que se encontra em serviço atinge cerca de 378 km (Quadro 4.2.2.1).

A taxa de cobertura da população residente por rede de drenagem nos municípios aderentes ronda os 44%. O município que apresenta maior cobertura é o Porto Santo, sendo o município de Santana aquele que apresenta uma menor taxa de cobertura, entre os municípios aderentes.

Está em curso um conjunto de investimentos de lançamento de novos coletores que irão aumentar a taxa de cobertura.

Quadro 4.2.2.1 – Rede de drenagem de águas residuais (incluindo ramais) - em serviço

Município	Extensão de coletores em serviço (km)	Extensão dos ramais em serviço (km)	Total rede de drenagem de águas residuais em serviço (km)	Taxa de cobertura
Câmara de Lobos	100	18	118	57%
Ribeira Brava	62	4	66	23%
Machico	73	13	86	39%
Santana	10	1	11	4%
Porto Santo	79	18	97	93%
Total	**324**	**54**	**378**	**44%**

Durante o ano 2018 foram despendidas 1.151 horas na operação de limpeza de coletores e de fossas efetuadas através de uma viatura limpa-fossas.

Recolha de Resíduos

4.3 Recolha de Resíduos

Os serviços de recolha de resíduos efetuados pela ARM durante o ano 2018 foram realizados nos cinco municípios aderentes, os quais representam 40% da área da Região, englobando cerca de 29% da população (Quadro 4.3.1).

Quadro 4.3.1 – Área e população residente e flutuante dos municípios aderentes

Município Aderente	Área (km²)	População residente (habitantes) [1]	População Flutuante (habitantes) [2]	População Total (Residente + Flutuante)
Porto Santo	42,6	5 173	1 437	6 610
Câmara de Lobos	52,1	33 847	369	34 216
Ribeira Brava	65,4	12 428	176	12 604
Machico	68,3	20 272	683	20 955
Santana	95,6	6 808	226	7 034
TOTAL	**324,0**	**78 528**	**2 891**	**81 419**
TOTAL RAM	**801,1**	**254 368**	**23 045**	**277 413**

[1] – Fonte: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os grupos etários, em 2017 (Direção Regional de Estatística da Madeira).

[2] – Fonte: Estatísticas do Turismo – microdados (Direção Regional de Estatística da Madeira).

No decorrer do ano 2018 foram recolhidas cerca de 30.477 toneladas de resíduos nos cinco municípios aderentes, representando os resíduos indiferenciados cerca de 88% da totalidade dos resíduos recolhidos.

Quadro 4.3.2 – Quantidade de resíduos recolhidos por tipologia (toneladas)

Município Aderente	Resíduos Indiferenc.	Papelão	Vidrão	Embalão	Outros resíduos	Total 2018	Total 2017	Variação 2018 vs 2017
Porto Santo	2 532	158	191	71	530	3 481	3 833	-9,2%
Câmara de Lobos	10 444	407	315	182	350	11 698	11 149	4,9%
Ribeira Brava	3 910	127	168	81	70	4 356	4 295	1,4%
Machico	7 695	207	228	81	217	8 428	8 199	2,8%
Santana	2 181	66	138	37	92	2 514	2 409	4,3%
TOTAL	**26 761**	**965**	**1 040**	**453**	**1 259**	**30 477**	**29 884**	**2,0%**

Quadro 4.3.3 – Quantidade resíduos recolhidos - por grandes grupos (toneladas)

Município Aderente	Total Geral Recolha			Total Recolha Seletiva			Resíduos Indiferenciados			Outros resíduos		
	Total 2017	Total 2018	Variação 2018/2017	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Porto Santo	3 833	3 481	-9,2%	398	420	5,4%	2 592	2 532	-2,3%	842	530	-37,1%
Câmara de Lobos	11 149	11 698	4,9%	827	904	9,3%	10 005	10 444	4,4%	317	350	10,5%
Ribeira Brava	4 295	4 356	1,4%	333	376	12,7%	3 920	3 910	-0,2%	42	70	67,4%
Machico	8 199	8 428	2,8%	480	517	7,8%	7 533	7 695	2,1%	186	217	16,5%
Santana	2 409	2 514	4,3%	226	241	6,5%	2 134	2 181	2,2%	49	92	87,2%
TOTAL	**29 884**	**30 477**	**2,0%**	**2 264**	**2 457**	**8,5%**	**26 184**	**26 761**	**2,2%**	**1 436**	**1 259**	**-12,3%**

A quantidade de resíduos recicláveis representa apenas cerca de 8% da quantidade total de resíduos recolhidos. A categoria "Outros Resíduos", representa 4% da quantidade de resíduos recolhidos e inclui madeiras, verdes, monstros, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, pneus, metais e pilhas e acumuladores (Gráfico 4.3.1).

Gráfico 4.3.1 – Distribuição da quantidade dos resíduos recolhidos

Da análise às quantidades de resíduos indiferenciados recolhidos, verifica-se ter ocorrido um acréscimo no ano 2018 face a 2017, conforme já se havia verificado nos anos 2016 e 2017. A única exceção ocorreu no município do Porto Santo onde a quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos sofreu um decréscimo de 2% (Gráfico 4.3.2).

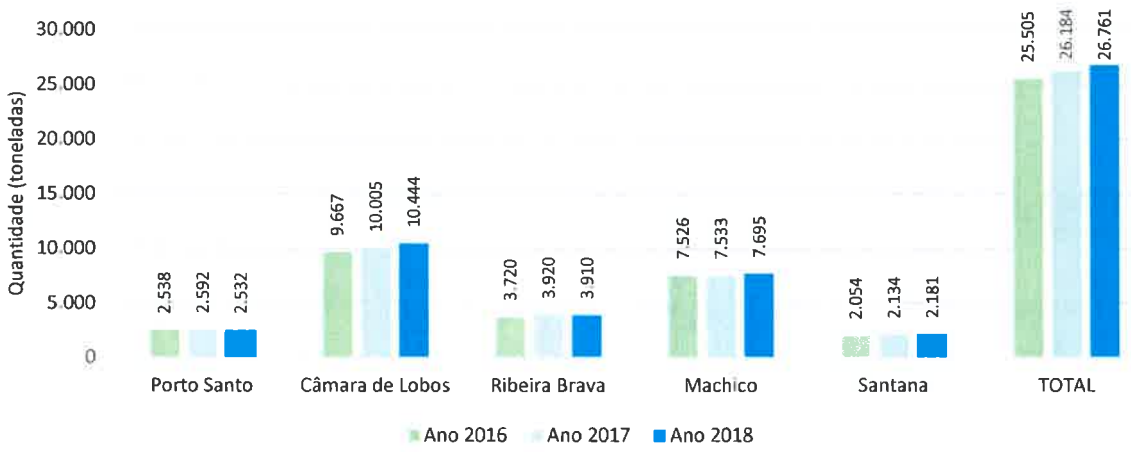


Gráfico 4.3.2 - Evolução da quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos

No que se refere aos resíduos recicláveis, verifica-se ter ocorrido um acréscimo nas quantidades recolhidas de resíduos provenientes do papelão, vidrão e embalão em 2018 face a 2017 (Gráfico 4.3.3).

Destaca-se o aumento de 8,5% na recolha seletiva, nomeadamente o aumento de cerca de 16% no fluxo de embalão, o que demonstra o resultado do reforço da sensibilização para a separação e uma maior consciencialização da população.

Com exceção do Porto Santo, verificou-se um aumento generalizado da recolha de outras fileiras de resíduos, com especial enfoque para a recolha a pedido de resíduos verdes, o que só por si demonstra o envolvimento da população para a recolha a pedido, bem como para as operações de desmatação dos terrenos.

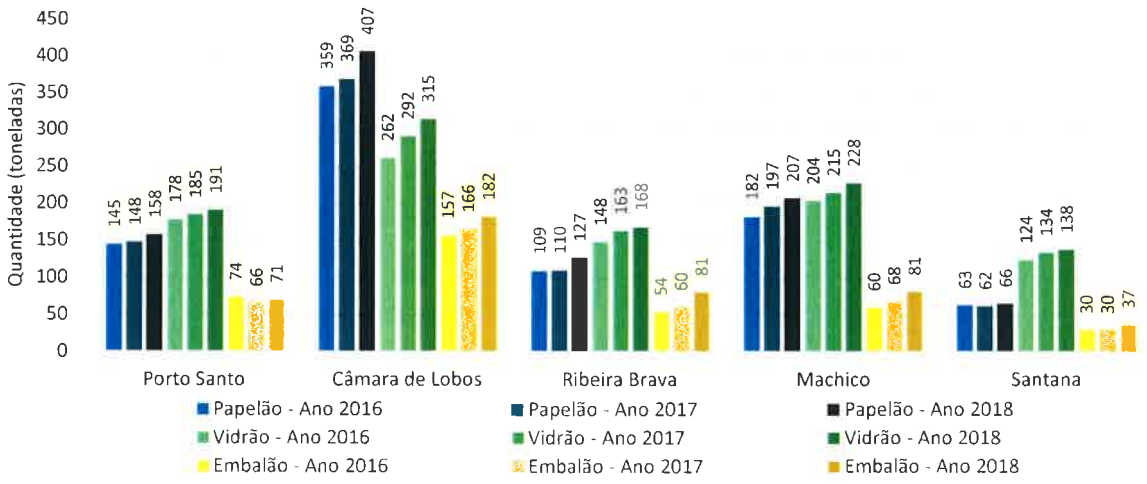


Gráfico 4.3.3 - Evolução da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos

Quadro 4.3.4 – Evolução das quantidades de resíduos recolhidos (toneladas)

Município Aderente	Resíduos Indiferenciados			Papelão			Vidrão			Embalão		
	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Porto Santo	2 592	2 532	-2%	148	158	7%	185	191	3%	66	71	8%
Câmara de Lobos	10 005	10 444	4%	369	407	10%	292	315	8%	166	182	10%
Ribeira Brava	3 920	3 910	0%	110	127	16%	163	168	3%	60	81	34%
Machico	7 533	7 695	2%	197	207	6%	215	228	6%	68	81	19%
Santana	2 134	2 181	2%	62	66	6%	134	138	3%	30	37	25%
TOTAL	**26 184**	**26 761**	**2%**	**885**	**965**	**9%**	**989**	**1 040**	**5%**	**390**	**453**	**16%**

A redução substancial na recolha de "outros resíduos" no Porto Santo, resulta da iniciativa privada dos clientes que entregam diretamente nas instalações do CPRS, bem como a entrada de outros *players* na recolha de resíduos desta natureza no Porto Santo.

No Quadro 4.3.5 apresenta-se a capitação dos resíduos recolhidos nos cinco municípios aderentes, a qual evidencia a elevada capitação no Município do Porto Santo, quando comparada com a capitação dos restantes, resultante da dupla insularidade daquela ilha e do peso da população flutuante nos meses de Verão.

Por outro lado, salienta-se a reduzida capitação registada em Câmara de Lobos, seguida pela Ribeira Brava e Santana.

Quadro 4.3.5 – Capitação dos resíduos recolhidos nos municípios aderentes (kg/habitante.ano)

Município Aderente	Resíduos Indiferenciados	Papelão	Vidrão	Embalão	Outros resíduos	Total
Porto Santo	383	24	29	11	80	**527**
Câmara de Lobos	305	12	9	5	10	**342**
Ribeira Brava	310	10	13	6	6	**346**
Machico	367	10	11	4	10	**402**
Santana	310	9	20	5	13	**357**
Total	**329**	**12**	**13**	**6**	**15**	**374**

Nota: Capitação calculada tendo em consideração a população residente e a população flutuante.

Importa salientar que, com exceção do município do Porto Santo, fruto da elevada população flutuante, os municípios apresentam uma capitação média de resíduos urbanos inferior à capitação média Nacional e Europeia, a rondar os 480 kg/habitante.ano.

No que se refere à recolha de óleos alimentares usados, no início do ano 2017 a ARM lançou uma rede de recolha destes resíduos, através da colocação de oleões ao dispor da população, em colaboração com as autarquias dos cinco municípios aderentes. As quantidades recolhidas em cada um dos municípios referidos durante o ano 2018 encontram-se no quadro seguinte.

Quadro 4.3.6 – Quantidade de óleos alimentares usados recolhidos

Município Aderente	Número de oleões	Quantidade de Óleos Alimentares Usados recolhida (toneladas)
Porto Santo	12	0,98
Câmara de Lobos	15	0,62
Ribeira Brava	12	0,66
Machico	12	0,52
Santana	12	0,44
TOTAL	63	3,22

Transferência e Triagem

4.4 Transferência e Triagem

4.4.1 Envio de Resíduos para Reciclagem ou Outras Formas de Valorização

Durante o ano 2018 a ARM encaminhou para reciclagem ou para outras formas de valorização um total de 13.715 toneladas de resíduos, o que representa um acréscimo de 4,5% face ao total registado no ano 2017.

Relativamente aos resíduos de papel/cartão, registou-se um acréscimo significativo nas quantidades enviadas para reciclagem, na ordem dos 26,5%, devido ao aumento das quantidades de resíduos entregues por outros produtores de resíduos urbanos.

Há, ainda, a salientar o acréscimo significativo registado na quantidade de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos enviados para reciclagem, situação que está relacionada com uma maior consciencialização ambiental para o encaminhamento correto dos referidos resíduos.

Por outro lado, importa salientar que o significativo decréscimo na quantidade de escórias ferrosas encaminhadas para reciclagem deveu-se ao facto de, em 2017, ter sido escoada uma grande quantidade de escórias ferrosas que se encontravam armazenadas na ETRS.

Quadro 4.4.1.1 – Resíduos enviados para reciclagem ou outras formas de valorização (toneladas)

Material	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Resíduos de papel/cartão	3 434	3 484	4 408	26,5%
Embalagens de vidro	5 712	5 941	5 888	-0,9%
Embalagens de plástico/metal	1 465	1 569	1 639	4,4%
Pneus usados	1 075	1 014	913	-10,0%
Resíduos Equip. Elétrico e Eletrónico (REEE)	85	99	177	79,7%
Escórias Ferrosas	418	796	415	-47,9%
Sucata	0	221	271	22,8%
Pilhas e acumuladores usados	0	3	0	-100,0%
Óleos alimentares usados	0	2	3	66,0%
TOTAL	**12 189**	**13 128**	**13 715**	**4,5%**

No que se refere aos materiais enviados para reciclagem ou outras formas de valorização pela ARM, assumem especial relevância:

- Os resíduos de papel/cartão, embalagens de vidro e de plástico/metal, que representam cerca de 87% do total dos fluxos de recicláveis processados;
- Os pneus usados com cerca de 7%.

Valorização e Tratamento de Resíduos

4.5 Valorização e Tratamento de Resíduos

4.5.1 Tratamento de Resíduos por Incineração

Durante o ano 2018 a ARM rececionou cerca de 119.178 toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) para tratamento por incineração, valor que representa um acréscimo de cerca de 3,5% face à quantidade rececionada no ano 2017.

Da quantidade total rececionada, cerca de 63% provêm da recolha indiferenciada efetuada pelos municípios não aderentes, 23% pela ARM e cerca de 14% de entregas efetuadas por Outros Clientes e resíduos da limpeza urbana entregues diretamente pelos municípios aderentes.

Regra geral, as oscilações nas quantidades entregues para tratamento por incineração tiveram tendências de acréscimo nos vários municípios. A exceção ocorreu na quantidade entregue pelo Município do Funchal, que registou um decréscimo de 0,4% face ao ano 2017.

A quantidade entregue pelos Outros Clientes registou um aumento significativo entre os anos 2017 e 2018, representando estes cerca de 13% face ao total de resíduos indiferenciados rececionados.

A quantidade de resíduos recolhidos nos municípios geridos pela ARM registou um acréscimo de cerca de 3%, tendo as subidas mais significativas ocorrido nos municípios de Câmara de Lobos e Santana.

Quadro 4.5.1.1 – Receção de resíduos para tratamento por incineração (toneladas) na ETRS da Meia Serra

Entidade		Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Município da Calheta		3 808	4 009	5,3%
Município do Funchal		51 587	51 377	-0,4%
Município da Ponta do Sol		3 020	3 148	4,2%
Município do Porto Moniz		853	893	4,7%
Município de Santa Cruz		14 084	14 435	2,5%
Município de São Vicente		1 557	1 564	0,5%
Municípios Aderentes à ARM (resíduos da limpeza urbana)		385	644	67,1%
Outros Clientes		13 033	15 536	19,2%
	Câmara de Lobos	10 194	10 691	4,9%
	Machico	7 652	7 844	2,5%
ARM	Porto Santo	2 833	2 840	0,3%
	Ribeira Brava	3 957	3 959	0,0%
	Santana	2 146	2 238	4,3%
TOTAL GERAL		**115 108**	**119 178**	**3,5%**
TOTAL ARM		**26 782**	**27 571**	**2,9%**

No contexto geral, o Município do Funchal representa o maior sistema de recolha de resíduos indiferenciados da RAM, tendo entregue durante o ano 2018 cerca de 43% do total dos resíduos indiferenciados tratados e valorizados, sendo pouco relevante o decréscimo, em quantidade, das entregas relativamente ao ano anterior. Por ordem de grandeza segue-se a ARM, a qual entregou 23% do total rececionado e o Município de Santa Cruz com 12% (Gráfico 4.5.1.1).

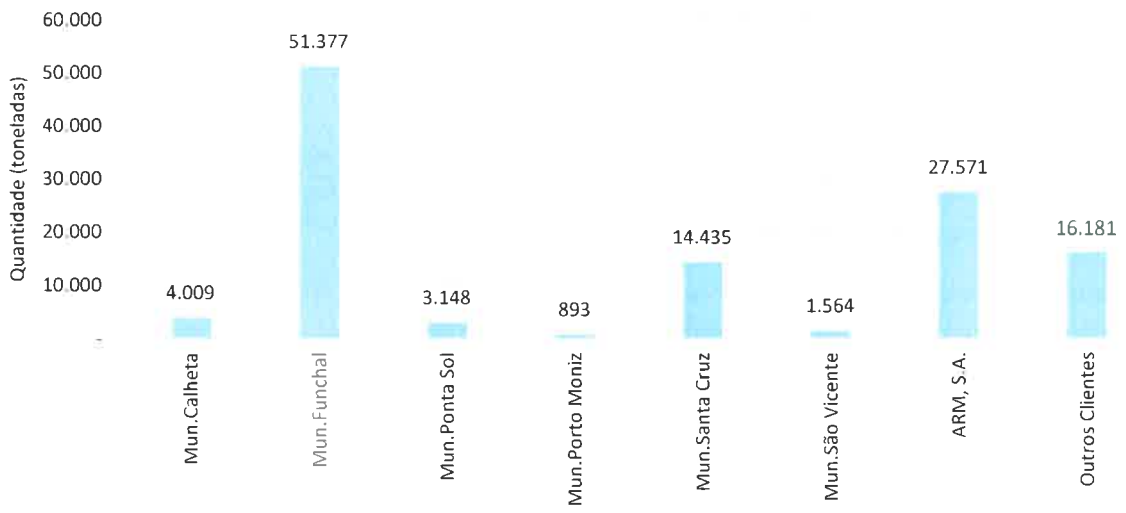


Gráfico 4.5.1.1 – Repartição dos resíduos indiferenciados

Foram ainda rececionadas para tratamento e destino final 485 toneladas de resíduos hospitalares, o que representa um incremento de 1,2% face à quantidade rececionada em 2017.

Conforme vem sendo efetuado desde o ano 2010, os resíduos hospitalares rececionados na ETRS da Meia Serra são acondicionados em contentores marítimos frigoríficos de 40 pés e encaminhados para tratamento num operador de gestão de resíduos licenciado para o efeito no Continente.

Em 2018 a ARM implementou uma solução para a desinfeção dos resíduos hospitalares do grupo III na ETRS da Meia Serra, que permitirá reduzir significativamente a quantidade produzida e os custos de tratamento dos referidos resíduos. Esta solução entrou em funcionamento em janeiro de 2019. Relativamente aos resíduos hospitalares do Grupo IV, os mesmos deverão continuar a ser encaminhados para o continente para tratamento, por ser a solução economicamente mais vantajosa.

4.5.2 Resíduos rececionados e encaminhados diretamente para Aterro Sanitário

Durante o ano 2018 foram rececionadas pela ARM cerca de 3.441 toneladas de resíduos indiferenciados que foram encaminhados diretamente para aterro sanitário, o que representa um acréscimo de 9% relativamente à quantidade rececionada durante o ano 2017.

Os resíduos que são encaminhados diretamente para aterro são os inertes não combustíveis e não biodegradáveis (nomeadamente sanitas, caliças, restos de cimentos e outros) bem como alguns subprodutos de origem animal que, devido à carga húmida ou à sua dimensão, não são passíveis de ser incinerados.

Foram, ainda, rececionadas cerca de 3.292 toneladas de resíduos para deposição no aterro de inertes existente no CPRS do Porto Santo, valor significativamente superior ao registado no ano 2017. Este aterro registou um acréscimo bastante significativo na quantidade de resíduos rececionados, resultado do aumento do volume de obras registado na ilha do Porto Santo (Quadro 4.5.2.1).

Quadro 4.5.2.1 – Resíduos urbanos rececionados e encaminhados diretamente para aterro (toneladas)

Entidade		Aterro Sanitário de RSU			Aterro de Inertes (Porto Santo)		
		Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Município da Calheta		27	47	73%			-
Município do Funchal		536	1 293	141%			-
Município da Ponta do Sol		6	8	38%			-
Município do Porto Moniz		62	96	56%			-
Município de Santa Cruz		131	107	-18%			-
Município de São Vicente		19	47	151%			-
Municípios Aderentes à ARM (resíduos da limpeza urbana)		3	3	-11%	61	88	43%
Outros Clientes		1 976	1 368	-31%	1 043	3 201	207%
	Câmara de Lobos	78	113	44%			-
	Machico	39	44	12%			-
ARM	Porto Santo	247	279	13%	2,02	3	69%
	Ribeira Brava	8	26	213%			-
	Santana	14	9	-37%			-
TOTAL GERAL		**3 146**	**3 441**	**9%**	**1 106**	**3 292**	**198%**
TOTAL ARM		**387**	**471**	**22%**	**2**	**3**	**69%**

Para além dos resíduos indiferenciados, nos aterros sanitários da ETRS da Meia Serra são ainda depositadas as cinzas e escórias resultantes do processo de incineração. No quadro seguinte apresenta-se a evolução da quantidade de cinzas e escórias depositadas no aterro em operação.

Quadro 4.5.2.2 – Quantidade de resíduos efetivamente depositados em aterro (em toneladas)

3.ª Fase do Aterro Sanitário	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Célula de escórias e RSU e equiparados	21 567	26 321	23 221	-12%
Célula de cinzas inertizadas	10 699	12 392	9 734	-21%
Total	**32 266**	**38 713**	**32 955**	**-15%**

4.5.3 Receção de Resíduos Verdes

A receção de resíduos verdes e madeiras continuou a ser efetuada de forma gratuita, com o objetivo de incentivar a entrega destes resíduos, por parte dos produtores, na ETRS da Meia Serra.

Durante o ano 2018 foram rececionadas cerca de 9.383 toneladas de resíduos verdes, os quais foram encaminhados para incineração na ETRS da Meia Serra e, na ilha do Porto Santo, para produção de estilha, o que representou um decréscimo de 13% face ao ano anterior.

Quadro 4.5.3.1 – Receção de resíduos verdes

Entidade		Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Município da Calheta		0	1	-
Município de Câmara de Lobos		7	244	3392%
Município do Funchal		5 815	5 463	-6%
Município da Ponta do Sol		13	13	0%
Município do Porto Moniz		0	0	-
Município de Santa Cruz		405	337	-17%
Município de São Vicente		1	0	-100%
Municípios Aderentes à ARM (resíduos da limpeza urbana)		0	255	-
Outros Clientes		3 605	2 339	-35%
	Câmara de Lobos	148	167	13%
	Machico	86	104	21%
ARM	Porto Santo	566	433	-24%
	Ribeira Brava	71	19	-73%
	Santana	10	8	-23%
TOTAL GERAL		**10 727**	**9 383**	**-13%**
TOTAL ARM		**881**	**731**	**-17%**

4.5.4 Receção e Incineração de Resíduos Silvícolas

A instalação de incineração da ETRS da Meia Serra tem como objetivo efetuar o tratamento dos resíduos sólidos urbanos rececionados.

Com vista a contribuir para a melhoria do ordenamento da floresta da Região, a ARM iniciou em 2014 um projeto de receção para valorização energética dos resíduos silvícolas, aproveitando assim a capacidade disponível na instalação de incineração da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS) da Meia Serra, originada pela diminuição significativa da produção de resíduos urbanos verificada na RAM em 2013.

A valorização energética de resíduos silvícolas conjuntamente com os Resíduos Urbanos tem como principais vantagens:

- A produção de eletricidade a partir de recursos energéticos regionais e renováveis;
- A diminuição da dependência externa dos combustíveis fósseis na produção de energia;
- A criação de emprego associada às atividades de gestão florestal;
- A contribuição para uma gestão ordenada da floresta.

Nesta sequência, a partir de maio de 2014 foram sendo integrados na IIRSU resíduos silvícolas em adição aos resíduos rececionados, sendo que, durante o ano 2018, a integração de resíduos silvícolas no processo de incineração totalizou as 3.181 toneladas.

No Gráfico 4.5.4.1 apresenta-se a relação de resíduos silvícolas rececionados e resíduos silvícolas incinerados na ETRS da Meia Serra desde o ano 2014. O decréscimo a que se tem vindo a assistir está diretamente relacionado com o crescimento da produção de resíduos urbanos que se vem verificando desde 2014 e consequentemente à diminuição da capacidade disponível na IIRSU.

Gráfico 4.5.4.1 – Resíduos silvícolas rececionados e incinerados na ETRS da Meia Serra

A introdução de resíduos silvícolas no processo de incineração permitiu a obtenção de ganhos de eficiência nas condições da operação, em particular porque permitiu compensar a redução dos resíduos sólidos urbanos rececionados, mantendo ambas as linhas em funcionamento (Gráfico 4.5.4.2).

Gráfico 4.5.4.2 – Evolução da quantidade de resíduos incinerados e energia produzida

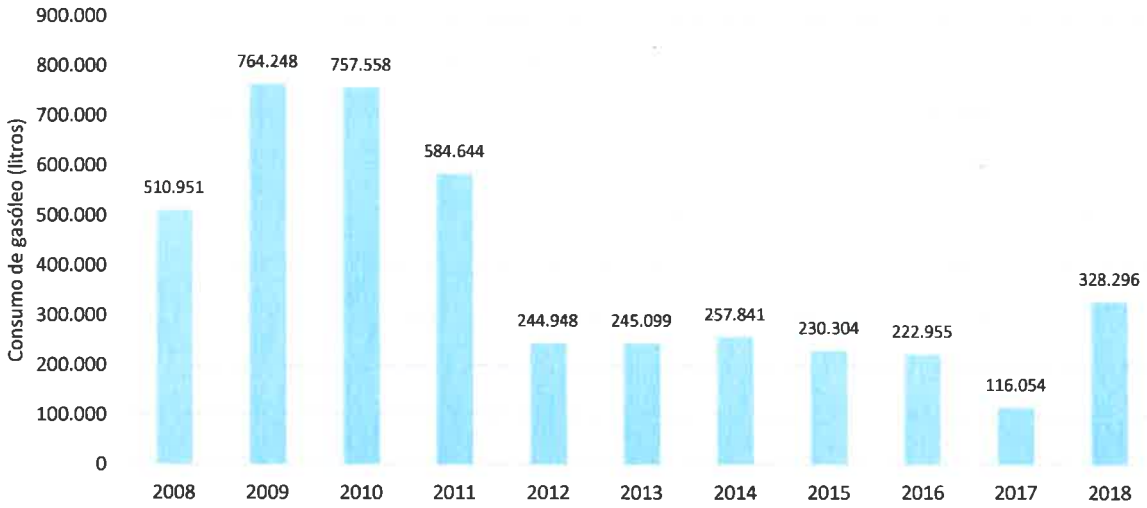


Gráfico 4.5.4.3 - Consumo de Gasóleo na instalação de incineração

4.5.5 Energia Elétrica Produzida pela Incineração de Resíduos

A unidade de incineração de resíduos sólidos urbanos com valorização energética da ETRS da Meia Serra produziu 46,6 GWh durante o ano 2018, o que significou um decréscimo de 23% face ao ano anterior. O decréscimo verificado na produção de energia face ao ano anterior resultou das paragens das linhas de incineração para manutenção, situação que não ocorreu em 2017.

Da quantidade total de energia produzida durante o ano 2018, cerca de 35 GWh, ou seja, cerca de 75%, foram injetados na rede de distribuição pública, mediante venda à Empresa de Eletricidade da Madeira.

Quadro 4.5.5.1 – Produção e venda de energia elétrica produzida pela incineração de resíduos

Ano	Energia produzida (MWh)	Energia vendida (MWh)	Vendas de energia (€/ano)	Variação da produção face ao ano anterior	Variação das vendas face ao ano anterior	Energia vendida (% da produção)
2014	44 951	33 142	2 781 523 €	23%	29%	74%
2015	52 205	38 851	3 312 764 €	16%	17%	74%
2016	47 472	35 566	3 044 529 €	-9%	-8%	75%
2017	60 860	47 613	4 236 686 €	28%	34%	78%
2018	46 600	34 946	3 065 332 €	-23%	-27%	75%

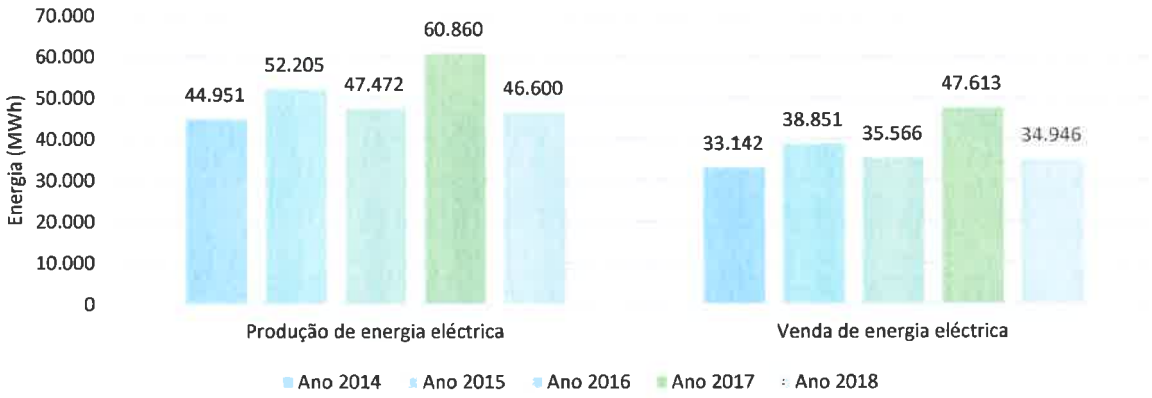


Gráfico 4.5.5.1 – Variação da produção e venda de energia elétrica

Regadio

4.6 Regadio

4.6.1 Fornecimento de Água para Regadio – Madeira

A ARM é responsável pela gestão e manutenção do sistema de regadio agrícola em alta (captações e grandes aduções) e em baixa (armazenagem e distribuição).

O sistema concessionado integra cerca de 33.467 pontos de entrega de água distribuídos pelos seguintes Sistemas de Regadio na ilha da Madeira: H01 - Sistema de Rega do Funchal, H02 - Sistema de Rega Câmara de Lobos - Ribeira Brava, H03 - Sistema de Rega Ribeira Brava - Calheta, H04 - Sistema de Rega Calheta - Ponta do Pargo, H05 - Sistema de Rega São Vicente - São Jorge, H06 - Sistema de Rega Santana - Porto da Cruz, H07 - Sistema de Rega Machico - Caniçal e H08 - Sistema de Rega Santa Cruz - Caniço.

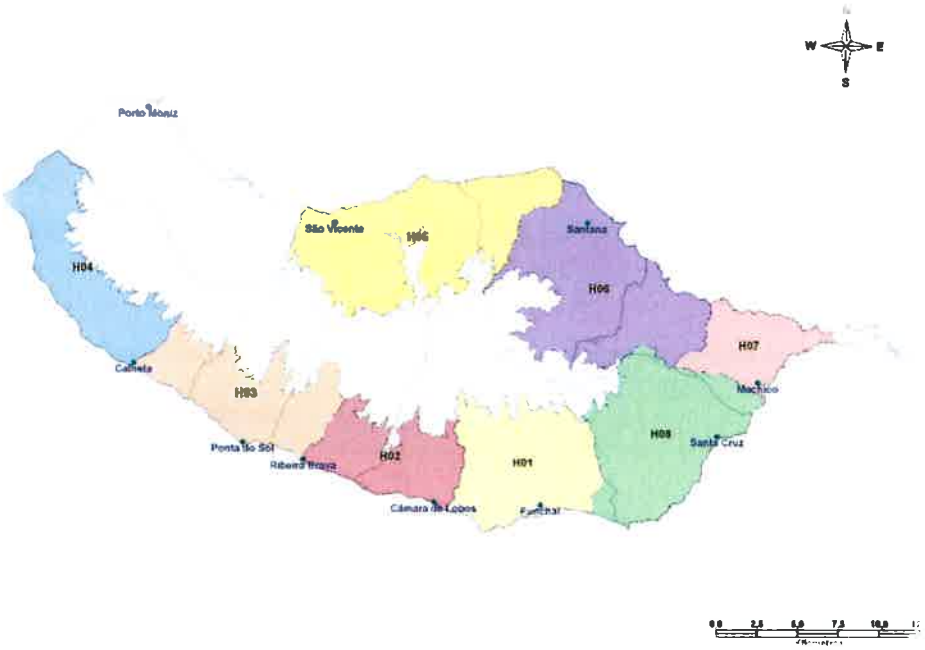


Imagem 4.6.1.1 – Perímetros de regadio na ilha da Madeira

O número de horas de água de rega de uso agrícola e uso não agrícola distribuídas durante o ano 2018 foi inferior ao registado no ano 2017. Verificou-se, igualmente, um ligeiro decréscimo nas águas de "uso industrial".

Quadro 4.6.1.1 - Número de horas de rega fornecidas para uso agrícola, não agrícola e industrial – Madeira

Tipologia de utilização	Unidade	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Águas de regadio em baixa – uso agrícola	Horas/ano	45 276	43 597	43 154	-1%
Águas de regadio em baixa – uso não agrícola	Horas/ano		678	605	-11%
Águas de regadio em baixa – uso industrial	m3	41 769	27 145	26 965	-1%

Em 2018 foram realizadas um total de 411 intervenções em infraestruturas/canais de regadio realizadas pelas equipas de manutenção afetas ao regadio. O tempo médio por intervenção foi de 2,7 dias, a que correspondem cerca de 1.120 dias de intervenções e 8.960 horas de intervenções, sendo que os sistemas com as intervenções mais longas são os sistemas compreendidos entre o concelho da Ribeira Brava e o concelho de Machico, todos localizados na zona sul da Ilha da Madeira, locais altamente urbanizados.

4.6.2 Fornecimento de Água para Regadio – Porto Santo

Na ilha do Porto Santo, a água utilizada para rega pode ter as seguintes origens: águas extraídas de um furo e três noras, águas pluviais armazenadas na Barragem do Tanque, águas residuais tratadas na ETAR da Ponta e água dessalinizada.

A ampliação do sistema de rega do Parque Agrícola do Porto Santo permitiu aumentar a cobertura com sistema de rega de áreas com potencial agrícola na envolvente do aeroporto, designadamente nas zonas das Cancelas, Campo de Cima e Lombas. O abastecimento de água de rega deste parque tem como origem o Reservatório de Rega do Tanque, atualmente com uma capacidade de armazenamento de 400 m^3, aduzido pelas águas das chuvas captadas e armazenadas no Açude do Tanque.

Durante o ano 2018 foram fornecidas aos regantes 4.753 horas de rega, ou seja cerca de 74.361 m^3, o que representou um decréscimo face ao ano 2017.

Quadro 4.6.2.1 – Número de regantes e horas de rega do Parque Agrícola do Porto Santo

	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Variação 2018/2017
Número de regantes	112	94	92	99	8%
Horas de rega	5 162	5 478	5 340	4 753	-11%
Volume Água de Rega Fornecida (m^3)	70 062	85 769	82 778	74 361	-10%

No que se refere à adução de água para regadio do Campo de Golfe da ilha do Porto Santo, esta sofreu um acréscimo durante o ano 2018 (na ordem dos 7%) face ao ano 2017. De salientar que durante o ano 2018 não houve necessidade de recorrer ao fornecimento de água dessalinizada para irrigação daquele campo, fruto de um ano hidrológico caracterizado por um bom desempenho relativamente à média anual dos últimos 30 anos[1] e da ausência de solicitações da entidade que gere aquele campo.

[1] No ano hidrológico 2017/2018 o valor de precipitação acumulada no Posto Udométrico do Aeroporto do Porto Santo foi de 324 mm, valor superior em 4% em relação à precipitação média acumulada nos últimos 30 anos (311 mm).

Monitorização e Controlo da Qualidade da Água

4.7 Monitorização e Controlo da Qualidade da Água

O Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água (LQA), situado na Estação de Tratamento de Água (ETA) Eng.º Manuel Rafael Amaro da Costa (mais conhecida por ETA da Alegria), é um dos serviços que a ARM põe à disposição da Região Autónoma da Madeira.

O Laboratório assegura o controlo de qualidade da água da rede de abastecimento público da Madeira e do Porto Santo.

O LQA tem como política a melhoria contínua dos seus processos, bem como a elevada qualidade dos serviços prestados e das práticas profissionais e técnicas implementadas, tendo como objetivos gerais:

- A garantia de qualidade dos serviços prestados e o permanente exercício de boas práticas profissionais de acordo com os requisitos contratuais, legislação, regulamentos, recomendações e normas aplicáveis à sua atividade;
- O estabelecimento e manutenção de um Sistema de Gestão em conformidade com Norma NP EN ISO/IEC 17025;
- A garantia de meios operacionais, logísticos e informáticos necessários ao Sistema de Gestão implementado;
- O envolvimento dos colaboradores na manutenção do Sistema de Gestão através da sua familiarização com as diretrizes e procedimentos que lhe estão associados;
- A formação contínua dos seus colaboradores.

O Laboratório iniciou a sua prestação de serviços de análises de águas para clientes externos no Ano 2000, que mantém desde essa data, em várias vertentes, nomeadamente:

- Amostragem de águas de consumo humano, naturais doces (superficiais e subterrâneas), residuais e naturais salinas (balneares);
- Análises de água para consumo humano, particularmente a entidades gestoras com a responsabilidade de gerir o abastecimento de água em alta e/ou baixa, bem como a clientes públicos e privados;
- Análises para caracterização de origens de água doce superficial, subterrânea e salina;
- Análises para caracterização de água de Unidades industriais com necessidades específicas de qualidade de água para o seu processo industrial;
- Análises para caracterização de água residual de Estações de Tratamentos de Águas Residuais e unidades industriais.
- Análises para caracterização de águas balneares.

Desde 2006, o LQA encontra-se acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025, o que constitui o reconhecimento formal por parte do organismo de acreditação da sua competência para a execução de determinados ensaios.

Em 2018, o LQA solicitou a Acreditação Flexível Intermédia para todo o seu âmbito acreditado, tendo, ainda estendido a sua acreditação a 11 novas metodologias analíticas.

Atualmente, o LQA tem 76 ensaios acreditados para diferentes produtos: água de consumo, água natural doce (superficial e subterrânea), água natural salina e água residual.

Em 2018, o LQA efetuou 35.640 determinações físico-químicas e microbiológicas à generalidade das águas da RAM.

Salienta-se que, de forma a obter uma amostragem mais aproximada da realidade, a partir de 2018, nos parâmetros de conjunto, onde o resultado final é obtido através da soma das concentrações dos compostos, passou a ser apenas contabilizado o respetivo Total nomeadamente, Pesticidas; Tetracloroeteno e tricloroeteno; Trihalometanos (THM); e Hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP). Desta forma, deixou de ser contabilizado os respetivos subprodutos. Por forma a ser possível comparar o número de determinações realizadas no ano de 2017 com o ano de 2018, o valor do ano de 2017 foi ajustado.

Neste contexto, o número de determinações analíticas no ano de 2018, representa um aumento de cerca de 6,2% face ao ano de 2017 (Gráfico 4.7.1), o qual se deveu, essencialmente, ao acréscimo do número de análises de:

- Controlo operacional (Estações de Tratamento de Águas e Furos Hertzianos);
- Monitorização das águas naturais (no âmbito das licenças das infraestruturas de gestão de resíduos);
- Clientes particulares.

Gráfico 4.7.1 – Evolução do número de análises laboratoriais para controlo da qualidade da água

Relativamente ao número de colheitas de amostras de água, não se verificaram alterações significativas face ao ano de 2017. No entanto, importa referir que o aumento do número de determinações analíticas origina, nas atividades de amostragem, um maior volume de trabalho, quer em termos de recolha de amostras, quer em termos de logística de todo o processo.

Qualidade, Ambiente e Segurança

4.8 Qualidade, Ambiente e Segurança

A ARM está licenciada para um conjunto de atividades às quais estão associadas obrigações de monitorização e de reportes periódicos às entidades competentes, das quais se destaca:

- Licenças de captação de água
- Licenças de Rejeição de Águas Residuais Urbanas
- Licenças de Rejeição de Águas Residuais Industriais
- Licença Ambiental da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra
- Licença de Operação de Gestão de Resíduos

No ano 2018 foram apresentados os reportes obrigatórios no âmbito das licenças.

Para além dos reportes obrigatórios, os responsáveis da ARM produzem relatórios internos periódicos de acompanhamento das principais atividades com impacte na operação, nos clientes ou no ambiente, de forma a identificar a evolução dos principais indicadores e permitir intervir no sentido de melhorar o respetivo desempenho.

A especificidade das atividades exercidas pela ARM, S.A., nas suas diversas vertentes de negócio, implica a existência de uma diversidade de fatores e riscos associados que justificam a prioridade a dar à **Segurança e à Saúde no Trabalho.**

A estrutura organizacional da ARM, S.A. integra um Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho responsável pela avaliação de riscos, por assegurar o aprovisionamento e a disponibilização de equipamentos de proteção individual adequados aos riscos existentes, pela elaboração de propostas de implementação de medidas de prevenção e de minimização dos riscos, pela promoção de formação nas áreas de segurança e saúde no trabalho, pela gestão administrativa dos processos de acidentes de trabalho e pelo controlo das avaliações de saúde dos colaboradores a realizar pela Saúde no Trabalho, entre outras atividades.

No respeitante à Saúde no Trabalho, esta é assegurada através de uma entidade externa à ARM, devidamente autorizada pela autoridade regional para a prestação de serviços nesta área.

Devido a alguns atrasos resultantes dos trâmites pré-contratuais com vista à contratação dos serviços de saúde externos, no decorrer do ano 2018, a realização de avaliações de saúde esteve condicionada.

Nas circunstâncias em que o número de exames de saúde contratado esteve condicionado, foi dada prioridade à marcação de exames ocasionais (quer após o regresso ao trabalho devido a baixa prolongada quer a pedido do trabalhador), bem como, à realização de exames de admissão de novos colaboradores.

Neste contexto, foram efetuadas 254 avaliações de saúde aos colaboradores em 2018, tanto no âmbito de novas admissões como, também, a nível da avaliação periódica e ocasional do pessoal do quadro. O gráfico seguinte apresenta a distribuição das avaliações efetuadas.

Gráfico 4.8.1 – Distribuição das consultas de saúde

Periodicamente são realizadas reuniões entre os órgãos de gestão da empresa e os representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, em número de 5, eleitos pelos trabalhadores, para discussão e análise dos assuntos relacionados com essas matérias. No decorrer do ano 2018 foram realizadas 6 reuniões.

No âmbito das reuniões havidas com os representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, são avaliadas todas as situações colocadas pelos representantes e que podem envolver riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, bem como, implementadas as necessárias medidas de proteção ou corretivas, quando aplicáveis.

Foram ainda realizadas pelos representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho visitas a 3 locais de trabalho, designadamente, à Estação de Transferência da Zona Leste e de Triagem da Ilha da Madeira, ao estaleiro da Direção de Distribuição Hidroagrícola na Ribeira Brava e ao Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água.

Para garantir a segurança dos trabalhadores quando os riscos existentes não podem ser evitados ou suficientemente limitados pela utilização de meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho, são fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários e com a frequência ajustada ao desgaste dos mesmos. Neste âmbito, foram despendidos em 2018 cerca de 43 mil euros em EPI.

Em 2018 foi concluída a elaboração das Medidas de Autoproteção, as quais incluíram a elaboração dos Planos de Emergência das instalações da ARM previstas na legislação em vigor. Foi igualmente concluída a medição de variáveis relevantes associadas à segurança e saúde no trabalho no âmbito das avaliações de riscos e a elaboração dos respetivos relatórios.

Sendo a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais o principal objetivo da política de Segurança e Saúde no Trabalho, a ARM tem promovido a formação e sensibilização dos trabalhadores para estas temáticas, tendo as ações abrangido, em 2018, 138 trabalhadores, num total de 502 horas.

Quadro 4.8.1 – Formação/sensibilização no âmbito de Segurança e Saúde

Formação em 2018	Entidade	N.º Trabalhadores	Horas de Formação por trabalhador	Total de horas de Formação
Ação de Sensibilização/informação - Trabalhar em Segurança. Informar para a Prevenção!	Externa - Direção Regional do Trabalho e Ação Inspetiva	106	1h	106
Segurança e Saúde no Trabalho	Interna - Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho	132	3h	396

Tendo em consideração a especificidade das atividades desenvolvidas no âmbito das paragens para manutenção da Instalação de Incineração de Resíduos Sólidos (IIRSU) da ETRS da Meia Serra, foi efetuado o respetivo acompanhamento pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.

Neste âmbito, os técnicos de segurança acompanharam o desenvolvimento dos trabalhos, efetuaram recomendações de caráter preventivo e corretivo, concederam autorizações de trabalho, participaram em reuniões diárias, entre outras atividades. Após a elaboração dos relatórios de acompanhamento das paragens programadas, os mesmos foram encaminhados para os respetivos responsáveis para implementação das medidas preventivas ou corretivas propostas.

Atividades de Divulgação e Sensibilização

4.9 Atividades de Comunicação e Sensibilização

4.9.1 Ações de Sensibilização e Visitas às Estações de Tratamento de Água e Resíduos

Em 2018, a ARM deu continuidade à realização de atividades de sensibilização, num total de 153 atividades de sensibilização desenvolvidas um pouco por toda a Região (Ilha da Madeira e Ilha do Porto Santo), das quais 38 visitas às estações de tratamento de resíduos e de águas sob sua gestão e 115 ações de sensibilização sobre as temáticas "Valorizar os Resíduos", "O Valor da Água" e "Como fazer compostagem doméstica", maioritariamente em escolas, mas também em empresas e outras entidades, nomeadamente, Centros de Dia, Casas do Povo e Juntas de Freguesia.

Nestas atividades foram sensibilizadas 4.236 pessoas, e em consonância com a hierarquia de gestão dos resíduos preconizada na Diretiva Quadro dos Resíduos, ou seja, na Diretiva 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, relativa aos resíduos, para uma maior consciência ambiental no que diz respeito, em primeiro lugar, à redução da produção e reutilização dos resíduos e, em segundo lugar, à separação e correta deposição dos resíduos nos ecopontos, garantido desta forma a sua reciclagem.

As atividades tiveram ainda como objetivo a sensibilização para a adoção de hábitos de um consumo racional e eficiente da água, em cumprimento da Diretiva Quadro da Água, designadamente, a Diretiva 2000/60/C do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, a qual estabelece, entre outros objetivos, a promoção de um consumo de água sustentável, baseado numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis.

A maioria dos visitantes às instalações de tratamento de resíduos e águas foram alunos a frequentar os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o secundário, com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos.

Relativamente às ações de sensibilização dinamizadas nas escolas, a maioria dos participantes frequentava o 1º ciclo do ensino básico. Quanto às ações realizadas noutras entidades, a maioria dos participantes foram funcionários de empresas, com idades compreendidas entre os 30 e os 59 anos.

Em 2018, relativamente a anos anteriores, verificou-se um aumento significativo tanto do número de atividades de sensibilização ambiental realizadas, como do número de participantes nas mesmas, conforme se pode constatar no gráfico infra.

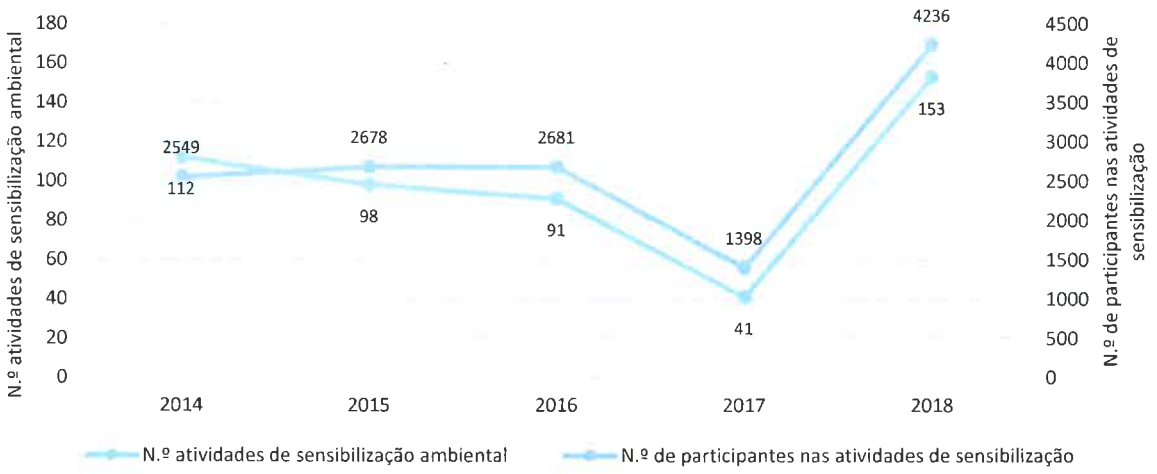


Gráfico 4.9.1.1 – Número de participantes e de atividades de sensibilização ambiental

4.9.2 Campanha "Água Segura – Beba água da torneira"

Durante o ano de 2018, deu-se continuidade à campanha "Água Segura – Beba água da torneira", com a entrega de cerca de 400 garrafas de vidro a diversas entidades públicas regionais, para que se aplique o princípio da economia circular, deixando de utilizar as garrafas de plástico e passando a utilizar garrafas de água de vidro, que além de poderem ser reutilizadas, diminuem a emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera e podem ser, ainda, enchidas com água da torneira. Desde dezembro de 2017, todos os gabinetes dos Membros do Governo Regional da RAM e da Assembleia Regional da RAM utilizam garrafas reutilizáveis de vidro para o consumo de água da torneira.

4.9.3 Projeto de compostagem doméstica - "O Meu Composto"

No âmbito da estratégia de prevenção da produção de resíduos, ARM lançou, em fevereiro de 2018, um projeto de compostagem doméstica, denominado "O Meu Composto", nos cinco municípios aderentes. Neste âmbito, a ARM disponibiliza compostores e formação aos seus clientes que reúnam as condições necessárias, isto é que detenham um jardim, horta ou terreno na área de atuação da ARM para que possam produzir composto, uma espécie de adubo orgânico, nas suas casas e utilizar nas suas plantas.

O projeto, que obteve excelente adesão e conta já com cerca de 700 inscritos, visa sensibilizar e promover a compostagem doméstica dos restos orgânicos ao nível das habitações, estabelecimentos de ensino e outras instituições, aproveitando os restos provenientes da preparação dos alimentos para produzir composto e reintroduzir matéria orgânica nos solos, adubando-os e, por outro lado, reduzindo a fração de orgânicos nos resíduos indiferenciados.

4.9.4 Projeto ADAPTaRES

Encontro técnico na ilha da Madeira

A equipa de trabalho do projeto ADAPTaRES - Adaptação às alterações climáticas na Macaronésia através do uso eficiente e da reutilização da Água, constituída por entidades regionais, nomeadamente a ARM e a AREAM – Associação Regional de Energia e Ambiente, e representantes do ITC – Instituto Tecnológico de Canárias, da Região Autónoma de Canárias, realizou um encontro na ilha da Madeira, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2018.

O projeto ADAPTaRES estabelece uma parceria estratégica entre a Macaronésia Europeia e Cabo Verde para promover a adaptação às alterações climáticas, através da sensibilização e formação para a participação ativa da sociedade no uso eficiente da água e assim garantir o recurso em quantidade e qualidade às populações, presentemente e no futuro, como medida de resiliência às alterações climáticas, nomeadamente em situações de seca.

Nos três dias do encontro, realizaram-se reuniões de trabalho onde foram discutidas as problemáticas das diversas regiões e preparados planos de sensibilização e informação para divulgação à população para a adoção de boas práticas que visem a poupança do recurso hídrico, sobretudo em alturas de maior escassez.

Neste âmbito, decorreu no dia 21 de fevereiro, uma reunião da equipa de trabalho, para a apresentação do projeto e respetivos objetivos, com a Senhora Secretária do Ambiente e Recursos Naturais, Professora Doutora Susana Prada.

Seminário "Adaptação às Alterações Climáticas – Uso eficiente da água na Macaronésia"

No âmbito do projeto ADAPTaRES, cofinanciado pelo Programa de Cooperação Territorial INTERREG MAC, realizou-se a 1 de outubro - Dia Nacional da Água - o Seminário "Adaptação às Alterações Climáticas – Uso eficiente da água na Macaronésia", no auditório da Secretaria do Ambiente e Recursos Naturais. No evento estiveram presentes todas as entidades parceiras do projeto da Região Autónoma da Madeira, da Região Autónoma de Canárias e do Arquipélago de Cabo Verde.

4.9.5 Reflorestação da zona envolvente da ETRS da Meia Serra

No dia 17 de março, a ARM realizou uma ação de plantação para assinalar a conclusão dos trabalhos de reflorestação da zona envolvente da ETRS da Meia Serra, que contou com a presença da Senhora Secretária do Ambiente e Recursos Naturais - Professora Doutora Susana Prada e na qual participaram, voluntariamente, cerca de 80 colaboradores da ARM, familiares e amigos.

No total foram plantadas mais de 3.000 árvores e arbustos resistentes ao fogo (tis, carvalhos, castanheiros, uveiras, estreleiras, maçarocos e urzes), numa área de cerca de 18 hectares, por forma a criar uma barreira vegetal que impeça a propagação de fogo em caso de incêndio, conferindo assim maior segurança aos trabalhadores e à própria instalação.

4.9.6 Campanha "Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água."

A ARM, tal como em anos anteriores, promoveu uma campanha de sensibilização para a poupança de água, com o mote: "Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água.", com o objetivo de consciencializar toda a população da Região Autónoma da Madeira para o uso eficiente da água, através da adoção de hábitos diários que visem a poupança deste bem essencial.

Imagem 4.9.6.1 - Imagem da campanha de sensibilização "Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água".

Esta iniciativa teve início no dia 22 de março - no Dia Mundial da Água, com uma exposição e atividades de educação ambiental no Madeira Shopping. A exposição itinerante percorreu, entre os meses de março e outubro de 2018, os 11 municípios da RAM e contou com a presença de centenas de visitantes, principalmente de alunos e professores dos estabelecimentos de ensino regionais.

A campanha foi divulgada nos meios de comunicação, nomeadamente, através de anúncios nos jornais regionais, emissão de *spots* no canal televisivo regional, *outdoors* em todos os municípios da RAM e promoveram-se ações de sensibilização sobre a temática em escolas e outras entidades.

4.9.7 Campanha "A Europa na minha Região – Jornadas de Portas Abertas"

"A Europa na minha região" é uma campanha da União Europeia que incentiva os cidadãos a descobrirem os projetos europeus na zona onde vivem. Em 2018, o Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM, associou-se a esta campanha, através da promoção das "Jornadas de Portas Abertas", que decorrem na semana da comemoração do Dia da Europa (9 de maio), com visitas a projetos realizados na Região, apoiados por Fundos da União Europeia. A ARM associou-se à iniciativa e abriu portas de duas importantes infraestruturas sob sua gestão.

No dia 9 de maio de 2018 realizaram-se visitas guiadas à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Câmara de Lobos - importante infraestrutura, inaugurada a 3 de fevereiro de 2018, que veio contribuir para a melhoria da qualidade de vida, bem-estar da população e melhoria ambiental do concelho de Câmara de Lobos e da Região.

No dia 10 de maio de 2018 efetuaram-se visitas à Central Dessalinizadora do Porto Santo – única origem de água potável com qualidade utilizada para o abastecimento público, sendo esta produzida a partir da água salgada por intermédio de unidades de dessalinização por osmose inversa.

Uma equipa do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) esteve presente nas visitas a ambas as instalações.

4.9.8 ARM integra Grupo de Trabalho de Comunicação da APDA

A ARM foi convidada a integrar o Grupo de Trabalho de Comunicação (GTC) promovido pela APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas. A primeira reunião ocorreu a 9 de maio de 2018, na sede da APDA com a presença de representantes de 17 entidades-membros da associação.

A criação deste grupo era muito aguardada pelos técnicos de comunicação das várias entidades ligadas ao sector, e tem vindo a revelar-se muito útil e produtiva na medida em que tem sido um excelente meio de partilha de conhecimentos e experiências nas áreas ligadas à Comunicação (interinstitucional, interna, relação com os clientes, gestão de sites e redes sociais, relação com os meios de comunicação social, entre outras) e sobretudo no que à Educação Ambiental diz respeito.

4.9.9 Comemoração do Dia do Ambiente

Para celebrar o Dia Mundial do Ambiente, a ARM dinamizou, entre os dias 4 e 8 de junho de 2018, atividades com alunos das escolas da Região, no Centro de Educação Ambiental, situado na Meia Serra.

Durante essa semana, os visitantes tiveram oportunidade de criar o seu próprio fantoche na oficina de reutilização de materiais, pintar um mural, deixando a sua mensagem para sensibilizar para a preservação do meio ambiente, de visitar a exposição "Não deite o futuro por água abaixo. Poupe água" e realizar um piquenique na zona reflorestada junto ao Centro de Educação Ambiental.

4.9.10 *Sustainable Energy Week*

A ARM aderiu à iniciativa *Sustainable Energy Week*, promovida pela Comissão Europeia e no dia 6 de junho de 2018 abriu à comunidade as portas da Instalação de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos, da ETRS da Meia Serra. A referida iniciativa contou com várias atividades nos 28 Estados Membros da União Europeia e pretendeu sensibilizar os cidadãos e as empresas para a importância da utilização de energia sustentável - levá-los a conhecer as questões subjacentes à transição para uma energia segura, limpa e eficiente.

4.9.11 Campanha "Não queremos ser abandonados!"

A ARM promoveu novamente, durante o mês de agosto de 2018, a campanha com o mote "Não queremos ser abandonados!", em vários meios de comunicação, com o objetivo de sensibilizar a população para o não abandono de resíduos verdes, designadamente, restos da limpeza dos jardins, terrenos e outros espaços verdes e monos, como sejam, eletrodomésticos, colchões, móveis, entre outros resíduos volumosos.

Esta campanha visou ainda a divulgação do serviço gratuito de recolha dos resíduos verdes e monos, que a ARM disponibiliza aos seus clientes domésticos, nos municípios de Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana.

Para solicitar este serviço, o cliente da ARM tem apenas de ligar para o número verde 800 910 500 (chamada grátis) e agendar a recolha dos resíduos em sua casa. Todo o processo é gratuito, desde o telefonema até ao próprio serviço de recolha.

Além de gratuito, este serviço é mais vantajoso para o cliente porque os resíduos são recolhidos à sua porta (desde que bem acondicionados), e também para o meio ambiente, pois a ARM garante o envio da maior parte destes resíduos para valorização. Os clientes da ARM ao utilizarem o serviço, em vez de abandonar os resíduos, estarão a contribuir para a limpeza dos espaços públicos e, consequentemente, para o bem-estar, segurança e saúde de todos.

Imagem 4.9.11.1 - Imagens do *spot* de televisão da campanha de sensibilização Não queremos ser abandonados!

Esta iniciativa foi cofinanciada pelo POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos), Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo de Coesão.

4.9.12 Campanha "Reciclar faz bem ao Planeta!"

A Águas e Resíduos da Madeira (ARM) promoveu durante o ano de 2018 a campanha com o mote: "Reciclar faz bem ao Planeta", dirigida à população da Região Autónoma da Madeira, com o objetivo de consciencializar todas as pessoas para a separação dos resíduos de embalagens de plástico e metal, papel e cartão, vidro, e correta colocação nos ecopontos, garantindo assim o seu encaminhamento para reciclagem.

Imagem 4.9.12.1 - Imagem da campanha de sensibilização "Reciclar faz bem ao Planeta!"

Durante os meses de janeiro e março de 2018, a exposição itinerante desta campanha percorreu os 11 municípios da Região e contou com centenas de visitantes que colocaram à prova os seus conhecimentos e receberam um ecobag portátil para ajudar na separação dos resíduos nas suas casas.

Relançamento na época de Natal

A campanha foi relançada no dia 24 de novembro de 2018, antecedendo a época de Natal, altura do ano em que a produção de resíduos aumenta significativamente, com o intuito de apelar para a adoção de bons comportamentos que visem um uso adequado dos recursos, a proteção do meio ambiente e do Planeta.

O relançamento da campanha foi oficializado com a abertura da exposição alusiva à campanha num centro comercial no Funchal, por forma a sensibilizar os utilizadores desta unidade comercial para escolhas mais amigas do ambiente, como por exemplo: no momento da compra optar por produtos e embalagens reutilizáveis, em detrimento das descartáveis e separar e depositar corretamente no ecoponto as embalagens quando já não forem úteis.

A campanha foi ainda divulgada nos meios de comunicação habituais, nomeadamente, através da publicação de anúncios em jornais, nas redes sociais, emissão de três novos *spots* televisivos, emitidos no canal de televisão público regional, entre outras ações de contacto mais direto com a população.

Imagem 4.9.12.2 - Novos *spots* televisivos da campanha "Reciclar faz bem ao Planeta"

Dada a elevada adesão durante o ano de 2018 e ao grande interesse manifestado pelas escolas e outras entidades em visitar a exposição itinerante alusiva a esta campanha, a mesma irá percorrer novamente os municípios da Região durante o 1º semestre de 2019.

Investimentos

5. INVESTIMENTOS

O investimento realizado no decurso do ano de 2018 pela ARM, S.A. totalizou o valor de 11.258.893€ (preços correntes), correspondendo em cada setor de negócio os valores apresentados no Quadro 5.1 infra.

Quadro 5.1 – Resumo do investimento realizado em 2018 (preços correntes)

Setor de Negócios	Previsão 2018	INVESTIMENTO TOTAL		% Execução 2018
		Valores Executados em 2018	%	
Abastecimento em Alta	5 745 453 €	3 511 993 €	31,19%	61,13%
Saneamento em Alta	981 807 €	948 733 €	8,43%	96,63%
Distribuição e Drenagem	4 334 616 €	3 716 679 €	33,01%	85,74%
Regadio Agrícola	6 494 503 €	2 307 289 €	20,49%	35,53%
Recolha de Resíduos	2 005 504 €	65 193 €	0,58%	3,25%
Transferência e Triagem	907 495 €	18 277 €	0,16%	2,01%
Valorização e Tratamento	3 695 633 €	581 855 €	5,17%	15,74%
Estrutura	1 191 149 €	108 872 €	0,97%	9,14%
Total	**25 356 159 €**	**11 258 893 €**	**100%**	**44,40%**

No **Abastecimento em alta**, destaca-se a execução das obras de "*Ampliação da ETA da Ribeira Brava*", "*Reformulação do sistema adutor do Porto da Cruz incluindo a zona alta do Gambão e do Folhadal*", "*Execução do sistema de abastecimento ao sítio da Eira da Cruz*", "*Otimização energética das unidades da Central Dessalinizadora*".

Nesta área, os principais desvios, em relação ao planeado para o ano de 2018, resultaram principalmente dos atrasos administrativos na obtenção/atribuição de fundos comunitários. Esta circunstância impediu o arranque, na data planeada, da empreitada de "*Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem do Porto Santo – Fase 1*". De igual forma, e por impedimentos regulamentares do POSEUR, não foi possível assegurar financiamento comunitário, o que impediu o início da execução das empreitadas de "*Requalificação das Instalações do Sistema Elevatório dos Socorridos*" e de "*Reformulação Da Adução ao Reservatório dos Barreiros – Zimbreiros*".

Na área de **Saneamento em Alta**, destaca-se a conclusão da obra de "*Construção da ETAR de Câmara de Lobos*" e seu início de funcionamento pleno que resolve, na parte respeitante, a ação contra o estado português, intentada pela Comissão Europeia/República Português (Processo C-220/10) e as intervenções realizadas no Sistema de destino final de águas residuais de Machico, que permitiram que a qualidade da água balnear em duas das suas praias evoluísse de "má" para "aceitável", em 2016 e de "aceitável" para "boa" em 2017 e em 2018. Deu-se início e encontra-se na fase final de desenvolvimento o projeto de "*Reformulação do Destino Final de águas residuais da ARM*" que permitirá a otimização das infraestruturas e funcionamento do destino final dos sistemas existentes, que inclui a melhoria das condições de descarga das águas residuais urbanas da Ribeira Brava com a concretização, nesta primeira fase, de um exutor submarino a partir do atual ponto de descarga.

Na área de **Distribuição e Drenagem**, em 2018, destaca-se o início da execução dos principais investimentos nas redes sob gestão da ARM, que atendem à minimização das elevadas perdas das redes, supressão da ausência de equipamentos de medida na rede, eliminação das descargas de águas residuais não tratadas e aumento da cobertura de redes de drenagem de águas residuais das redes

sob gestão da ARM, designadamente *"Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem da Zona Leste – Fase 1"*, *"Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem da Zona Oeste – Fase 1"* e *"Execução de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais da freguesia do Curral das Freiras - Fase 2"*.

Nesta área, os principais desvios em relação ao planeado para o ano de 2018 resultaram principalmente dos atrasos administrativos na obtenção/atribuição de fundos comunitários no caso da obra de *"Execução de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais da freguesia do Curral das Freiras - Fase 2"*, assim como de delongas nos diversos procedimentos administrativos e de contratação relacionados com a aquisição de equipamento de deteção de fugas.

Na área do **Regadio Agrícola**, destaca-se a conclusão das empreitadas de *"Recuperação do Reservatório do Salão - Ponta do Pargo"* e de *"Recuperação de Sistemas de Regadio da ARM nas Freguesias de Gaula, Santa Cruz e Campanário"* assim como do início da execução das empreitadas de *"Remodelação do sistema de regadio e de fins múltiplos da ARM na ilha da Madeira – Fase 1"*, da *"Recuperação da Levada do Monte Medonho"* e da *"Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Pk9+500 ao Pk34+500"*. Foi igualmente concluído o projeto de reformulação referente à *"Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Túnel do Pedregal"*, no entanto, a promoção do respetivo procedimento de contratação público para a execução da empreitada foi condicionada à obtenção/atribuição de financiamento para a sua concretização.

Os principais desvios nesta área resultaram da circunstância anteriormente referida, assim como de atrasos no arranque e da execução das empreitadas, decorrentes de delongas nos diversos procedimentos administrativos e de contratação.

No setor de **Recolha de Resíduos** destacam-se os investimentos realizados com a *"Implantação de contentores para recolha de resíduos sólidos urbanos"* no município de Santana.

Os principais desvios referem-se à não aquisição de *"Contentores destinados à recolha indiferenciada e seletiva"* e equipamentos associados, à não concretização da *"Rede de Pontos para Reforço da Recolha"*, da *"Rede de recolha porta a porta para Clientes Comerciais"* e da *"Rede de Ecocentros"* que resultaram essencialmente de delongas administrativas e de contratação.

No setor de **Transferência e Triagem**, destacam-se as derrapagens nas diversas intervenções previstas realizar nas Estações de Transferência (ETZL, ETZO e CPRS) e na *"Aquisição de equipamentos móveis"*, essencialmente devido a atrasos administrativos, falta de enquadramento comunitário de alguns investimentos assim como delongas nos diversos procedimentos administrativos e de contratação.

Na área de **Valorização e Tratamento** destacam-se, na ETRS da Meia Serra, a execução, durante o ano de 2018, de uma solução de desinfeção dos resíduos hospitalares do grupo III na ETRS da Meia Serra, entretanto já concluída.

Os principais desvios, nesta área, resultaram do facto de a ARM não ter executado um conjunto de investimentos de substituição previstos na instalação, no atraso da implementação da solução para a ETAR da ETRS e da execução de uma solução de otimização do processo de separação de escórias ferrosas, quer por delongas administrativas, quer por motivos operacionais, quer por indefinição e falta de enquadramento dos respetivos e esperados financiamentos comunitários.

Na área **Estrutura** os principais desvios em relação ao plano resultaram essencialmente do reescalonamento de despesas, assim como delongas nos diversos procedimentos administrativos e de contratação.

Face ao exposto, resulta que a ARM, S.A. apresentou uma execução do seu Plano de Investimentos inferior à prevista para o ano 2018, tendo o Plano de Investimentos sido devidamente reescalonado para acomodar os investimentos não realizados.

Análise dos Indicadores Económico-Financeiros

6. ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

No presente capítulo é efetuada uma breve caracterização da situação económico-financeira da ARM, S.A. no exercício económico de 2018 e a respetiva comparação com o período homólogo (2017).

De salientar que da análise dos resultados económicos do ano 2018, regista-se que os Resultados Operacionais e os Resultados Líquidos são positivos e apresentam uma melhoria face ao ano anterior, conforme Demonstração de Resultados apresentada no quadro seguinte.

Quadro 6.1 – Síntese da Demonstração de Resultados

Designação da Conta	2016	2017	2018	Δ 2018/2017
Ganhos Operacionais s/Outros Rendimentos e Ganhos	36.370.812 €	38.403.522 €	37.979.983 €	-423.539 €
Gastos Operac. s/ Amort. Imparid.e Outros Gastos e Perdas	26.255.439 €	26.202.815 €	27.857.460 €	1.654.645 €
Resultado	**10.115.373 €**	**12.200.707 €**	**10.122.523 €**	**-2.078.185 €**
Outros rendimentos e ganhos	6.247.407 €	5.321.748 €	6.439.280 €	1.117.532 €
Depreciações e Amortizações	10.995.511 €	10.795.673 €	10.814.752 €	19.079 €
Perdas por Imparidades	250.577 €	1.626.401 €	1.289.773 €	-336.628 €
Outros Gastos e Perdas e Provisões	3.012.318 €	2.220.642 €	1.540.364 €	-680.278 €
Resultado Operacional	**2.104.374 €**	**2.879.740 €**	**2.916.914 €**	**37.174 €**
Juros,Div. e outros rend similares	5.284 €	11.628 €	8.883 €	-2.745 €
Gastos e Perdas de Financiamentos	312.858 €	213.364 €	59.886 €	-153.477 €
Resultado Financeiro	**-307.574 €**	**-201.736 €**	**-51.003 €**	**150.733 €**
Resultado antes de Impostos	**1.796.800 €**	**2.678.004 €**	**2.865.911 €**	**187.907 €**
Imposto sobre o Rendimento do Período	690.556 €	1.466.653 €	1.223.487 €	-243.166 €
Resultado Líquido	**1.106.244 €**	**1.211.351 €**	**1.642.423 €**	**431.072 €**

No que respeita à evolução dos Gastos Operacionais é de salientar que, em 2018, verifica-se, face ao período homólogo, um acréscimo dos mesmos em 0,7 milhões de euros (1,6%).

Quadro 6.2 - Evolução dos Gastos Operacionais

Designação da Conta	2016	2017	2018	Δ 2018/2017	Δ % 2018/2017
Consumos	3.033.457 €	2.285.000 €	2.638.981 €	353.980 €	15,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	9.884.825 €	9.741.938 €	10.099.310 €	357.373 €	3,7%
Gastos com o Pessoal	13.337.157 €	14.175.877 €	15.119.169 €	943.292 €	6,7%
Gastos Operacionais s/ Amort. e Imparidades	**26.255.439 €**	**26.202.815 €**	**27.857.460 €**	**1.654.645 €**	**6,3%**
Depreciações e Amortizações	10.995.511 €	10.795.673 €	10.814.752 €	19.079 €	0,18%
Perdas por Imparidades	250.577 €	1.626.401 €	1.289.773 €	-336.628 €	-20,70%
Outros Gastos Operacionais e Provisões	3.012.318 €	2.220.642 €	1.540.364 €	-680.278 €	-30,63%
Gastos Operacionais	**40.513.845 €**	**40.845.531 €**	**41.502.349 €**	**656.819 €**	**1,6%**

O crescimento dos Gastos Operacionais decorre do aumento dos Gastos com o Pessoal, Consumos e Fornecimentos e Serviços Externos, parcialmente atenuados com a redução das Perdas por Imparidades e dos Outros Gastos Operacionais.

Os Gastos com o Pessoal sofreram um acréscimo de 6,7% (943,3 mil euros) relativamente a 2017 e de 13,4% (1.782,0 mil euros) comparativamente ao ano 2016, essencialmente decorrente dos aumentos verificados nas Remunerações Base do Pessoal, dos Suplementos de Remunerações e Encargos sobre Remunerações, conforme evidenciado pelo Gráfico seguinte.

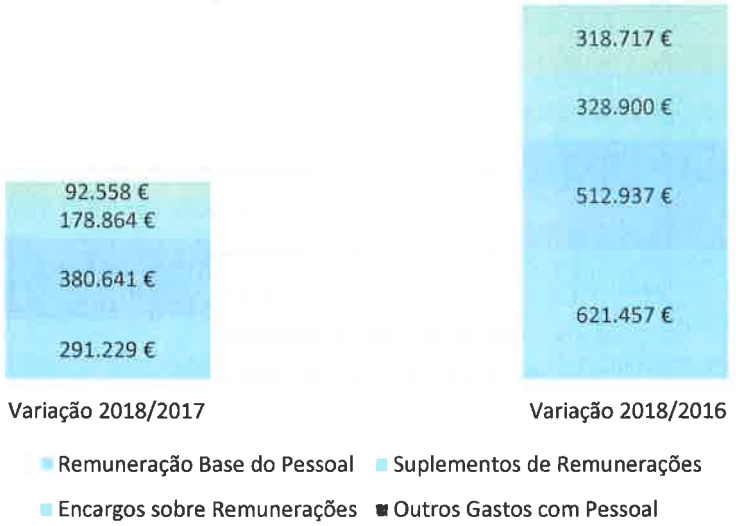


Gráfico 6.1 – Variação das Rubricas de Gastos com o Pessoal

De salientar que as Remunerações ao Pessoal, Órgãos Sociais e dos Encargos sobre Remunerações conjuntamente, representam 98% do total de Gastos com Pessoal conforme pelo Gráfico seguinte.

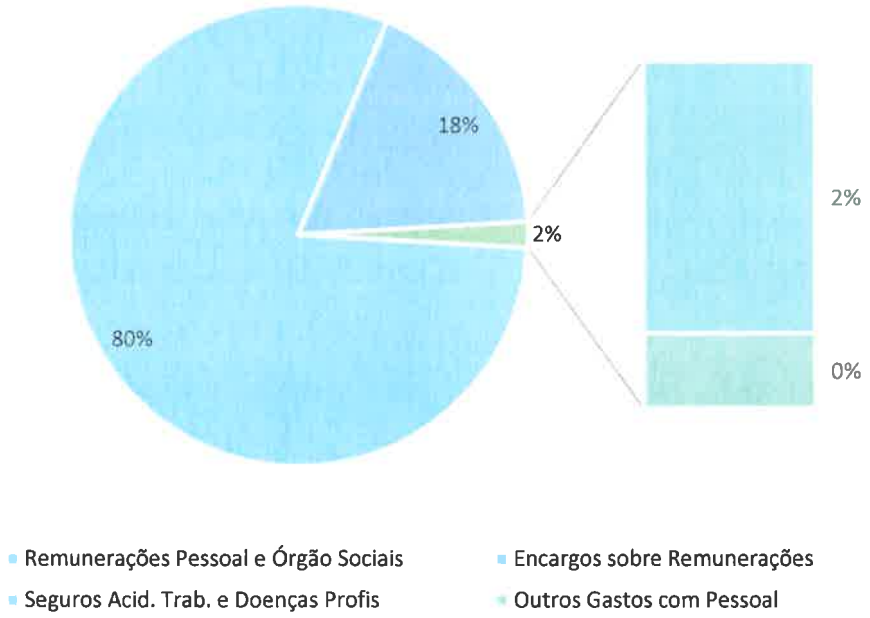


Gráfico 6.2 – Peso das Rubricas de Gastos com o Pessoal

A evolução das Remunerações ao Pessoal decorrem dos seguintes fatores:

- Do aumento do salário mínimo regional o qual, em 2018, face ao ano anterior, apresentou um crescimento de 22€/mês (sendo que, em 2017, já havia registado um aumento de 29,40€/mês). Existindo um elevado número de colaboradores da ARM, S.A. que auferem remunerações ao nível do salário mínimo regional, qualquer variação deste implica, de imediato, um aumento dos gastos com o pessoal, dos encargos sobre remunerações e dos suplementos que se encontram indexados ao salário;
- Do aumento do número de colaboradores da ARM, S.A. em 2018 que, face a 2017, aumentou em 11 colaboradores (tendo aumentado em 21 entre 2016 e 2017);
- Das progressões nas carreiras para os funcionários com vínculo público;
- Do aumento de 2% das remunerações base, efetuado em 2018, após vários anos sem qualquer atualização salarial;
- Das atualizações dos suplementos de remunerações nos termos do Acordo de Empresa que vigorou no ano 2018;
- Do registo contabilístico do valor inerente:
    - Às férias não gozadas pelos trabalhadores;
    - Acréscimo de 3 dias de férias;
    - Aos Prémios de Desempenho a pagar em resultado da aplicação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho do ano 2018.

Saliente-se que o Subsídio de Insularidade, até ao ano de 2016, apenas era pago aos funcionários com vínculo público que exerciam funções na Ilha do Porto Santo. Em 2017, aquele subsídio foi reposto para os funcionários com vínculo público a exercer funções na Ilha da Madeira. Para não criar desigualdades entre trabalhadores públicos e privados, o Conselho de Administração decidiu aplicar o subsídio de insularidade aos trabalhadores com vínculo privado da ARM, S.A., o que contribuiu para o aumento dos Gastos com o Pessoal nos anos de 2017 e de 2018.

No que respeita aos suplementos de remunerações, o aumento verificado (380,6 mil euros) decorre:

- Da estimativa dos prémios relativamente à avaliação do desempenho de 2018;
- Da Isenção de Horário de Trabalho;
- Do Subsídio de Insularidade;
- Da alteração do regime de disponibilidade para regime de prevenção constante do Acordo de Empresa.

Relativamente aos **Fornecimentos e Serviços Externos**, estes encontram-se segmentados em duas tipologias: os Subcontratos e os Fornecimentos e Serviços. O peso relativo de cada uma delas no total dos Fornecimentos e Serviços Externos é ilustrado pelo gráfico seguinte, o qual evidencia a preponderância dos Fornecimentos e Serviços.

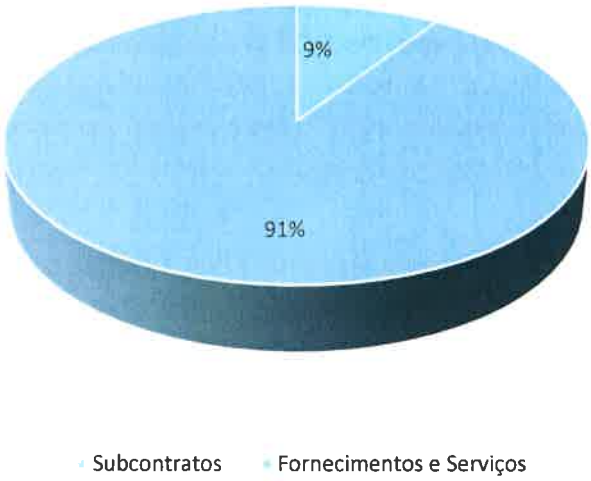


Gráfico 6.3 – Peso das Rubricas dos Fornecimentos e Serviços Externos

No que respeita à evolução dos gastos com os Fornecimentos e Serviços Externos (357,4 mil euros em 2018), a mesma é apresentada no gráfico seguinte:

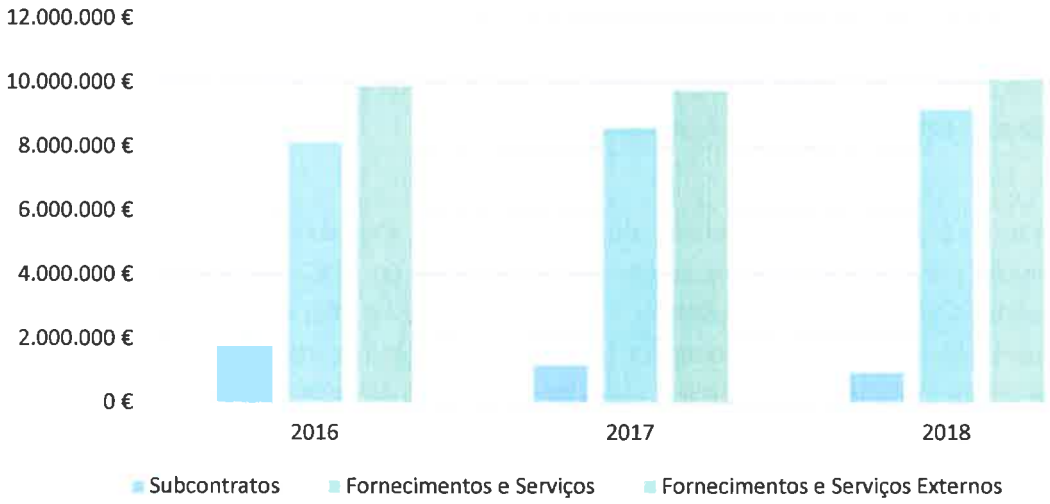


Gráfico 6.4 – Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos

Verifica-se uma sustentada redução dos gastos com os Subcontratos e um aumento dos gastos com os Fornecimentos e Serviços.

No que respeita aos subcontratos é de salientar que os gastos estão assentes essencialmente em duas tipologias – Receção de Resíduos e o Transporte e Tratamento de Resíduos Hospitalares, tendo as mesmas verificado, em 2018, uma redução de 48,9 mil euros e de 175,9 mil euros, respetivamente.

No que respeita ao peso relativo das rubricas dos Fornecimentos e Serviços saliente-se a preponderância dos gastos com Energia e Fluídos e com os Serviços Especializados, os quais, conjuntamente, representam cerca de 85% dos gastos com os Fornecimentos e Serviços, conforme gráfico seguinte.

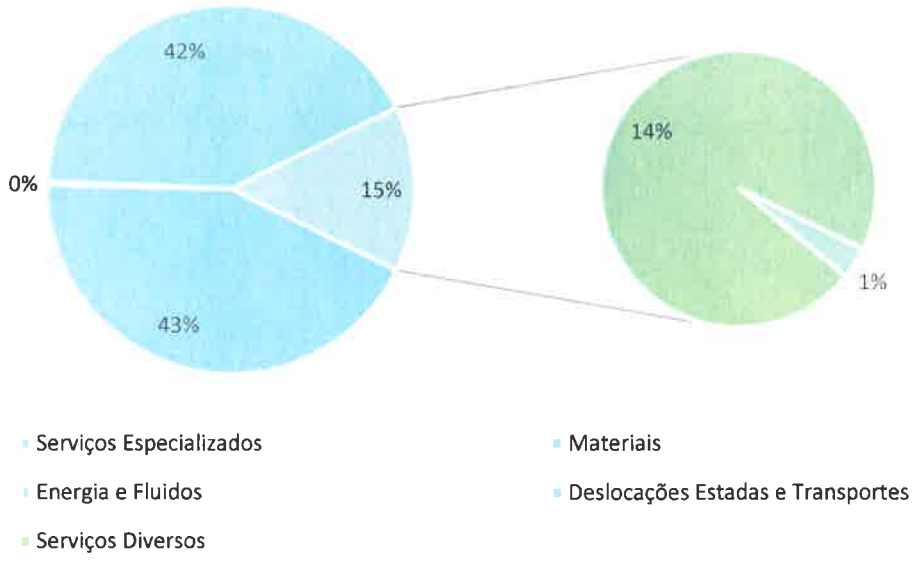


Gráfico 6.5 – Detalhe dos Fornecimentos e Serviços

Em termos evolutivos é de salientar que o aumento dos gastos com os Fornecimentos e Serviços face ao período homólogo decorre, quase integralmente, do aumento dos Serviços Especializados conforme gráfico seguinte:

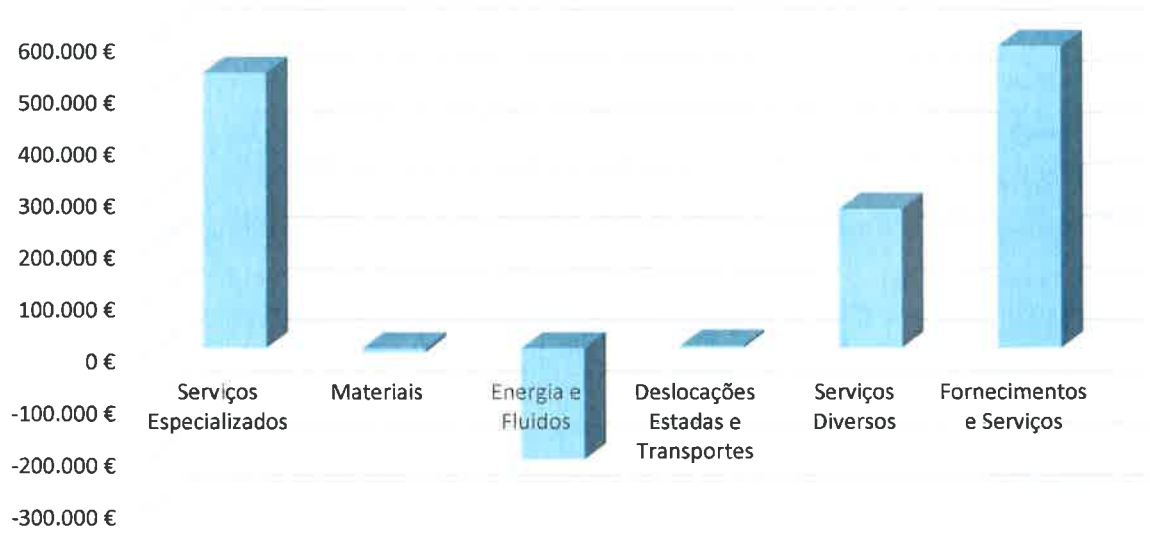


Gráfico 6.6 – Variação dos Fornecimentos e Serviços (2018)

O aumento dos serviços especializados decorre sobretudo do aumento dos gastos com a Conservação e Reparação (470,2 mil euros) sendo de salientar a redução ocorrida nos gastos com a Energia e Fluídos que se deve, sobretudo, aos menores gastos com a eletricidade, decorrente do menor grau de utilização dos sistemas de bombagem em consequência do ano hidrológico de 2018 ter sido favorável.

Quanto aos Rendimentos Operacionais, verifica-se que os mesmos se encontram quase essencialmente assentes nas Prestação de Serviços e nos Outros Rendimentos Operacionais, os quais, conjuntamente, representam aproximadamente 86% do total dos Rendimentos Operacionais.

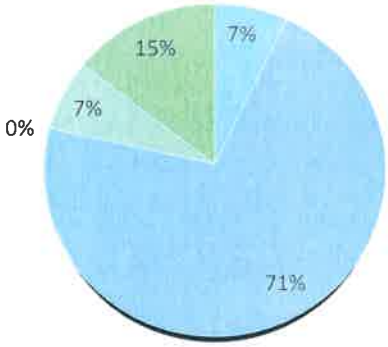


Gráfico 6.7 – Distribuição dos Rendimentos Operacionais

No que respeita à evolução dos Rendimentos e Ganhos Operacionais, destaca-se um crescimento dos mesmos em 0,7 milhões de euros (1,6%) face ao período homólogo, sobretudo assente nos aumentos das Prestações de Serviços e dos Outros Rendimentos e Ganhos conforme quadro seguinte.

Quadro 6.3 – Evolução dos Rendimentos e Ganhos Operacionais

Designação da Conta	2016	2017	2018	Δ 2018/2017	Δ % 2018/2017
Vendas	3.084.282 €	4.370.753 €	3.189.917 €	-1.180.836 €	-27,0%
Prestações de serviços	29.993.259 €	31.171.256 €	31.677.155 €	505.899 €	1,6%
Trabalhos para a própria entidade	650.346 €	0 €	0 €	0 €	na
Subsídio à exploração	2.642.926 €	2.861.513 €	3.112.911 €	251.398 €	8,8%
Rend. Operacionais s/ Outros Rend. e Ganhos	**36.370.812 €**	**38.403.522 €**	**37.979.983 €**	**-423.539 €**	**-1,1%**
Outros rendimentos e ganhos	6.247.407 €	5.321.748 €	6.439.280 €	1.117.532 €	21,0%
Rendimentos Operacionais	**42.618.219 €**	**43.725.270 €**	**44.419.263 €**	**693.992 €**	**1,6%**

Relativamente às vendas, salienta-se que a variação registada deve-se à energia termoelétrica produzida, como subproduto, no decorrer do processo de incineração de resíduos na ETRS da Meia Serra, e vendida à EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.. A substancial redução verificada em 2018 face a período homólogo deriva essencialmente de 2 fatores:

- A necessidade de realizar várias intervenções de conservação e reparação da ETRS da Meia Serra, tendo em consequência, nesse período, sido interrompida a produção de energia;
- O ajustamento, em baixa, do poder calorífico utilizado como forma de salvaguardar os equipamentos, uma vez que no ano 2017 foi efetuada uma utilização intensiva da instalação.

Não obstante a redução substancial da produção de energia supra referida, os níveis produzidos regressaram à média dos valores de produção dos anos anteriores, sendo expectável um aumento ligeiro no ano 2019 mas nunca com a mesma intensidade verificada em 2017.

No que concerne às Prestações de Serviços é de salientar que, em 2018, as tarifas praticadas foram atualizadas em conformidade com o previsto na evolução das tarifas médias previstas no Contrato de Concessão. Contudo, para não onerar os clientes, a RAM subsidiou parte do aumento previsto.

De registar que os rendimentos obtidos com as prestações de serviços encontram-se essencialmente concentrados em duas áreas: a água (60%) e os resíduos (35%), os quais, em conjunto, representam cerca de 95% do total das prestações de Serviços conforme gráfico seguinte:

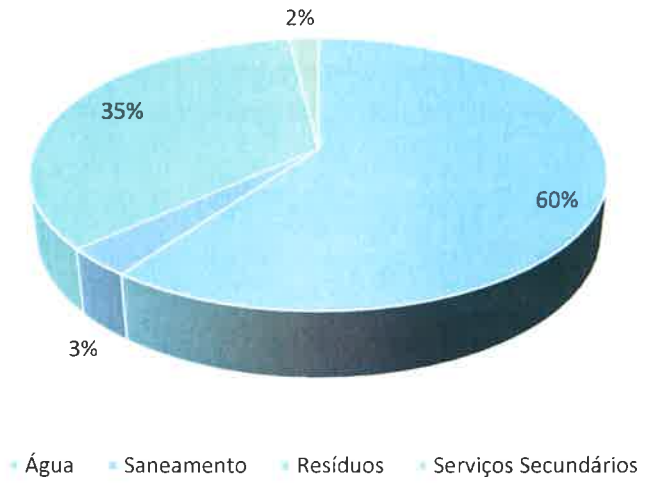


Gráfico 6.8 – Distribuição das Prestações de Serviços

Em termos evolutivos é de salientar que as prestações de serviços apresentam um crescimento em todos os segmentos de negócio, com exceção dos resíduos (onde se verifica a manutenção do nível de rendimentos), conforme ilustrado pelo quadro seguinte:

Quadro 6.4 – Evolução das Prestações de Serviços por Segmentos

Designação	2016	2017	2018	Δ 2018/2017	Δ % 2018/2017
Água	17.673.279 €	18.843.071 €	19.010.852 €	167.781 €	0,9%
Saneamento	999.507 €	1.059.600 €	1.050.869 €	-8.731 €	-0,8%
Resíduos	10.806.385 €	10.714.819 €	11.002.449 €	287.630 €	2,7%
Serviços Secundários	514.089 €	553.766 €	612.985 €	59.219 €	10,7%
Prestações serviços	**29.993.259 €**	**31.171.256 €**	**31.677.155 €**	**505.899 €**	**1,6%**

Relativamente às variações face ao período homólogo das restantes rúbricas de Rendimentos e Ganhos Operacionais é de salientar que:

- Os Subsídios à Exploração decorrem de Contrato-Programa celebrado com a Região com vista à subsidiação do preço de venda de água de regadio, mantendo inalterados os preços pagos pelos agricultores. Contudo, em 2018, foram ainda celebrados Protocolos de Subsidiação tendo em vista não repercutir parte do aumento tarifário nos clientes;
- O Aumento dos Outros Rendimentos e Ganhos é devido, essencialmente, ao reconhecimento dos ganhos associados aos novos subsídios ao investimento.

Relativamente aos resultados financeiros, estes são sintetizados no quadro abaixo e evidenciam uma melhoria substancial relativamente ao período homólogo.

Quadro 6.5 – Resultado Financeiro

Designação da Conta	2016	2017	2018	Δ 2018/2017	Δ % 2018/2017
Juros, Div. e Outros Rendimentos Similares	5.284 €	11.627 €	8.883 €	-2.744 €	-23,6%
Gastos e Perdas de Financiamentos	312.858 €	213.364 €	59.886 €	-153.477 €	-71,9%
Resultado Financeiro	**-307.574 €**	**-201.736 €**	**-51.003 €**	**150.733 €**	**-74,7%**

No que respeita aos juros suportados, os mesmos são, na sua quase totalidade, derivados dos juros relativos às operações de financiamento de médio e longo prazo contratualizadas em anos anteriores, no mercado financeiro, cuja evolução tem sido de decréscimo acentuado conforme evidenciado pelo gráfico seguinte:

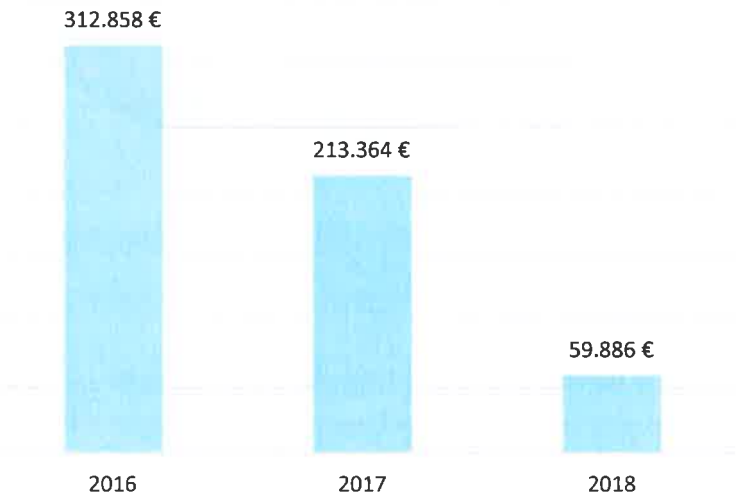


Gráfico 6.9 – Evolução dos Juros Suportados

Salienta-se que não existem instrumentos derivados contratualizados para cobertura de riscos de taxa de juro.

Para a melhoria dos juros suportados contribuem os menores volumes de dívida decorrentes das amortizações de capital que têm vindo a ser efetuadas, bem como a descida acentuada da Euribor nos mercados internacionais, conforme ilustrado pelo gráfico seguinte relativo à evolução da Euribor a 6 meses.

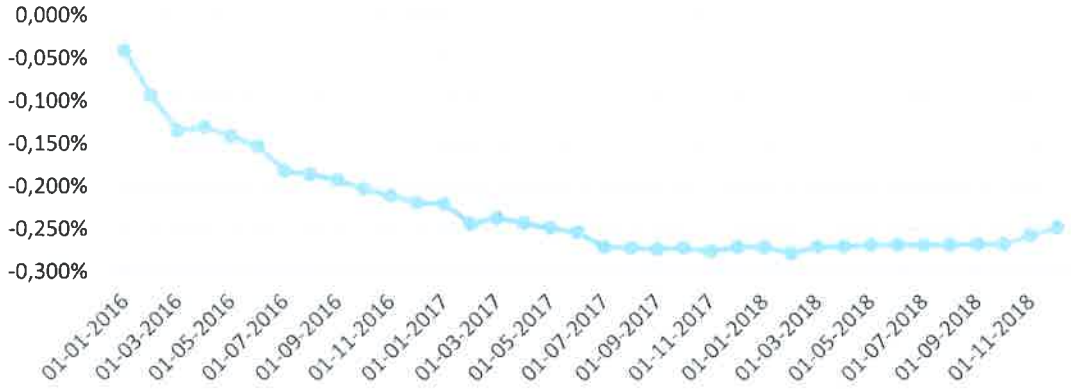


Gráfico 6.10 – Evolução da Euribor a 6 Meses em 2015 e 2016 (Fonte: http://www.euribor-rates.eu)

Em consequência dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas anteriormente descritos o Resultado Líquido do exercício económico de 2018 apresenta-se positivo, no montante de 1,6 milhões de euros.

Relativamente às rubricas do Balanço salientam-se os indicadores globais constantes do quadro seguinte:

Quadro 6.6 – Indicadores do Balanço

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Ativo	372.957.166 €	364.604.781 €	386.183.749 €	21.578.968 €	5,9%
Capital Próprio	118.124.784 €	120.763.811 €	147.809.175 €	27.045.364 €	22,4%
Passivo	254.832.382 €	243.840.971 €	238.374.574 €	-5.466.397 €	-2,2%

No que respeita ao Ativo, a evolução global é apresentada pelo quadro seguinte, que evidencia que a variação face ao ano anterior é essencialmente decorrente da redução dos ativos Tangíveis e Intangíveis resultantes da contabilização do reescalonamento do plano de investimentos e das amortizações, sendo parcialmente compensada pelo aumento dos valores relativos a Outras Contas a Receber e pela Caixa e seus Equivalentes.

Quadro 6.7 – Evolução do Ativo

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Ativos (Tangíveis e Intangíveis)	303.007.426 €	290.115.548 €	279.790.706 €	-10.324.841 €	-3,6%
Inventário	2.476.719 €	2.798.011 €	3.084.609 €	286.598 €	10,2%
Clientes	23.996.279 €	26.675.557 €	25.018.188 €	-1.657.369 €	-6,2%
Estado e outras ent. Públicas	1.098.654 €	53.378 €	217.743 €	164.365 €	307,9%
Outras contas a receber	26.570.697 €	26.550.066 €	45.695.608 €	19.145.543 €	72,1%
Ativos por Impostos Diferidos	4.218.411 €	5.690.105 €	7.430.427 €	1.740.322 €	30,6%
Diferimentos	452.653 €	494.783 €	250.497 €	-244.286 €	-49,4%
Caixa e seus equivalentes	11.136.327 €	12.227.334 €	24.695.971 €	12.468.637 €	102,0%
Ativo	**372.957.166 €**	**364.604.781 €**	**386.183.749 €**	**21.578.968 €**	**5,9%**

A estrutura do Ativo é sintetizada pelo gráfico seguinte onde se constata que o mesmo assenta sobretudo em Ativo Não Corrente, o qual representa 78% do total do Ativo:

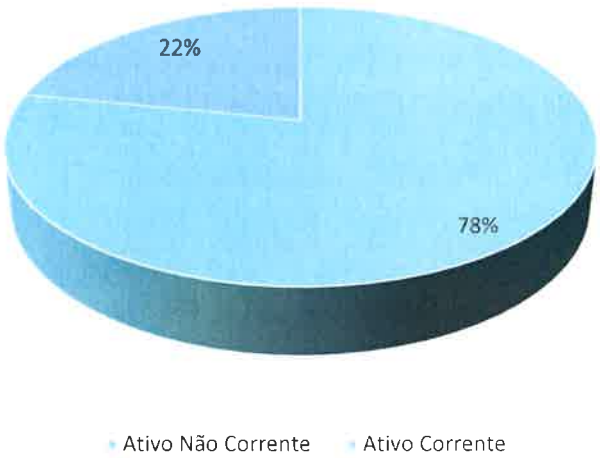


Gráfico 6.11 – Estrutura do Ativo

O Ativo Não Corrente apresenta um decréscimo de 5,4 milhões de euros (-1,8%) face ao ano anterior decorrente, sobretudo, das variações dos Ativos Intangíveis (em virtude dos impactos decorrentes do reescalonamento do Plano de Investimentos e das amortizações) e dos Clientes, parcialmente compensado pelo aumento das Outras Contas a Receber e dos Ativos por Impostos deferidos.

Quadro 6.8 – Evolução do Ativo Não Corrente

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Ativos Fixos Tangíveis	1.196.135 €	1.229.325 €	1.184.464 €	-44.862 €	-3,6%
Ativos Intangíveis	301.811.291 €	288.886.222 €	278.606.242 €	-10.279.980 €	-3,6%
Clientes	8.002.375 €	5.165.676 €	2.596.609 €	-2.569.067 €	-49,7%
Outras Contas a Receber	5.366.869 €	7.034.033 €	12.744.569 €	5.710.536 €	81,2%
Ativos por Impostos Diferidos	4.218.411 €	5.690.105 €	7.430.427 €	1.740.322 €	30,6%
Total Ativo Não Corrente	**320.595.081 €**	**308.005.362 €**	**302.562.311 €**	**-5.443.050 €**	**-1,8%**

No que respeita ao Ativo Corrente verifica-se um acréscimo, face ao ano de 2017, de 27,0 milhões de euros (47,7%), cuja origem decorre essencialmente do aumento do saldo de Caixa e Outras Contas a Receber.

O aumento do saldo de caixa decorre essencialmente dos adiantamentos de Subsídios ao Investimento dos projetos aprovados no âmbito do PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira.

Quadro 6.9 – Evolução do Ativo Corrente

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Inventário	2.476.719 €	2.798.011 €	3.084.609 €	286.598 €	10,2%
Clientes	15.993.904 €	21.509.881 €	22.421.579 €	911.698 €	4,2%
Estado e outras ent. Públicas	1.098.654 €	53.378 €	217.743 €	164.365 €	307,9%
Outras contas a receber	21.203.829 €	19.516.033 €	32.951.039 €	13.435.006 €	68,8%
Diferimentos	452.653 €	494.783 €	250.497 €	-244.286 €	-49,4%
Caixa e seus equivalentes	11.136.327 €	12.227.334 €	24.695.971 €	12.468.637 €	102,0%
Total Ativo Corrente	**52.362.085 €**	**56.599.419 €**	**83.621.438 €**	**27.022.018 €**	**47,7%**

No que concerne às Outras Contas a Receber, a variação verificada corresponde quase essencialmente à contabilização dos apoios ao investimento no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Utilização Racional de Recursos (POSEUR) e do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM) e de Contratos-Programa celebrados com a RAM.

No que respeita à rubrica de Clientes, é de salientar que o valor das dívidas do Município do Funchal representa cerca de 69% da totalidade das dívidas de clientes, em virtude daquela Instituição contestar:

- Através de processo judicial, a componente fixa das faturas relativas à receção e tratamento de resíduos que vigorou até final de março de 2017. Com o tarifário aprovado em abril de 2017, procedeu-se à extinção da componente fixa da fatura dos resíduos transformando-a numa tarifa única, variável consoante a quantidade de resíduos entregues. Não obstante esta alteração, o Município do Funchal intentou processo judicial visando a anulação da deliberação do Conselho de Administração que aprovou os tarifários de 2017;
- Através de processo judicial, a atualização tarifária efetuada em 2014 e de 2017, não reconhecendo o valor dessas atualizações, e consequentemente, não pagando essa componente.

De referir que as atualizações tarifárias de 2018 não foram objeto de qualquer processo judicial.

A generalidade dos Acordos de Pagamento celebrados com clientes encontra-se a ser cumprida.

De salientar que o Município de Santa Cruz, que também havia contestado a componente fixa da tarifa dos resíduos e que, em consequência, não pagava essa componente das faturas, passou, com a implementação do tarifário de 2017, a proceder ao pagamento integral da fatura relativa aos resíduos.

De salientar que as dívidas de clientes apresentam uma redução de -1,4 milhões de euros (-5%) face ao período homólogo e encontram-se identificadas no quadro seguinte.

Quadro 6.10 – Dívidas de clientes

Clientes	2016	2017	2018	Peso 2018	Δ 2018/2017	Δ % 2018/2017
Município do Funchal	14.385.530 €	17.788.763 €	17.245.121 €	69%	-543.642 €	-3%
Município de Câmara de Lobos	533941	457.099 €	382.849 €	2%	-74.250 €	-16%
Município da Ribeira Brava	255.378 €	218.262 €	182.701 €	1%	-35.561 €	-16%
Município da Calheta	604.513 €	458.719 €	355.162 €	1%	-103.557 €	-23%
Município do Porto Moniz	93.172 €	76.571 €	46.359 €	0%	-30.212 €	-39%
Município de São Vicente	278.223 €	212.216 €	173.517 €	1%	-38.699 €	-18%
Município de Machico	727.666 €	625.514 €	531.171 €	2%	-94.343 €	-15%
Município de Santa Cruz	4.472.878 €	4.480.610 €	3.660.877 €	15%	-819.733 €	-18%
CARAM	583.463 €	517.344 €	460.060 €	2%	-57.284 €	-11%
Clientes de serviços em baixa	1.658.352 €	1.313.794 €	1.501.976 €	6%	188.182 €	14%
Outros	606.015 €	250.237 €	478.395 €	2%	228.158 €	91%
TOTAL	**24.199.131 €**	**26.399.129 €**	**25.018.188 €**	**100%**	**-1.380.942 €**	**-5%**

A composição do Capital Próprio e a respetiva evolução é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 6.11 – Evolução do Capital Próprio

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Capital realizado	19.705.500 €	19.705.500 €	19.705.500 €	0 €	0,0%
Reservas Legais	1.601.585 €	2.707.830 €	3.319.181 €	611.351 €	22,6%
Outras Reservas	2.697.150 €	2.697.150 €	3.297.150 €	600.000 €	22,2%
Resultados transitados	12.698.018 €	12.698.018 €	12.698.018 €	0 €	0,0%
Outras variações no capital próprio	80.316.287 €	81.743.962 €	107.146.903 €	25.402.941 €	31,1%
Resultado líquido do período	1.106.245 €	1.211.351 €	1.642.423 €	431.072 €	35,6%
Total Capital Próprio	**118.124.784 €**	**120.763.811 €**	**147.809.175 €**	**27.045.365 €**	**22,4%**

Relativamente à evolução verificada no Capital Próprio face ao período homólogo, há que referir que o mesmo aumentou em 27,0 milhões de euros (2,2%) em virtude de novos subsídios ao investimento atribuídos em 2018 e do resultado do próprio ano.

Relativamente ao Capital Social, há ainda a salientar que o mesmo se encontra inteiramente subscrito e realizado.

Em termos globais, a evolução do Passivo, apresentada pelo quadro seguinte, evidencia um decréscimo global de -5,5 milhões de euros (-2,2%) decorrente essencialmente da redução das Provisões fundamentalmente por via do investimento realizado em 2018 e da redução dos valores da dívida comercial e financeira (fornecedores e financiamentos obtidos).

Quadro 6.12 – Evolução do Passivo

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Provisões	196.959.205 €	190.670.735 €	181.346.514 €	-9.324.221 €	-4,9%
Fornecedores	5.338.050 €	3.151.035 €	2.810.479 €	-340.556 €	-10,8%
Adiantamentos de clientes	34.129 €	10.764 €	20.082 €	9.317 €	86,6%
Estado e outras ent. públ.	1.375.206 €	1.255.419 €	718.220 €	-537.200 €	-42,8%
Financiamento obtido	23.108.333 €	19.462.500 €	17.896.667 €	-1.565.833 €	-8,0%
Outras contas a pagar	28.017.459 €	29.184.076 €	35.471.376 €	6.287.299 €	21,5%
Diferimentos	0 €	106.440 €	111.237 €	4.797 €	4,5%
Passivo	**254.832.382 €**	**243.840.971 €**	**238.374.574 €**	**-5.466.397 €**	**-2,2%**

A estrutura do Passivo é apresentada pelo Gráfico seguinte onde se constata que o Passivo Não Corrente representa 93% do total do Passivo:

Gráfico 6.12 – Estrutura do Passivo

No que respeita ao Passivo Não Corrente, a evolução verificada evidencia uma redução de -3,5 milhões de euros (-1,6%) assente, sobretudo, na redução das Provisões atendendo ao investimento realizado em 2018 parcialmente compensado pelo aumento das Outras Contas a Pagar.

Quadro 6.13 – Evolução do Passivo Não Corrente

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Provisões	196.959.205 €	190.670.735 €	181.346.514 €	-9.324.221 €	-4,9%
Financiamentos Obtidos	15.187.500 €	10.791.667 €	10.642.500 €	-149.167 €	-1,4%
Outras contas a pagar	23.232.811 €	24.183.163 €	30.115.335 €	5.932.173 €	24,5%
Total do Passivo Não Corrente	**235.379.516 €**	**225.645.565 €**	**222.104.349 €**	**-3.541.215 €**	**-1,6%**

Relativamente ao Passivo Corrente, a evolução verificada face ao período homólogo evidencia uma redução global de -1,9 milhões de euros assente, sobretudo, na redução das dívidas a pagar aos fornecedores e dos financiamentos obtidos.

Quadro 6.14 – Evolução do Passivo Corrente

Item	2016	2017	2018	Δ 2018 /2017	Δ % 2018 /2017
Fornecedores	5.338.050 €	3.151.035 €	2.810.479 €	-340.556 €	-10,8%
Adiantamentos de clientes	34.129 €	10.764 €	20.082 €	9.317 €	86,6%
Estado e outras ent. públ.	1.375.206 €	1.255.419 €	718.220 €	-537.200 €	-42,8%
Financiamento obtido	7.920.833 €	8.670.833 €	7.254.167 €	-1.416.667 €	-16,3%
Outras contas a pagar	4.784.648 €	5.000.914 €	5.356.041 €	355.127 €	7,1%
Diferimentos	0 €	106.440 €	111.237 €	4.797 €	4,5%
Total do Passivo Corrente	**19.452.866 €**	**18.195.406 €**	**16.270.224 €**	**-1.925.182 €**	**-10,6%**

De salientar que a Dívida da ARM a Sociedades Financeiras tem apresentado uma redução permanente e sustentada e a mesma assenta essencialmente em dívida não corrente, conforme evidenciado pelo gráfico seguinte:

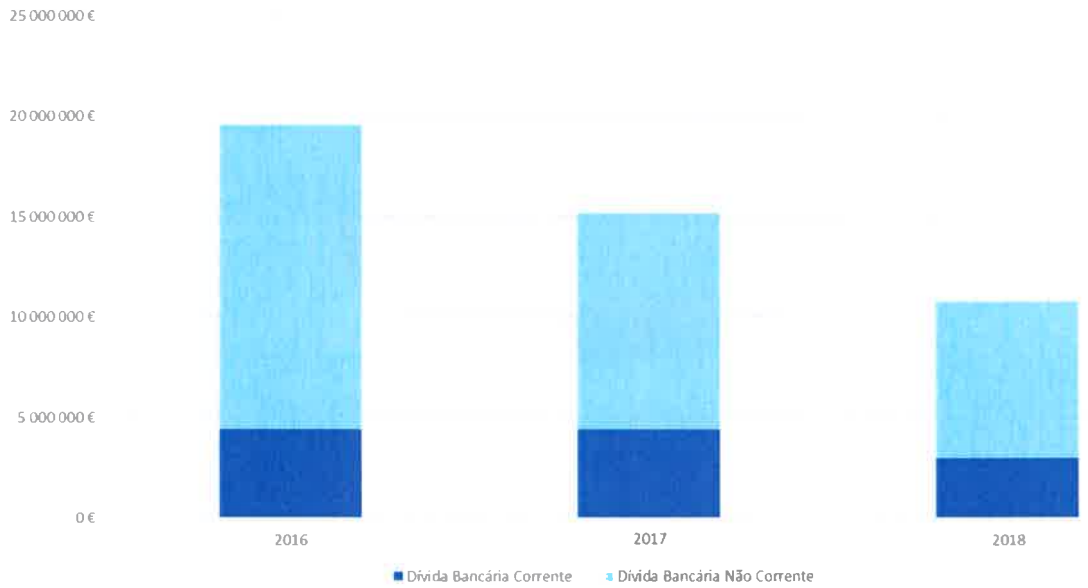


Gráfico 6.13 – Dívida a Sociedades Financeiras

Face ao período homólogo, verifica-se uma redução da dívida contratualizada a Sociedades Financeiras em 4,4 milhões de euros em virtude das amortizações de capital efetuadas.

Há ainda que referir que para além da dívida a Sociedades Financeiras, a empresa detém suprimentos efetuados pelo acionista – Região Autónoma da Madeira, no montante global de 7,1 milhões de euros, dos quais 2,8 milhões de euros foram realizados no ano 2018.

No que respeita aos fluxos financeiros ocorridos no ano 2018 é de salientar que os recebimentos tiveram um aumento global de 17,8 milhões de euros (sobretudo decorrentes do aumento dos recebimentos de subsídios ao investimento) e os pagamentos sofreram um acréscimo de 6,4 milhões de euros essencialmente devido ao aumento dos pagamentos de atividades de investimento conforme ilustrado pelo quadro seguinte.

Quadro 6.15 – Fluxos Financeiros

Designação da Conta	2017	2018	Δ 2018/2017	Δ % 2018/2017
Recebimentos Operacionais	30.243.811,06 €	36.160.783,53 €	5.916.972,47 €	19,56%
Recebimentos de Investimento	6.920.545,24 €	16.689.146,44 €	9.768.601,20 €	141,2%
Recebimentos de Financiamento	761.654,67 €	2.838.739,99 €	2.077.085,32 €	272,7%
Total de Recebimentos	**37.926.010,97 €**	**55.688.669,96 €**	**17.762.658,99 €**	**46,8%**
Pagamentos Operacionais	27.293.897,34 €	26.919.110,03 €	-374.787,31 €	-1,4%
Pagamentos de Investimento	4.929.404,25 €	11.824.316,74 €	6.894.912,49 €	139,9%
Pagamentos de Financiamento	4.611.702,79 €	4.476.605,71 €	-135.097,08 €	-2,9%
Total de Pagamentos	**36.835.004,38 €**	**43.220.032,48 €**	**6.385.028,11 €**	**17,3%**

Consequentemente, o saldo de disponibilidades apresenta uma variação de 11,4 milhões de euros no período conforme evidenciado pelo quadro seguinte, dos quais 9,8 milhões de euros são decorrente dos subsídios ao investimento, nomeadamente dos adiantamentos de projetos financiados pelo PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira.

Quadro 6.16 – Fluxos Financeiros

Designação da Conta	2017	2018	Δ 2018/2017	Δ % 2018/2017
Disponibilidades no Início do Período	11.136.327,22 €	12.227.333,82 €	1.091.006,60 €	9,8%
Variação das Disponibilidades	1.091.006,60 €	12.468.637,48 €	11.377.630,89 €	1042,9%
Disponibilidades no Fim do Período	12.227.333,82 €	24.695.971,30 €	12.468.637,48 €	102,0%

De registar que, em 2018, e nos termos do artigo 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa:

- Não constituiu qualquer filial ou sucursal;
- Não adquiriu nem alienou participações sociais nem é detentora de ações próprias;
- Não tem dívidas à Segurança Social nem não tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

De salientar que, não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício que possam afectar as demonstrações financeiras.

Os riscos financeiros a que a ARM se encontra exposta no decurso da sua atividade são monitorizados pela Administração com uma política ativa de gestão dos mesmos. Os principais riscos financeiros são:

- **Risco de financiamento e taxas de Juro** - relacionado com a variabilidade dos juros associados a financiamentos. No estudo económico da concessão encontra-se prevista uma componente significativa de financiamento do plano de investimentos por via de subsídios. A possibilidade de não obtenção dos referidos subsídios consistiria um risco para a capacidade de execução do plano de investimentos por exigir o recurso a outras fontes de financiamento.
- Risco de crédito - relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras. Assim, o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional, na medida em que existir atraso ou incumprimento por parte dos seus clientes.

Proposta de Aplicação de Resultados

- Visual

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no Artigo 26.º dos Estatutos da ARM, S.A., o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2018, no montante de 1.642.423,31 € (um milhão, seiscentos e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e três euros e trinta e um cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- 621.919,24 € (seiscentos e vinte e um mil, novecentos e dezanove euros e vinte e quatro cêntimos) para reforço das Reservas Legais, atingindo-se o limite de 20% do Capital Social, conforme exigido pelo Código das Sociedades Comerciais;
- 1.020.504,07 € (um milhão e vinte mil, quinhentos e quatro euros e sete cêntimos) para reforço de reservas livres.

Perspetivas Futuras

8. PERSPETIVAS FUTURAS

Ao longo dos últimos anos foram realizados investimentos significativos no domínio das águas e dos resíduos. Foram criados sistemas multimunicipais de abastecimento que servem 8 dos 10 municípios da ilha da Madeira e foram criadas infraestruturas capacitadas para a valorização, tratamento e encaminhamento para destino final adequado dos resíduos produzidos na RAM.

Foram criadas reservas de água em altitude para maximizar o aproveitamento dos recursos hídricos e foi recuperada uma grande extensão de canais de rega e de fins múltiplos.

Nos principais aglomerados populacionais da ilha da Madeira (costa sudeste, eixo Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico) os sistemas de água para abastecimento público e para regadio partilham as mesmas origens de água. Em caso de conflitos de utilização a legislação confere prioridade ao abastecimento público em detrimento do regadio.

O volume de água fornecido "em alta" aos municípios da Ilha da Madeira ocorrido no ano de 2018 confirma a tendência de crescimento sistemático que se verificava desde 2008 (exceção feita ao ano 2013). As perdas de água nas redes de distribuição são significativas e têm vindo a apresentar taxas de crescimento elevadas.

Os volumes de água subtraídos ao sistema público de regadio agrícola para satisfazer as "necessidades" de abastecimento de água potável do tecido urbano causam prejuízos significativos aos agricultores, um sector que já é particularmente afetado pela conjuntura económica desfavorável.

A ARM, S.A. e a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais têm tentado sensibilizar as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água, as entidades com responsabilidade direta e indireta na gestão e os utilizadores em geral para a importância do uso eficiente do recurso água e para a gestão eficiente dos sistemas, bem como para a importância da adoção de políticas tarifárias que promovam a racionalidade na sua utilização.

Estudos recentes sobre o impacto das alterações climáticas na ilha da Madeira concluíram que o volume disponível para a recarga irá decrescer, aumentando a pressão sobre os sistemas de abastecimento e os utilizadores em geral. É imprescindível proteger os recursos hídricos da Madeira, preparando-a e dotando-a de mecanismos de adaptação que permitam obviar os efeitos da redução progressiva dos recursos hídricos disponíveis.

Os principais objetivos no domínio das águas são:

- Aumentar a eficiência dos sistemas de distribuição de água (potável e regadio) através da redução progressiva das perdas para níveis aceitáveis;
- Aumentar a cobertura por redes de drenagem de águas residuais;
- Contribuir para a proteção dos recursos hídricos, com destaque para as origens destinadas à produção de água para consumo humano;
- Promover e reforçar a capacidade de captação, armazenamento, tratamento e adução, para assegurar o fornecimento de água, em qualidade e quantidade, às populações e às atividades económicas, mesmo nos períodos de menor disponibilidade;
- Reduzir a dependência energética do exterior, através do aumento da produção hidroelétrica, da produtividade das centrais hidroelétricas existentes e da eficiência energética das instalações.

No **domínio dos resíduos**, a Diretiva Quadro dos Resíduos (DRQ), transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, estabelece que a política e a legislação em matéria de resíduos devem respeitar a seguinte ordem de prioridades, no que se refere às opções de prevenção e gestão de resíduos:

- Prevenção e redução;
- Preparação para a reutilização;
- Reciclagem;
- Outros tipos de valorização;
- Eliminação.

Num espaço territorial limitado e isolado como é o caso da RAM, a prevenção e redução assume especial relevância, sendo essencial para uma gestão mais eficiente dos recursos.

Os principais objetivos no domínio dos resíduos são:

- Garantir o tratamento adequado dos resíduos perigosos produzidos na Região - pelo investimento em formas mais económicas ou tecnicamente mais adequadas para a eliminação de determinados resíduos perigosos;
- Aumentar a eficiência dos sistemas de recolha seletiva e indiferenciada de resíduos;
- Promover a prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reciclagem – através do desenvolvimento de campanhas de sensibilização/informação da população, incentivando à adoção de boas práticas de gestão de resíduos;
- Promover a racionalidade e eficiência das atividades de gestão de resíduos reduzindo a sua deposição em aterro e aumentando a valorização energética dos mesmos.

Assim, e em concreto, no ano de 2019, iremos:

- No domínio das águas:
  - Dar continuidade às obras de remodelação das redes de abastecimento e drenagem da Zona Leste, Zona Oeste e do Porto Santo;
  - Dar continuidade à execução do Plano de Comunicação centrado na necessidade de poupança de água (que abrangerá igualmente a sensibilização para a adequada separação de resíduos);
  - Alargar a cobertura da rede de drenagem de Águas Residuais;
  - Iniciar as obras do Túnel do Pedregal, importante infraestrutura que permitirá o armazenamento de uma reserva de água e melhorar as disponibilidades hídricas para a agricultura;
  - Dar continuidade à execução dos vários projetos, apoiados pelo PRODERAM, com vista à minimização das perdas de água destinada ao regadio e ao reforço do armazenamento e das disponibilidades;

- Implementar soluções com vista à produção de energia mediante o aproveitamento dos recursos e atividades desenvolvidas pela ARM;

- No domínio dos resíduos:
  - Dar continuidade ao projeto de compostagem doméstica, iniciado em 2018, nos vários municípios aderentes;
  - Dar continuidade à execução do Plano de Comunicação centrado na adequada separação de Resíduos (o qual abrangerá igualmente a sensibilização para necessidade de Poupança de Água);
  - Implementar uma solução de compostagem de verdes na ETRS da Meia Serra;
  - Concluir a implementação de solução para tratamento, na RAM, dos resíduos hospitalares do Grupo III (o que à data de elaboração do presente relatório já ocorreu, encontrando-se em laboração).

- Ao nível organizacional:
  - Incrementar a formação disponibilizada aos colaboradores nos domínios específicos da atividade desenvolvida pelos mesmos;
  - Concluir e implementar os Regulamentos de Organização Interna, Recrutamento e funções críticas;
  - Concluir e implementar/atualizar os regulamentos de serviços de todas as áreas de negócio da empresa;
  - Implementar soluções conducentes à reorganização dos espaços de trabalho visando a melhoria das condições de trabalho;
  - Implementação de um balcão de atendimento na Loja do Cidadão visando a melhoria do atendimento dos clientes e a melhoria da cobrança;
  - Reforçar o quadro de pessoal em determinadas áreas de negócio da ARM com vista à melhoria da qualidade de serviço.

Demonstração Não Financeira

9. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Para os efeitos do disposto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de Julho, que transpôs para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 2014/95/ UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2014, a ARM explicita no presente documento as "informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades da entidade, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno" relativas à ARM no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Trata-se do primeiro reporte desta natureza elaborado por esta entidade pelo que se apresenta a informação existente, tendo em perspetiva uma melhoria progressiva da qualidade e da informação disponível no próximo ano.

Neste enquadramento, esta primeira demonstração não financeira da ARM alicerça-se nas orientações da Global Reporting Initiative (GRI), não verificando todos os requisitos das opções "de acordo" com as Diretrizes da GRI, designadamente as opções "Essencial" ou "Abrangente".

De salientar que, dado tratar-se de um reporte, anual, integrado no Relatório e Contas da ARM, a informação que já conste de capítulos do Relatório de Contas não será reproduzida na demonstração não financeira.

9.1 Orientações Estratégicas

A missão, política e objetivos da empresa foram estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração com o envolvimento dos responsáveis da empresa, quer ao nível da gestão de topo quer ao nível da gestão intermédia.

O processo de planeamento estratégico da empresa encontra-se alicerçado na visão, missão e valores identificados no capítulo 2 do presente relatório e materializa-se no Plano de Atividades para o quinquénio.

Com base nestes princípios, a ARM desenvolve as suas atividades de gestão dos sistemas, com melhoria gradual dos níveis de serviço, cumprindo as obrigações estabelecidas pelo contrato de concessão e pela concedente, procurando assegurar, de forma geral, o cumprimento das metas para o ano 2020 para os principais indicadores nos setores das águas e dos resíduos e tendo em consideração o contexto regional.

Neste âmbito, as orientações estratégicas da ARM para o período 2018-2022, podem ser resumidas da seguinte forma:

- Assegurar a qualidade do serviço e a proteção dos interesses dos utilizadores;
- Promover a transparência na prestação dos serviços;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, infraestrutural, ambiental e operacional na gestão dos sistemas da empresa;
- Promover a capacitação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores;

- Promover o desenvolvimento e a implementação de soluções tecnologicamente avançadas, com envolvimento em projetos de I&D;
- Incorporar boas práticas de gestão, garantindo a prossecução dos objetivos definidos pela concedente;
- Contribuir para a solidariedade económica e social, para o correto ordenamento do território e para o desenvolvimento regional;
- Promover a responsabilidade ambiental.

No setor das águas e dos resíduos, a nível nacional, o enquadramento estratégico está plasmado em dois planos estratégicos chave, sendo que ambos estão alinhados com o ciclo de financiamento comunitário a desenvolver entre 2014 e 2020, operacionalizados através do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos:

- PENSAAR 2020 – Uma estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – abril 2015;
- PERSU 2020 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos – setembro 2014 (e PERSU 2020+, de dezembro de 2018, versão Consulta Pública).

Existem outros documentos muito relevantes para o setor, quer a nível nacional, quer a nível regional, tais como:

- Definição das Metas de Gestão de Resíduos Urbanos para a Região Autónoma da Madeira – agosto 2018;
- PGRH10 2ª geração - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira para o ciclo de planeamento 2016-2021 (PGRH10) – dezembro 2016;
- Estratégia CLIMA-MADEIRA - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas – dezembro 2015;
- PNEUA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – junho 2012;
- PRAM – Plano Regional de Água da Madeira – agosto 2008;
- PERRAM – Plano Estratégico de Resíduos da Região Autónoma da Madeira – junho 1999.

No que respeita ao regadio agrícola, assume relevância a estratégia definida no "Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira 2014-2020".

De modo a promover a sua cooperação/colaboração com as diversas empresas e entidades do setor, através da partilha de ideias e experiências e da participação em fóruns e debates, a ARM em 2018, era associada das seguintes instituições:

- APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água
- AVALER - Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos
- ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos
- RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal

9.2 Principais Impactos, Riscos e Oportunidades

A ARM, como qualquer organização, está sujeita a um conjunto de Riscos e Oportunidades.

Estes assumem particularidades, pelo facto de a empresa lidar com a área do Ambiente, em setores de atividades essenciais ao bem-estar das populações e, por conseguinte, propensos a variados impactos e riscos associados ao exercício da sua atividade.

Dadas estas fragilidades, a ARM tem tentado seguir continuamente as tendências dos setores onde opera, as evoluções tecnológicas e as problemáticas globais no sentido de minimizar riscos e aproveitar oportunidades.

Para além disso, a análise que é realizada pelo Conselho de Administração, conjuntamente com as várias Direções, sobre as principais questões em matéria de sustentabilidade permite uma maior perceção dos riscos e dos desafios a que a organização está sujeita, bem como das ferramentas necessárias para a mitigação dos riscos existentes.

Uma vez identificados os riscos, a abordagem adotada pela ARM para a sua gestão é efetuada de forma cautelosa, e sempre em consonância com o "Princípio da Precaução"[2].

A aplicação do Princípio da Precaução é realizada de forma sistemática, sempre que aplicável, por forma a evitar impactos negativos no ambiente e a melhorar o desempenho da organização, nomeadamente em matérias como a monitorização dos processos, controlo de qualidades dos produtos/serviços, monitorização ambiental, análise de reclamações, etc.

O comportamento dos cidadãos constitui ainda um importante fator de influência nas atividades desenvolvidas da ARM, na medida em que as suas atitudes na gestão doméstica diária da água e dos resíduos condicionam os objetivos e as estratégias da organização. Neste sentido, a aposta da educação e sensibilização ambiental junto dos cidadãos é permanente.

A análise de riscos realizada pela ARM visa a identificação dos pontos críticos do trabalho desenvolvido. Trata-se, portanto de uma avaliação que permite não só a tomada atempada de medidas de mitigação do risco, como a identificação de oportunidades de melhoria.

Quadro 9.2.1 – Riscos e Oportunidades da ARM

Riscos	Oportunidades
Incumprimento de obrigações financeiras pelos Clientes	Estrutura tarifária sustentável
Reduzida participação e literacia ambiental da Comunidade	Dinamismo e Inovação
Condicionalismos afetos à ultraperiferia	Apoios de financiamento
Sustentabilidade da evolução tarifária	Potenciação dos ativos
Falhas ou indisponibilidades dos ativos	Comunicação Interna
Riscos de acidentes, desastres naturais, situações fortuitas	Formação contínua
Exposição e afetação decorrente das Alterações Climáticas	Disposição para a mudança
Condições de trabalho heterogéneas	Otimização da Estrutura Organizacional
Diferentes graus de motivação profissional	Eficiência Energética
Fraca cultura corporativa	Compras verdes

[2] Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) das Nações Unidas (ONU). "Princípio 15: *Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental*".

9.3 Valores, princípios e normas de comportamento

Os membros do Conselho de Administração da ARM têm conhecimento e respeitam integralmente o regime de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, na redação em vigor, e no estatuto de gestor público em vigor na Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31/2013/M, de 27 de dezembro).

Os membros do Conselho de Administração da ARM têm igualmente conhecimento da Lei n.º 48/83, de 02 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, relativa ao controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos, e cumprem escrupulosamente as respetivas obrigações, nomeadamente declarativas.

Neste contexto, e no âmbito da Prevenção e Conflito de Interesses, a ARM dispõe dos seguintes mecanismos preventivos dos principais riscos:

- O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Compromisso de Ética e Valores da ARM;
- A prevenção e controlo do consumo de álcool e substâncias psicotrópicas;
- O cumprimento do Código de Contratação Pública;
- A existência de processos de auditoria autónomos e independentes efetuados por diversas entidades com experiência e idoneidade comprovada;
- A existência de um Revisor Oficial de Contas, organismo independente e inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais com experiência e idoneidade;
- A existência de um Conselho Fiscal, composto por profissionais idóneos, independentes e com experiência comprovada;
- O cumprimento das disposições previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, que estabelece o Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira;
- A supervisão da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) decorrente da classificação da ARM como Entidade de Interesse Público, e a aplicação de mecanismos de supervisão e controlo reforçados relativamente a estas entidades.

No âmbito dos Valores assumidos pelos colaboradores da empresa, enquadra-se a preocupação com a preservação do meio ambiente, os recursos naturais, a sustentabilidade económica e a manutenção do bem-estar social, em nome da qualidade de vida dos colaboradores, da comunidade e das gerações futuras. Os valores da ARM encontram-se enunciados no capítulo 2 do presente relatório.

De salientar que a identificação dos Princípios e Valores praticados contou com a participação da gestão de topo e intermédia da ARM, tendo sido aprovados pelo Conselho de Administração e comunicados aos trabalhadores.

O compromisso de Ética assumido pelos colaboradores da ARM, S.A. segue os princípios da Carta de Ética da Administração Publica, visando garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral e da cultura dos valores da ARM por parte de todos os seus colaboradores.

9.4 Política de Remunerações

As remunerações dos membros do Conselho de Administração, são aprovadas pela Assembleia-Geral da ARM, nos termos do previsto no artigo 24.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira (aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, na sua atual redação), e da alínea g) do n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da ARM, com base nos critérios definidos na Resolução n.º 392/2015, de 27 de maio e pelo despacho conjunto n.º 61/2015, de 29 de junho, que classifica a ARM como empresa pública integrada no Grupo B.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal da ARM são igualmente aprovadas pela Assembleia Geral da ARM.

De salientar que as remunerações do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal são constituídas por remunerações exclusivamente fixas, não estando contemplada qualquer remuneração variável, prémios ou bónus, nem outras regalias com fundos de pensões ou complementos de reforma.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral da ARM não são remunerados.

9.5 Partes Interessadas

A ARM interage com um vasto número de entidades, numa multiplicidade de relações e influências fomentando parcerias que potenciam o desempenho da organização. Na figura seguinte, sistematiza-se o conjunto de Partes Interessadas (*stakeholders*) que influenciam, direta ou indiretamente, a gestão ou os resultados da empresa.

De salientar que as Partes Interessadas da ARM constituem um elemento decisivo na definição da estratégia da organização e criação de valor, bem como para a gestão quotidiana da empresa, de forma a assegurar o desenvolvimento do negócio e alcance dos objetivos estabelecidos.

Imagem 9.5.1 – Identificação das Partes Interessadas

A auscultação das Partes Interessadas é realizada através de vários meios de comunicação, específicos a cada grupo de *stakeholders*, de forma a adequar às respetivas necessidades e expectativas. O *site* da ARM é o meio de comunicação mais transversal a todas as partes interessadas.

Em 2018, as iniciativas de envolvimento e audição dos *stakeholders* da ARM foram direcionadas, fundamentalmente para a comunidade, por via das campanhas dinamizadas pela ARM no âmbito da Água e dos Resíduos, melhor identificadas no capítulo 4.9 do presente Relatório e Contas.

i. Clientes

Em 2018, à semelhança dos anos anteriores, procedeu-se à análise das reclamações de clientes, tendo-se produzido e enviado aos municípios aderentes (acionistas) os relatórios anuais de "Análise das Reclamações" dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos (serviços em "baixa") prestados pela ARM.

A satisfação dos clientes é da maior importância para a empresa, sendo as reclamações um dos instrumentos que permite determinar o seu grau de satisfação. Neste sentido, a análise e o tratamento das reclamações constituem oportunidades de conhecer as fontes de insatisfação dos seus clientes, possibilitando, deste modo, a adoção de medidas que visam a resolução dos problemas identificados, numa ótica da melhoria contínua dos serviços prestados ao cliente final.

Conforme anteriormente referido foi dado continuidade às campanhas dinamizadas pela ARM nas áreas da Água e dos Resíduos as quais visam sensibilizar a população para a adoção de comportamentos ambientalmente mais sustentáveis e a proteção do meio ambiente.

Foi definida uma nova versão da fatura a ser remetida aos clientes finais dos serviços em baixa nos municípios aderentes bem como aos clientes da rega a partir do início do ano 2019, a qual inclui mais informação revelante para o cliente, quer ao nível dos consumos quer ao nível dos respetivos custos.

ii. Colaboradores

Deu-se continuidade a um conjunto de iniciativas junto dos colaboradores da empresa, com vista ao reforço da partilha de informação e facilitação de acesso a conteúdos e aplicações de interesse geral, designadamente:

- Reuniões periódicas nas diversas instalações da empresa com a presença de todos os colaboradores dessas instalações;
- Ações de formação;
- Alargamento da plataforma de registo e controlo de assiduidade, que permite a intervenção contínua dos colaboradores no processo de assiduidade.

Foram dinamizados convívios com os colaboradores das diversas instalações da empresa de forma a fortalecer o espírito de grupo e a cultura da empresa, tendo, num âmbito mais global e alargado, sido realizado o convívio de natal dos colaboradores da ARM e uma festa de natal para os filhos dos colaboradores da empresa até aos 10 anos.

Deu-se continuidade ao estabelecimento de protocolos com diversas entidades e empresas em diferentes áreas de atividade que conferem benefícios para os trabalhadores e respetivos familiares.

Foi celebrado, em dezembro de 2018, um Acordo de Empresa com a generalidade dos sindicatos representativos dos trabalhadores com vínculo privado permitindo que, a partir de 2019, as relações laborais com todos os colaboradores privados sejam regidas por um único instrumento consensualizado com as diversas estruturas sindicais. Tal significa que, cerca de 71% do Quadro de Pessoal da ARM, com referência a 31.12.2018, passam a estar abrangidos por convenções coletivas de trabalho.

Este Acordo incluiu o Regime das Carreiras e funções existentes na empresa, a Revisão da Tabela Salarial e o Regime das progressões nas Carreiras.

No decorrer do ano 2018 foi implementado o Sistema Integrado de Gestão de Avaliação do Desempenho dos colaboradores da ARM, aplicável a todos os trabalhadores, instrumento fundamental para a progressão nas carreiras.

Encontra-se em atualização a Plataforma de Comunicação Interna na ARM (intranet) que possibilitará uma maior acessibilidade por parte dos trabalhadores a informação sobre a empresa e a diversas matérias do seu interesse.

iii. Fornecedores

Na ARM, os processos de seleção e avaliação dos fornecedores apoiam-se, fundamentalmente, nas diretrizes estabelecidas nos seguintes documentos estruturantes:

- O Código de Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 18 de janeiro;
- O Regulamento Interno de Aquisição de Bens e Serviços relativos aos sectores de atividades cuja contratação se encontra excluída do âmbito de aplicação do Código da Contratação Pública.

Neste sentido, para a contratação efetuada no âmbito do Código da Contratação Pública, os procedimentos cujo valor contratual exceda determinados limites, os respetivos contratos devem, nos termos legais, ser remetidos a visto prévio do Tribunal de Contas.

iv. Acionistas

Os principais meios de envolvimento e auscultação para com os acionistas incluem as Assembleias-Gerais que ocorrem, em regra, com uma periodicidade mínima anual, onde são analisados em regra, os seguintes elementos:

- O Relatório e Contas e Demonstrações Financeiras do ano anterior;
- O Plano de Atividades quinquenal;
- O Orçamento de Investimentos (anual e quinquenal);
- O Orçamento de Exploração (anual e quinquenal).

No âmbito de reuniões periódicas com os acionistas são abordadas diversas matérias relacionadas com a atividade da ARM.

Aos acionistas é ainda disponibilizado o relatório anual de "Análise das Reclamações" de clientes e outros documentos informativos da prestação dos serviços da responsabilidade da ARM.

v. Comunidade

Em matéria de sensibilização, divulgação e informação, promove-se a realização de visitas às instalações da empresa, bem como a realização de diversas ações de sensibilização destinada à população em geral e ao público infantojuvenil em particular.

Efetivamente a ARM tem vindo, ano após ano, a reforçar a ligação com a comunidade, dado a conhecer as atividades desenvolvidas e as suas especificidades bem como educando e sensibilizando a população no sentido da adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis.

Os colaboradores da ARM envolvem-se de diversas formas com a comunidade, colaborando ainda em diversas causas sociais, nomeadamente com Instituições de solidariedade social, mediante a entrega de roupas e bens alimentares.

Acresce referir que a ARM está envolvida em diferentes projetos com diversas entidades, nomeadamente:

- Universidade da Madeira
- Instituto Tecnológico de Canárias
- Universidade de Las Palmas
- Governo de Cabo Verde

vi. Entidades Oficiais

No contexto das suas atividades e competências são desenvolvidos os seguintes procedimentos junto das autoridades e/ou entidades competentes:

- Envio regular de relatórios e informações de natureza ambiental, fiscal, saúde, segurança no trabalho, entre outros, para as entidades competentes;
- Divulgação dos dados analíticos do controlo de qualidade da água para consumo humano junto dos clientes diretos, clientes municipais e Autoridade Regional da Água (DROTA – Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente);
- Publicitação do Relatório e Contas, Regulamentos e Tarifários no *site* da empresa.

Por outro, periodicamente são efetuadas reuniões de articulação com as entidades oficiais com vista ao acompanhamento da atividade da empresa e o cumprimento das orientações estratégicas emanadas pela tutela – Vice-Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

9.6 Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social

Uma abordagem integrada, que tenha em consideração os diversos fatores que influenciam o desempenho de qualquer organização, é fundamental para o seu desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável.

As principais preocupações e riscos decorrentes da atividade da ARM correspondem, fundamentalmente, ao uso eficiente dos recursos, à sustentabilidade do modelo de gestão, à acessibilidade e à qualidade dos serviços prestados às populações e atividades económicas.

Estas preocupações determinam as abordagens e a gestão das diversas atividades da empresa, constituindo um desafio para a melhoria contínua e para a prestação de um melhor serviço e proteção do ambiente.

Os principais aspetos materiais identificados pela ARM podem ser sintetizados da seguinte forma:

Quadro 9.6.1 – Aspetos materiais identificados pela organização.

	Aspetos Materiais ARM	Medidas
Vertente Ambiental	Disponibilidade dos Recursos Hídricos	. Monitorização da pluviosidade e Elaboração de "Relatório Hidrológico Anual" e de relatórios trimestrais da Evolução da Precipitação na Ilha da Madeira e na Ilha do Porto Santo, com base nos registos obtidos em 30 postos udométricos da ARM e do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), incluindo análise estatística dos dados disponíveis desde 1940. . Monitorização dos caudais medidos em estações hidrométricas instaladas nas principais origens de água (medição de caudais superficiais) e caudalímetros instalados nas condutas adutoras principais e furos de captação em profundidade, com integração em base de dados centralizada. . Gestão integrada e centralizada da informação referente às origens de água no Sistema de Telegestão da ARM. . Implementação do conjunto de medidas previstas no PGRH, nomeadamente: (i) intervenções nos sistemas de abastecimento e de distribuição de água, incluindo a criação de infraestruturas de armazenamento de água superficial (ii) Proteção da quantidade de água explorada em captações de água subterrânea (iii) Proteção de Zonas de Infiltração Máxima
	Impactos sobre as Origens de Água	. Elaboração de Planos de Segurança da Água (PSA), conforme recomendado pela OMS, tendo em vista um maior controlo e monitorização da água para abastecimento humano, o reforço da segurança e proteção da saúde pública. . Perímetros de proteção das origens de água dos Sistemas de Abastecimento
	Qualidade da água para consumo humano	. Plano de Controlo Operacional da Qualidade da Água (PCO) . Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) fornecida ao cliente final . Perímetros de proteção de origens de água dos Sistemas de Abastecimento
	Quantidades de resíduos rececionados com potencial de valorização	. Aumento da eficácia das redes de recolha seletivas, através de aquisição e substituição de contentores de resíduos, otimização dos pontos e circuitos de recolha e aquisição de viaturas de recolha de resíduos . Campanha de sensibilização em matéria de resíduos para a população em geral, com o objetivo da educar para uma boa gestão dos resíduos, incluindo a separação adequada
	Qualidade dos materiais valorizados	. Otimização do processo de separação das escórias ferrosas . Otimização do sistema de triagem de resíduos de embalagens . Aquisição de compostores domésticos como meio de reduzir os RUBs do circuito de recolha e tratamento, promovendo a valorização orgânica
	Otimização da Eficiência Energética	. Otimização da Central Dessalinizadora do Porto Santo – introdução de equipamentos de recuperação de energia. . Desenvolvimento de um projeto de otimização de eficiência energética através da substituição de equipamentos dos sistemas elevatórios de água da zona oeste do Funchal . Instalação de Analisadores de Energia e de variadores de frequência nas instalações com maior consumo energético. . Aquisição de serviços de Auditoria Energética e Elaboração do Plano de Racionalização Energética da Instalação de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos da Estação de Tratamento de Resíduos da Meia Serra.
	Qualidade dos serviços e produtos	. Plano de Controlo Operacional da Qualidade da Água (PCO). . Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA). . Relatório Anual das reclamações de Clientes. . Campanhas de caracterização de resíduos.

Quadro 9.6.1 *(cont.)* – Aspetos materiais identificados pela organização.

Vertente Económica	Custos dos serviços/produtos	. Gestão centralizada de compras e planeamento das contratações/aquisições. . Otimização de processos de tratamento.
	Equilíbrio económico-financeiro da empresa, nos seus diversos setores de atividade	. Manutenção Preventiva e planeamento das intervenções, otimizando recursos. . Estudo de viabilidade, análise tarifária e económica da sociedade.
Vertente Social	Educação e sensibilização ambiental	. Ações e campanhas de informação e sensibilização ambiental em matéria de água e resíduos. . Responsabilidade Social. . Visitas guiadas às instalações de águas e resíduos.
	Condições de trabalho e formação	. Reuniões periódicas com os Representantes da Segurança e Saúde no Trabalho . Plano anual de formação
	Competências e *know-how*	. Desenvolvimento de formação profissional . Implementação de um sistema de avaliação

A identificação dos aspetos materiais considerados relevantes para a empresa teve por base processos de envolvimento informais de *stakeholders* (nomeadamente clientes e acionistas), bem como outros mecanismos de análise, nomeadamente a legislação, a experiência e os conhecimentos da equipa de gestão.

A abordagem dos aspetos económicos, ambientais e sociais da empresa é ainda efetuada no âmbito dos seguintes fóruns principais com a presença do Conselho de Administração da ARM:

- Reuniões semanais do Conselho de Administração;
- Reuniões periódicas de acompanhamento do desempenho entre o Conselho de Administração e os Gestores de Topo e Gestores Intermédios.

São também identificados nos diversos documentos que reportam as principais atividades da empresa, nomeadamente:

- Relatórios de desempenho operacional elaborados pela gestão de topo e intermédia;
- Relatórios Ambientais e Relatórios de Monitorização, incluindo os elaborados no âmbito das licenças e que são periodicamente remetidos às entidades competentes;
- Relatório e Contas do exercício.

9.6.1 Componente Económica

A integração dos diversos sistemas de águas e de resíduos num único sistema de abrangência multimunicipal gerido pela ARM, com ambos os regimes de gestão de alta e de baixa, a partir de 2015, impôs uma reorganização dos serviços, visando a potenciação de economias de escala, gama e de processos, por via da redução dos custos e a afetação mais racional e eficiente dos recursos humanos e materiais.

O referido modelo consubstanciou não só a resposta a especificidades próprias da Região Autónoma da Madeira, mas também é uma solução regional que é coerente com a legislação nacional que preconiza a integração territorial e organizacional da gestão destas várias áreas ambientais.

Nestes termos, os custos dos serviços/produtos prestados pela ARM assumem uma constante e fulcral preocupação da organização, já que este aspeto, entre outros, apresenta uma influência direta na sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Os custos destes serviços públicos de caráter estrutural traduzem uma condição fundamental para o estabelecimento de um sistema tarifário equitativo que reflita os custos, de forma a proporcionar maior sustentabilidade e transparência, em consonância com os princípios definidos nos regimes legais aplicáveis, sendo, desta forma, uma questão transversal às diversas partes interessadas.

No caso dos clientes, o acesso económico aos serviços passa pelo estabelecimento de tarifários compatíveis com a sua capacidade económica, monitorizadas através de indicadores de acessibilidade macroeconómica, por exemplo com a existência de tarifa volumétrica com escalões progressivos ou a existência de um tarifário familiar para famílias numerosas.

Salienta-se, por último, que os setores de atividade desenvolvidos pela organização apresentam sérios riscos de envelhecimento infraestrutural, com elevados custos de manutenção, encontrando-se em curso um elevado volume de investimento para beneficiação de diversas infraestruturas.

Para garantir a viabilidade económica e financeira da ARM é necessário prosseguir a trajetória de atualização tarifária média aprovada (e anexa ao contrato de concessão) por forma a assegurar a recuperação de custos e a prestação dos serviços com maior qualidade.

9.6.1.1 Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores

Na ARM, as políticas e práticas com fornecedores encontram-se subordinadas ao previsto no Código dos Contrato Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região através do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, onde são especialmente aplicáveis os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência.

Quadro 9.6.1.1 – Gastos com fornecedores em 2018 (valores com IVA)

Gastos com Fornecedores	2018
Madeira	20 458 179,15 €
Continente	6 413 312,78 €
Açores	56 403,49 €
União Europeia	210 186,62 €
TOTAL	27 138 082,04 €

Em 2018, a ARM efetuou transações com um total de 633 fornecedores.

As políticas e procedimentos de seleção e de avaliação dos fornecedores da ARM em matérias como âmbito geográfico, avaliação ambiental, práticas laborais, direitos humanos e,ou impactos na sociedade encontram-se em conformidade com a regulamentação vigente, designadamente a subjacente à contratação pública.

No período em análise não ocorreram alterações significativas ao nível da cadeia de fornecedores da ARM.

9.6.1.2 Combate à Corrupção

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) da ARM encontra-se divulgado por todos as Direções e Serviços, tendo em vista a sua correta implementação e permite um conhecimento acrescido das temáticas relativas à prevenção da corrupção e as medidas a implementar para a sua prevenção e mitigação dos riscos associados.

De salientar que o PGRCIC é alvo de monitorização sendo revisto e complementado periodicamente de modo a incorporar novos riscos que sejam detetados e medidas preventivas que em face dos novos riscos ou em resultado da monitorização se justifiquem.

O PGRCIC é também remetido ao Tribunal de Contas, nos termos da legislação vigente.

9.6.2 Componente Ambiental

As questões ambientais são para a ARM um aspeto de primordial importância e de abordagem sistemática, dado que todas as atividades desenvolvidas pela ARM visam a prestação de serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral das populações e tendo sempre presente a proteção do ambiente.

No **setor das águas** as questões materiais consideradas mais significativas para a organização dizem respeito a:

- Impactos sobre as Origens de Água
- Disponibilidade dos Recursos Hídricos
- Qualidade da água para consumo humano

A proteção dos sistemas de abastecimento de água, incluindo os impactos sobre as origens e a disponibilidade dos recursos hídricos, constituem um aspeto fulcral para a ARM e para a própria sustentabilidade da Região Autónoma da Madeira. Estas preocupações para além de estarem refletidas nas variadas opções de gestão da empresa encontram-se presentes na definição de estratégias da ARM.

A disponibilidade hídrica para utilização na rega constitui também um aspeto específico e significativo para a empresa, dada a importância da atividade agrícola na Região, essencialmente nos contextos cultural e de subsistência de vários agregados familiares, embora assumindo uma preponderância cada vez mais relevante no contexto económico e produtivo regional.

A gestão da água para regadio no arquipélago que é assegurada pela ARM apresenta, atualmente, algumas dificuldades de gestão, derivadas nomeadamente da menor disponibilidade de água para rega, devido à maior transferência de volumes para o abastecimento público e à maior frequência de períodos de seca, decorrentes das alterações climáticas.

De facto, a vulnerabilidade da RAM, pelas suas características climáticas e hidrogeomorfológicas, às alterações climáticas, é um fator limitante e determinante para a disponibilidade dos recursos hídricos na Ilha da Madeira. É quando a precipitação é mais escassa e quando há maior radiação solar e temperaturas mais elevadas, que os usos, consumos e maiores necessidades de água se fazem sentir com mais expressão (a necessidade de água para o regadio agrícola cresce exponencialmente durante os meses de verão, coincidindo com uma maior pressão por parte do abastecimento de água às populações, quer residentes, quer turistas).

Criar reservas estratégicas de água, usá-las de forma eficiente e conciliar as necessidades dos seus diferentes utilizadores são condições essenciais para a boa gestão dos recursos hídricos em ambiente de escassez.

Paralelamente ao incremento da disponibilidade, assume uma enorme importância a eficiência do uso da água, a recuperação de sistemas e a criação de alternativas.

A qualidade de água para consumo humano, é prioritária e da máxima relevância nas atividades de gestão da água desenvolvidas pela ARM, não fosse este um serviço público essencial nas sociedades modernas, essencial ao bem-estar dos cidadãos e à saúde pública.

A água para consumo humano distribuída pela ARM é sistematicamente analisada pelo Laboratório Regional da Qualidade da Água, o qual se encontra acreditado, e se encontra no âmbito dos serviços tutelados pela ARM. O controlo da qualidade da água para consumo humano é realizado de acordo com um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), previamente aprovado pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente (DROTA), na qualidade de Autoridade Regional da Água, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro. O referido controlo incide vários parâmetros distintos para cada seção de amostragem, que atendem a valores limite especificados na legislação aplicável.

As análises realizadas e os resultados obtidos encontram-se melhor descritos nos capítulos 4.1.1 e 4.2.1 do presente Relatório e Contas.

Relativamente ao **setor dos resíduos** foram identificadas as "Quantidades de resíduos rececionados com potencial de valorização" e a "Qualidade dos materiais valorizados" como os principais e atuais aspetos materiais do setor.

A receção de resíduos na ARM tem registado, nos últimos anos, uma tendência progressivamente crescente (especialmente após o período de crise generalizado que a Região e o País atravessaram) invertendo um ciclo de sucessivas reduções que se verificou nos anos de crise económico e financeira que ameaçava, a manter-se por vários anos, a comprometer as economias de escala na empresa e, consequentemente, a eficiência e a sustentabilidade do sistema de gestão de resíduos.

Foram dinamizadas campanhas de promoção, junto dos cidadãos, de boas práticas ambientais em matéria de gestão de resíduos, nomeadamente através da execução de vários projetos de informação e sensibilização ambiental com especial enfoque para a devida separação multimaterial. A prevenção e a devida separação de resíduos pelos cidadãos são, de facto, fatores determinantes para uma correta prevenção e gestão de resíduos, de acordo com o princípio da hierarquia dos resíduos, nomeadamente a prevenção, a reutilização, a reciclagem, a valorização energética e o aterro sanitário, influindo, desta forma, as quantidades de resíduos encaminhados para tratamento ou destino final adequado e, consequentemente, os investimentos das infraestruturas.

A qualidade dos materiais valorizados pela ARM constitui outro aspeto material considerado relevante para a empresa. Esta encontra-se estreitamente relacionada com as "Quantidades de resíduos rececionados com potencial de valorização", bem como com a eficiência das unidades de gestão e de valorização de resíduos.

Neste sentido, têm vindo a ser adotadas medidas tendente à otimização do sistema de triagem de resíduos de embalagens através da instalação de vários equipamentos mecânicos, que tem por objetivo a melhoria de desempenho do atual sistema, reduzindo a percentagem de rejeitados e o consequente aumento da taxa de reciclagem.

Em 2018 foram distribuídos pelos clientes da ARM um total de 711 compostores domésticos como meio de reduzir os RUBs do circuito de recolha e tratamento de resíduos, promovendo a valorização orgânica, o que representa um importante contributo para o incremento da qualidade dos materiais valorizados.

Ainda na vertente ambiental, a energia revela-se uma questão fundamental. Efetivamente a dependência de combustíveis fósseis, não renováveis, para sistemas energéticos, acarreta custos adicionais devido ao transporte marítimo e à pequena dimensão do território insular, para além dos impactes ambientais associados.

Nesta matéria, a ARM tem vindo a potenciar a produção de energia elétrica para autoconsumo ou venda à Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A., através do aproveitamento gerado nas suas infraestruturas de água, nomeadamente da mini-hídrica da Terça, e de resíduos, através do aproveitamento do vapor gerado na incineração de resíduos. A energia produzida através destas fontes não poluentes encontra-se identificada, respetivamente, nos capítulos 4.1.2 e 4.5.5 do presente relatório.

9.6.2.1 Materiais

Nas atividades de gestão de águas e resíduos desenvolvidas pela ARM são consumidos uma diversidade de materiais.

Os principais consumos associados à gestão da água para abastecimento público correspondem, essencialmente, no caso da gestão em alta, a reagentes e outros produtos químicos auxiliares do tratamento da água, e no caso da gestão em baixa, a tubagem diversa, desinfetantes de água e materiais inertes.

O consumo de materiais associados ao setor do regadio envolvem, fundamentalmente, materiais afetos à manutenção e,ou à beneficiação dos canais de regadio (levadas) da Região.

Atualmente, a gestão de águas residuais realizada pela ARM implica consumos mínimos de materiais, quer na gestão em alta quer em baixa.

Na gestão de resíduos são consumidos diversos reagentes e produtos químicos nos vários processos de gestão, designadamente o processo de incineração de resíduos (que inclui o subprocesso do tratamento de gases e de tratamento de água de processo), o tratamento de águas lixiviantes, o confinamento técnico, a transferência e a triagem.

9.6.2.2 Energia

O consumo de energia apresenta impactos significativos no desempenho das organizações, uma vez que tem efeitos diretos nos custos operacionais e na eficiência energética das empresas. A escolha das fontes de energia introduz também consequências na pegada ambiental das instituições, nomeadamente ao nível das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e das alterações climáticas.

Na ARM, a utilização da energia constitui um fator determinante para o seu desempenho, variando consideravelmente as fontes e os consumos consoante os setores de negócio.

A principal forma de energia consumida pela organização corresponde à energia elétrica, seguindo-se o gasóleo e, com menor expressividade, a gasolina.

A maior parte do consumo de energia elétrica na ARM está associado ao setor da gestão de água para abastecimento público devido, fundamentalmente, à elevação da água por bombagem e ao tratamento da água. Neste âmbito, a ARM faz uma gestão otimizada dos consumos de energia dos sistemas elevatórios no seu sistema de Telegestão (maximizando as bombagens no período de vazio).

O consumo de energia elétrica assume também importante representatividade na gestão de resíduos.

A ETRS da Meia Serra encontra-se ao abrigo do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (Decreto-Lei nº 71/2008, de 15 de abril). Assim sendo foi realizada uma Auditória Energética com ano de referência de 2011 e estabelecido um Acordo de Racionalização dos Consumos Energéticos (ARCE) com base no Plano de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn) (2012-2017). Em 2019 será realizada uma Auditória Energética com o ano de referência de 2018 e será estabelecido um novo Acordo de Racionalização dos Consumos Energéticos (ARCE) com base no Plano de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn) (2019-2026). A Auditória Energética consiste na caracterização dos consumos energéticos através de um exame detalhado às condições de utilização de energia. Os dados recolhidos permitem avaliar o desempenho energético da instalação. A análise e tratamento destes dados permite estabelecer um Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn), o qual obriga a ETRS a reduções dos indicadores de Intensidade Energética e Consumo Específico de acordo com as metas definidas no SGCIE, bem como a manutenção dos valores históricos do indicador Intensidade Carbónica.

No que concerne à utilização do gasóleo concentra-se, sobretudo, no uso em viaturas, nomeadamente o consumo do combustível nas viaturas pesadas afetas à recolha e à transferência de resíduos. É ainda consumido gasóleo no processo de incineração de resíduos como combustível auxiliar e em diversos equipamentos operacionais.

Como já referido, a ARM tem vindo a potenciar a produção de energia elétrica para autoconsumo ou venda à Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.

Atualmente, a produção de energia hidroelétrica da empresa é realizada na Central Mini-Hídrica da Terça, associada ao Aproveitamento dos Tornos, e vendida à Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM). A potência desta instalação é de 0,7 MW, que aproveita o elevado desnível geométrico existente no sistema de abastecimento de água potável sob a gestão da ARM.

A incineração de resíduos sólidos urbanos, incluindo a incorporação de resíduos silvícolas na ETRS da Meia Serra faz-se com aproveitamento energético, que corresponde, em média a 92% da energia renovável produzida pela organização. Da energia que é produzida a partir dos resíduos silvícolas, cerca de 75% é vendida à rede e a parte remanescente é utilizada no autoconsumo da instalação de incineração.

A ARM tem previsto, no curto-médio prazo, a redução do seu consumo energético, designadamente através das seguintes ações:

- Requalificação das Instalações do Sistema Elevatório dos Socorridos, através da instalação de novos motores elétricos mais eficientes e de variadores de frequência nos furos de captação, permitindo a otimização do caudal de exploração, obtendo-se vantagens não só ao nível do rendimento conjunto das bombas submersíveis e elevatórias, que se traduzem diretamente no aumento das eficiências elétricas e hidráulicas e, consequentemente, na redução do consumo energético, mas também em melhorias ao nível operacional e na preservação dos recursos hídricos regionais.

- Construção de diversas micro e mini-hídricas associadas aos Sistemas Adutores da Zona Sudeste, Oeste, Câmara de Lobos, Funchal, dos Fins Múltiplos dos Socorridos, com vista à promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, associadas ao potencial hidroenergético endógeno dos Sistemas de Abastecimento público, sob a gestão da ARM, reduzindo, assim a dependência energética, em alinhamento com o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER). A concretização das diversas mini-hídricas,

faseadas no tempo, deverá incrementar o valor de produção anual de energia, a curto médio prazo, em cerca de 3.9GWh.

- Aquisição e montagem de um sistema de trituração multimateriais de modo a que o produto final possa ser valorizado através da compostagem e,ou energeticamente na instalação de incineração.

9.6.2.3 Água

Grande parte das atividades da ARM alicerçam-se na gestão da água, nomeadamente a captação de água de origens subterrânea e,ou superficiais, o tratamento, a armazenagem, o transporte, o aproveitamento hidroenergético, o regadio e, no caso dos municípios aderentes, a distribuição da água até ao consumidor final.

Assim, a utilização sustentável da água constitui um princípio fundamental da gestão da organização, e do ciclo hídrico dentro da empresa.

As atividades de gestão da água desenvolvidas pela organização não envolvem utilizações significativas de água, registando-se apenas algum consumo associado a instalações sanitárias, balneários, refeitórios, laboratório, e outras utilizações de suporte.

Conforme evidenciado no ponto 4.2.1 deste documento, a distribuição de água em baixa para consumo humano regista ainda perdas de água, da ordem dos 68%.

As perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento da ARM (gestão em baixa) resultam, essencialmente, da antiguidade e precaridade das redes de abastecimento, enquanto que a perdas existentes na captação e tratamento da água dependem, substancialmente, da eficiência dos processos de tratamento e, portanto, muito difíceis de minimizar.

As perdas e,ou fugas de água constituem uma preocupação constante e muito presente da empresa, fazendo-a refletir na estratégia adotada pela ARM para o curto-médio-prazo, através da aquisição de equipamentos de medição e monitorização, da promoção de programas de monitorização de perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento e da implementação de projetos de redução de perdas nos municípios que registam maiores percentagem de perdas, nomeadamente Ribeira Brava e Câmara de Lobos (Zona Oeste) e Santana e Machico (Zona Leste).

Está em curso um investimento significativo de substituição de mais de 100 quilómetros de redes de abastecimento nos 5 municípios aderentes.

No que respeita às águas residuais, destaca-se o reaproveitamento de águas residuais urbanas tratadas na ETAR da Ponta, no Porto Santo, sendo utilizada para o regadio do campo de golfe da ilha. Em 2018 foram fornecidos, para o efeito, um volume de 390.050 m^3 de água residual tratada, o que corresponde a 93% das necessidades totais de regadio do Campo de Golfe do Porto Santo.

9.6.3 Componente Social

Na vertente social, destacam-se dois aspetos considerados mais relevantes para a organização:

- A educação e a sensibilização ambiental direcionadas para a comunidade;
- As condições de trabalho e formação dos colaboradores.

A **educação e a sensibilização de temáticas ambientais** constituem um desafio contínuo e gratificante para a ARM, apresentando claros reflexos do esforço e empenho desenvolvido junto de diversos grupos sociais, no que diz respeito ao uso sustentável dos recursos e à proteção do ambiente.

Este empenho assume também um cariz cultural além de social, salientando-se a parceria da organização em atividades com os atores locais ou institucionais, como é o caso da colaboração da ARM na campanha de sensibilização para a poupança de água promovida pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA), a comemoração do dia nacional da Água, entre outros.

No que se refere às condições de trabalho e formação dos colaboradores, deu-se uma especial atenção e prioridade às temáticas de saúde e segurança no trabalho, com o objetivo de prevenir e evitar os acidentes de trabalho e o aparecimento de doenças profissionais. Promoveu-se ainda a segurança e a saúde no trabalho com a realização de reuniões periódicas com os Representantes da Segurança e Saúde no Trabalho.

A formação e o crescimento profissional do capital humano são cada vez mais uma preocupação da ARM. A formação contínua e a melhoria das qualificações dos colaboradores refletem-se diretamente na melhoria do desempenho profissional, com ganhos diretos para a organização e para a evolução individual.

9.6.3.1 Relações Laborais

As relações laborais entre os trabalhadores e a ARM são reguladas por vários instrumentos contratuais aplicáveis consoante a tipologia de vínculo a que os colaboradores estão adstritos.

Assim, para além do estipulados nos respetivos contratos de trabalho ou acordos de cedência de interesse público, dada a sua estruturação e natureza jurídica específicas, as relações laborais na ARM cumprem com o estabelecido na legislação laboral vigente, regendo-se pela:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no que se refere aos trabalhadores com vínculo de emprego público que tenham vindo a exercer funções na ARM ao abrigo de acordo de cedência de interesse público celebrado até o dia 31 de julho de 2014;
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprovou o Código do Trabalho (artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M, de 16 de dezembro), no que se refere aos restantes colaboradores do quadro da empresa.

De salientar que, no final de 2018, foi celebrado um Acordo de Empresa com as três estruturas sindicais mais representativas dos colaboradores. Com a publicação da Portaria de Extensão do Acordo de Empresa, a sua aplicação estendeu-se à globalidade dos trabalhadores privados da ARM o que constitui um fator essencial à estabilidade e uniformização das relações laborais. Nestes termos, cerca de 71% do quadro de pessoal, com referência a 31.12.2018, passam a estar abrangidos por Convenções Coletivas de Trabalho.

Foram também aprovados pelo Conselho de Administração, em 2018, o Regulamento de Enquadramento Profissional e o Regulamento de Enquadramento Salarial (os quais constituem um anexo ao Acordo de Empresa), elementos essenciais para a gestão dos colaboradores e dos seus direitos e garantias.

Foi ainda, em 2018, aprovado o Regulamento do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIGAD), tendo sido aquele o primeiro ano de aplicação efetiva do sistema de avaliação, o qual permitirá a progressão na carreira dos colaboradores da ARM.

Refira-se que qualquer notificação aos trabalhadores no âmbito da alteração de aspetos relevantes das condições de trabalho é efetuada nos prazos legalmente estipulados, cumprindo-se escrupulosamente a legislação, sendo igualmente salvaguardados os direitos e mecanismos de defesa dos trabalhadores.

9.6.3.2 Segurança e Saúde no Trabalho

A ARM assegura o cumprimento da legislação aplicável à segurança e saúde no trabalho, incentivando o cumprimento de boas práticas nessas matérias, por forma a implementar um comportamento consciente e coerente nas questões de saúde e segurança no trabalho, em todos os colaboradores.

De salientar que, no primeiro trimestre de 2019, será implementado o Regulamento do Álcool que visa a prevenção dos riscos de saúde dos colaboradores, nomeadamente evitando acidentes de trabalho e a proteção da população em geral, no caso de condução de veículos.

Em 2018 ocorreram 82 acidentes de trabalho dos colaboradores da ARM, dos quais 47 (57,3%) resultaram em baixa dos colaboradores, representando um total de 1787 dias perdidos.

Os principais tipos de lesões registados na ARM corresponderam a "lesões desconhecidas ou não especificadas" (29,3%), "entorses, rotura de ligamentos" (18,3%), "luxação, deslocamento" (14,6%) e "feridas abertas" (12,2%).

9.6.3.3 Diversidade e Igualdade de Oportunidades

A igualdade de oportunidades é para a ARM um princípio básico do seu desempenho e do seu posicionamento institucional, não havendo, por isso, lugar à discriminação relativamente à idade, sexo, estado civil, raça, capacidade de trabalho reduzida, religião, entre outros, para com os colaboradores.

A composição do capital humano da ARM caracteriza-se por uma prevalência significativa dos homens sobre as mulheres (84% da massa corporativa são homens), fruto da especificidade de algumas das atividades desenvolvidas na empresa, tais como a gestão de água para regadio, a gestão de água e dos resíduos (em baixa) onde, em média, o género masculino representa em mais de 90% dos colaboradores adstritos a essas atividades.

De salientar que:

- O Conselho de Administração da ARM, constituído por 3 membros, englobava a Presidente, do sexo feminino (33,3%) e 2 Vice-Presidentes, do sexo masculino (66,7%),
- A mesa da Assembleia Geral da ARM, igualmente constituída por 3 membros, englobava o Presidente, do sexo masculino (33,3%) e 2 secretários, do sexo feminino (66,7%).

Assim, ao nível global do Conselho de Administração da ARM e da respetiva Mesa da Assembleia Geral, existia uma paridade de 50% para cada um dos géneros.

Já no que respeita à Gestão de Topo, verifica-se que existem 12 gestores do sexo masculino (63,2%) e 7 gestores do sexo feminino (36,8%), verificando-se, assim, uma maior preponderância do sexo masculino.

Importa referir que são garantidos todos os direitos legalmente consagrados aos colaboradores, designadamente os relativos à proteção na parentalidade e à assistência a menores independentemente do género do trabalhador.

Ainda no âmbito da promoção da igualdade, verifica-se que a remuneração entre géneros para as mesmas categorias profissionais é igual entre homens e mulheres, não se verificando assim qualquer tipo de discriminação em função do género do trabalhador.

9.6.3.4 Saúde e Segurança do Cliente

A Saúde e Segurança do Cliente constitui uma prioridade para a organização nas suas diferentes áreas de atividade e competências.

- **Fornecimento de água para consumo humano**

Tal como explicitado nos capítulos 4.1.1 e 4.2.1 do presente relatório, garantir a qualidade da água desde as origens/captações até à torneira do consumidor é uma das principais preocupações da ARM, S.A. nos sistemas sob a sua gestão.

O Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, que regulamenta a qualidade da água para consumo humano, estabelece a periodicidade de amostragem de acordo com a população servida, e as normas de qualidade para cada parâmetro cujo controlo é obrigatório.

Nestes termos, qualquer incumprimento de valor paramétrico é sujeito, para além da comunicação obrigatória às autoridades competentes, a um processo de averiguação com vista à identificação e análise das causas potencialmente relacionadas com a não conformidade detetada e definição de eventuais medidas corretivas e,ou preventivas para a sua resolução.

- **Gestão de águas residuais**

A gestão das águas residuais urbanas é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, na sua atual redação, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1991, relativamente à recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas no meio aquático, pelo anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, na sua atual redação, e pelo disposto nas licenças de rejeição de águas residuais geridas pela ARM.

Nestes termos, as inconformidades relativas ao impacto da gestão de águas residuais na saúde e segurança do cliente, durante o seu ciclo de vida, encontram-se asseguradas pela verificação e cumprimento da norma legal acima evidenciada.

- **Gestão de resíduos**

O Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, na sua redação atual, que estabelece o regime geral da gestão de resíduos, tem por objeto a prevenção ou redução da produção de resíduos, o seu carácter nocivo e os impactes adversos decorrentes da sua produção e gestão, bem como a diminuição dos impactes associados à utilização dos recursos, de forma a melhorar a eficiência da sua utilização e a proteção do ambiente e da saúde humana.

Deste modo, a conformidade na saúde e segurança do cliente dos eventuais impactos advenientes da gestão de resíduos, durante o seu ciclo de vida, é assegurada pelo cumprimento do referido Decreto-Lei.

9.7 Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

No Quadro 9.7.1, é apresentado o sumário do conteúdo da demonstração não financeira, que aborda alguns dos aspetos materiais que refletem os impactos económicos, ambientais e sociais mais significativos para a organização e respetivos limites, no período compreendido entre 1 de janeiro e

31 de dezembro de 2018, enquadrando os temas apresentados com as orientações da Global Reporting Initiative (GRI).

De referir que, no exercício de 2018 não foi comunicada à Administração da ARM, através dos canais para o efeito disponíveis, qualquer ocorrência relacionada com matérias respeitantes a direitos humanos, corrupção e tentativas de suborno, pelo que não existem indicadores a reportar a este respeito.

Quadro 9.7.1 – Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

Secção	Subseção	# Informação	Temas da Informação Incluída	Localização no relatório
GRI 100: Indicadores Universais				
	102: Informação geral			
		102-1	**Nome da organização**	cap 2 - A empresa
		102-2	**Atividades, marcas, produtos e serviços**	cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio
		102-3	**Localização da sede da organização**	cap 2 - A empresa
		102-4	**Localização das atividades**	cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio
		102-5	**Tipo e natureza jurídica da organização**	cap 2 - A empresa
		102-6	**Mercados abrangidos**	cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio
		102-7	**Escala da organização**	cap 3.2 - Capital Humano cap 4 - Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
		102-8	**Informação sobre os colaboradores e outros trabalhadores**	cap 3.2 - Capital Humano
		102-9	**Cadeia de fornecedores**	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
		102-10	**Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores**	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
		102-11	**Abordagem ou princípio de precaução**	cap 9.2 - Principais Impactos, Riscos e Oportunidades
		102-12	**Iniciativas externas**	cap 9.1 - Orientações Estratégicas
		102-13	**Participação em associações**	cap 9.1 - Orientações Estratégicas
		102-15	**Principais impactos, riscos e oportunidades**	cap 9.2 - Principais Impactos, Riscos e Oportunidades
		102-16	**Valores, princípios, padrões e normas de comportamento**	cap 9.3 - Valores, princípios e normas de comportamento
		102-18	**Estrutura de governo da organização**	cap 2 - A empresa
		102-25	**Conflitos de interesse**	cap 9.3 - Valores, princípios e normas de comportamento
		102-35	**Políticas de remuneração**	cap 9.4 - Política de Remunerações
		102-36	**Processos para determinar remunerações**	cap 9.4 - Política de Remunerações
		102-40	**Lista de Partes Interessadas da organização**	cap 9.5 - Partes Interessadas
		102-41	**Acordos coletivos de trabalho**	cap 9.6.3.1 - Relações Laborais
		102-42	**Identificar e selecionar as Partes Interessadas**	cap 9.5 - Partes Interessadas
		102-43	**Abordagem para o envolvimento das Partes Interessadas**	cap 9.5 - Partes Interessadas
		102-46	**Definição do conteúdo e dos limites temáticos do relatório**	cap 9 - Demonstração não financeira
		102-47	**Lista de temas materiais**	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		102-50	**Período de reporte**	cap 9 - Demonstração não financeira
		102-52	**Ciclo de reporte**	cap 9 - Demonstração não financeira
	103: Abordagem de gestão			
		103-1	**Tema material e âmbito**	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		103-2	**Abordagem de gestão e suas componentes**	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social
		103-3	**Avaliação da abordagem de gestão**	cap 9.6 - Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social

Quadro 9.7.1 (*cont.*) – Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

Secção	Subseção	# Informação	Temas da Informação Incluída	Localização no relatório
GRI 200: Económicos				
	201: Desempenho Económico			
		201-1	**Valor económico direto gerado e distribuído**	cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
		201-4	**Assistência financeira do Estado**	cap 6 - Análise dos indicadores económico-financeiros
	204: Práticas de Aquisição			
		204-1	**Proporção de custos com os fornecedores locais**	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
	205: Anticorrupção			
		205-1	**Atividades analisadas quanto aos riscos relacionados com corrupção**	cap 9.6.1.2 - Combate à Corrupção
GRI 300: Ambientais				
	301: Materiais			
		301-1	**Materiais usados em peso ou volume**	cap 9.6.2.1 - Materiais
	302: Energia			
		302-1	**Consumo de energia dentro da organização**	cap 9.6.2.2 - Energia
	303: Água			
		303-1	**Água como recurso partilhado**	cap 9.6.2.3 - Água
	308: Análise ambiental dos fornecedores			
		308-1	**Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais**	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
GRI 400: Sociais				
	401: Emprego			
		401-1	**Novos colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores**	cap 3.2 - Capital Humano
	402: Relações laborais			
		402-1	**Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais**	cap 9.6.3.1 - Relações Laborais
	403: Saúde e segurança no trabalho			
		403-1	**Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional**	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-5	**Treinamento de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional**	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-6	**Promoção da saúde do trabalhador**	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-7	**Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligado por relações comerciais**	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-8	**Trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional**	cap 4.8 - Qualidade, Ambiente e Segurança
		403-9	**Lesões relacionadas com o trabalho**	cap 9.6.3.2 - Segurança e Saúde no Trabalho
	404: Educação e formação			
		404-1	**Média de horas de formação, por ano, por colaborador**	cap 3.2 - Capital Humano
	405: Diversidade e igualdade de oportunidades			
		405-1	**Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores**	cap 3.2 - Capital Humano cap 9.6.3.3 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades
	413: Comunidades locais			
		413-1	**Operações com programas de envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento local**	cap 4.9 - Atividades de Comunicação e Sensibilização
	414: Análise social dos fornecedores			
		414-1	**Novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais**	cap 9.6.1.1 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores
	416: Saúde e segurança dos consumidores			
		416-2	**Episódios de não-conformidade relativos aos impactes dos produtos e serviços na saúde e na segurança**	cap 4.1.1 - Abastecimento de Água em Alta cap 4.2.1 - Abastecimento de Água em Baixa

Demonstrações Financeiras

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/18	31/dez/17
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9.	1 184 463,73	1 229 325,41
Ativos intangíveis	10.	278 606 242,48	288 886 222,14
Clientes	17.2.	2 596 609,05	5 165 676,07
Créditos a receber	19.2.	12 744 568,87	7 034 032,60
Ativos por impostos diferidos	15.2.	7 430 427,14	5 690 105,45
		302 562 311,27	308 005 361,67
Ativo corrente			
Inventários	12.1.	3 084 608,51	2 798 010,82
Clientes	17.1.	22 421 578,77	21 509 880,99
Estado e outros entes públicos	22.	217 743,49	53 378,01
Outros créditos a receber	19.1.	32 951 039,48	19 516 033,21
Diferimentos	23.	250 496,67	494 782,90
Caixa e depósitos bancários	6.	24 695 971,04	12 227 333,56
		83 621 437,96	56 599 419,49
Total do Ativo		**386 183 749,23**	**364 604 781,16**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	21.2	19 705 500,00	19 705 500,00
Reservas legais		3 319 180,76	2 707 829,61
Outras reservas		3 297 150,09	2 697 150,09
Resultados transitados		12 698 017,77	12 698 017,77
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	14.2.	107 146 903,36	81 743 961,92
Resultado líquido do período		1 642 423,31	1 211 351,15
Total do capital próprio		**147 809 175,29**	**120 763 810,54**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16.	181 346 514,30	190 670 735,33
Financiamentos obtidos	7.	10 642 500,00	10 791 666,63
Outras dívidas a pagar	20.2.	30 115 335,15	24 183 162,55
		222 104 349,45	225 645 564,51
Passivo corrente			
Fornecedores	18.	2 810 479,04	3 151 034,93
Adiantamentos de clientes		20 081,58	10 764,21
Estado e outros entes públicos	22.	718 219,60	1 255 419,44
Financiamentos obtidos	7.	7 254 166,63	8 670 833,34
Outras dívidas a pagar	20.1.	5 356 040,56	5 000 913,71
Diferimentos	23.	111 237,08	106 440,48
		16 270 224,49	18 195 406,11
Total do passivo		**238 374 573,94**	**243 840 970,62**
Total do capital próprio e do passivo		**386 183 749,23**	**364 604 781,16**

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	13.1.	34 867 071,75	35 542 009,22
Subsídios à exploração	14.1.	3 112 911,16	2 861 513,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.2.	-2 638 980,74	-2 285 000,32
Fornecimentos e serviços externos	24.	-10 099 310,47	-9 741 937,52
Gastos com o pessoal	25.	-15 119 168,95	-14 175 876,98
Imparidade das dívidas a receber (perdas/reversões)	11.1.	-1 289 773,07	-1 626 400,90
Provisões (aumentos/reduções)	16.	-784 990,22	-952 812,41
Outros rendimentos	27.	6 439 279,81	5 321 748,34
Outros gastos	26.	-755 373,39	-1 267 829,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**13 731 665,88**	**13 675 413,34**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 814 752,28	-10 795 673,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**2 916 913,60**	**2 879 740,06**
Juros e rendimentos similares obtidos	28.	8 883,26	11 627,41
Juros e gastos similares suportados	28.	-59 886,36	-213 363,52
Resultado antes de impostos		**2 865 910,50**	**2 678 003,95**
Imposto sobre o rendimento do período	15.1	-1 223 487,19	-1 466 652,80
Resultado líquido do período		**1 642 423,31**	**1 211 351,15**

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluido no resultado líquido do período			

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
			Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018			19 705 500,00	2 707 829,61	2 697 150,09	12 698 017,77	81 743 961,92	1 211 351,15	120 763 810,54	120 763 810,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Aplicação do resultado do ano				611 351,15	600 000,00			-1 211 351,15	0,00	0,00
Novos subsídios ao investimento em 2018 /Acerto subsídios anos anteriores		14.2.					36 635 150,95		36 635 150,95	36 635 150,95
Novos subsídios ao investimento em 2018 /Acerto subsídios anos anteriores - efeito fiscal		14.2.					-7 142 171,05		-7 142 171,05	-7 142 171,05
Reconhecimento em resultados		14.2.					-5 300 036,88		-5 300 036,88	-5 300 036,88
Reconhecimento em resultados - efeito fiscal		14.2.					1 209 998,42		1 209 998,42	1 209 998,42
	7		0,00	611 351,15	600 000,00	0,00	25 402 941,44	-1 211 351,15	25 402 941,44	25 402 941,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							1 642 423,31	1 642 423,31	1 642 423,31
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								27 045 364,75	27 045 364,75
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									0,00	0,00
Realizações de capital									0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão									0,00	0,00
Distribuições									0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas									0,00	0,00
Outras operações									0,00	0,00
	10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10		19 705 500,00	3 319 180,76	3 297 150,09	12 698 017,77	107 146 903,36	1 642 423,31	147 809 175,29	147 809 175,29

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
			Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017			19 705 500,00	1 601 584,96	2 697 150,09	12 698 017,77	80 316 286,79	1 106 244,65	118 124 784,26	118 124 784,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Aplicação do resultado do ano				1 106 244,65				-1 106 244,65	0,00	0,00
Novos subsídios ao investimento em 2017 /Acerto subsídios anos anteriores							6 489 371,80		6 489 371,80	6 489 371,80
Novos subsídios ao investimento em 2017 /Acerto subsídios anos anteriores - efeito fiscal							-1 888 972,24		-1 888 972,24	-1 888 972,24
Reconhecimento em resultados							-4 111 344,35		-4 111 344,35	-4 111 344,35
Reconhecimento em resultados - efeito fiscal							938 619,92		938 619,92	938 619,92
	7		0,00	1 106 244,65	0,00	0,00	1 427 675,13	-1 106 244,65	1 427 675,13	1 427 675,13
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							1 211 351,15	1 211 351,15	1 211 351,15
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								2 639 026,28	2 639 026,28
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									0,00	0,00
Realizações de capital									0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão									0,00	0,00
Distribuições									0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas									0,00	0,00
Outras operações									0,00	0,00
	10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10		19 705 500,00	2 707 829,61	2 697 150,09	12 698 017,77	81 743 961,92	1 211 351,15	120 763 810,54	120 763 810,54

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		35 719 679,30	30 243 811,06
Pagamento a Fornecedores		-11 614 776,82	-12 185 348,78
Pagamentos ao pessoal		-11 739 520,70	-11 174 515,76
Caixa gerada pelas operações		**12 365 381,78**	**6 883 946,52**
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 564 812,51	-2 824 869,10
Outros recebimentos / pagamentos		441 104,23	-1 109 163,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**9 241 673,50**	**2 949 913,47**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-8 795,92	-135 887,85
Activos intangíveis		-11 815 520,82	-4 793 516,40
Recebimentos provenientes de:			
Activos intangíveis		0,00	450,00
Subsídios ao investimento		16 689 146,44	6 920 095,24
Juros e rendimentos similares		8 739,99	11 654,67
Fluxos das actividades de investimento (2)		**4 873 569,69**	**2 002 795,66**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 830 000,00	750 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-4 395 833,34	-4 395 833,34
Juros e gastos similares		-80 772,37	-215 869,45
Fluxos das actividades de financiamento (3)		**-1 646 605,71**	**-3 861 702,79**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**12 468 637,48**	**1 091 006,34**
Efeito das diferenças de câmbio		**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**12 227 333,56**	**11 136 327,22**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.	**24 695 971,04**	**12 227 333,56**

(1) - O euro, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão em milhares de euros

Certificação do Revisor e Relatório do Conselho Fiscal

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837 – 16º Andar
4100-133 Porto
Portugal
+351 22 010 23 00 / www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.** (a Entidade ou ARM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 386.183.749 euros e um total de capital próprio de 147.809.175 euros, incluindo um resultado líquido de 1.642.423 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Recuperabilidade de saldos a receber de municípios

Ver notas 4.2 f), 4.3, 17 e 29 do Anexo às demonstrações financeiras.

O Risco

Existem ações em curso contra a Entidade, ou tendo a Entidade como parte contra interessada, intentadas por municípios, que contestam: (i) a tarifa fixa de tratamento de resíduos sólidos em alta que vigorou entre 2006 e 2016; (ii) o tarifário de abastecimento de água alta que vigorou entre 2014 e 2016; e (iii) o tarifário dos serviços de águas e resíduos em alta de 2017. Os valores em dívida contestados pelos municípios ascendem a cerca de 17 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2018. Adicionalmente, não obstante não ter sido, até à data, apresentada qualquer ação de impugnação do tarifário de 2018, existem valores faturados ao abrigo deste tarifário que não foram pagos por um dos municípios, no montante aproximado de 3 milhões de euros.

O processo de avaliação da recuperabilidade dos saldos a receber dos municípios que intentaram as referidas ações, assim como o eventual impacto dessa avaliação sobre o reconhecimento do rédito da componente contestada, envolve incertezas e elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.

Não obstante ter sido este ano possível obter informação suficiente que permite corroborar a posição do Conselho de Administração de que não existe evidência objetiva de imparidade material destes valores a receber, subsiste algum grau de incerteza pelo facto de o risco descrito estar associado ao desfecho das referidas ações.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- análise da listagem das ações de impugnação de tarifário instauradas por municípios contra a ARM, ou tendo a ARM como parte contra interessada, e dos correspondentes valores a receber que se encontram contestados, conforme informação preparada pelo departamento jurídico da Entidade;
- confirmação externa de saldos com municípios;
- leitura e análise das atas do Conselho de Administração;
- indagações à Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos;
- análise das respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos e subsequente reunião com os advogados para obtenção de esclarecimentos adicionais; e,
- avaliação da adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 17 e 29 do Anexo às demonstrações financeiras.

Litígios pendentes e reclamações em curso

Ver notas 4.2 g), 4.3, 16 e 29 do Anexo às demonstrações financeiras.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
Existem processos judiciais em curso contra a Entidade envolvendo eventuais quantias a despender de valor material. São registadas provisões para litígios pendentes e reclamações em curso sempre que se considere provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado na NCRF 21. A preparação da estimativa da provisão para litígios pendentes e reclamações em curso envolve incertezas e elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração da ARM, sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos: ▪ análise da listagem das ações instauradas por terceiros contra a Entidade, conforme informação preparada pelo departamento jurídico da Entidade; ▪ análise das respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; ▪ leitura e análise das atas do Conselho de Administração; ▪ indagações à Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos; e, ▪ avaliação da adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 16 e 29 do Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades com investimento futuro

Ver notas 4.2 g), 4.3, 10 e 16 do Anexo às demonstrações financeiras.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
A provisão para responsabilidades com investimento futuro, que a 31 de Dezembro de 2018 ascende a cerca de 180 milhões de euros, resulta das obrigações que decorrem do contrato de concessão e dos termos do disposto na IFRIC 12 e NCRF 21. A preparação da estimativa da provisão para responsabilidades com investimento futuro envolve julgamentos e incertezas resultantes, essencialmente, dos efeitos de eventuais alterações da calendarização dos investimentos e de alterações dos pressupostos financeiros (taxa de desconto e taxa de inflação), sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos: ▪ análise do plano de investimentos futuros face aos compromissos de investimento assumidos no contrato de concessão; ▪ avaliação da metodologia e dos pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da provisão para investimento futuro; ▪ desafio dos pressupostos que suportam a estimativa da Administração e análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores; ▪ análise de sensibilidade aos impactos de alterações nos pressupostos financeiros e na calendarização dos investimentos; ▪ avaliação da adequação das divulgações aplicáveis, incluídas na notas 10 e 16 do Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

— preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;

— elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

— criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

— adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

— avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

— identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

— obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

— avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

— concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

— avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

— comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

— das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
— declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

— Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de agosto de 2018 para o atual mandato compreendido entre 2018 e 2020.

— O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

— Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 26 de março de 2019.

— Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

26 de março de 2019

Pedro Bouça Morais Costa

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC n.º 1466)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores acionistas,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa e o respectivo Anexo, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da **ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.**(Sociedade) relativo ao período de 2018.

No decurso do período findo a 31 de Dezembro de 2018, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a evolução das actividades da Sociedade, tomou conhecimento dos actos de gestão do Conselho de Administração, e apreciou a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em vigor. No exercício das nossas competências acompanhámos ainda i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos suporte e ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, tarefas desempenhadas pela KPMG & Associados, SROC, S.A.(KPMG) na qualidade de Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos termos da Certificação Legal das Contas para o período de 2018, emitida sem reservas.

Procedemos também à análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração o qual, em nosso entender, se encontra em conformidade com as contas, complementa as informações contidas nas demonstrações financeiras, relata os factos mais significativos da actividade da Sociedade, satisfazendo os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Em conformidade com o exposto, somos do parecer que a Assembleia-Geral da Sociedade delibere sobre:

a) O Relatório de Gestão bem como os restantes documentos de prestação de contas do período de 2018; e,

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração da Sociedade, aos seus responsáveis pela Direcção Financeira e aos demais colaboradores, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado na realização do seu trabalho.

Lisboa, 26 de Março de 2019

Ricardo Nuno Abreu de Vilhena